



RODRIGO MEINERS MANDUJANO

**DISPUTAS TERRITORIAIS ENTRE O AGROEXTRATIVISMO DO PEQUI E O
AGRONEGÓCIO NA SUBSTITUIÇÃO DO CERRADO POR MONOCULTIVOS
AGROINDUSTRIAIS: ESTUDO DAS MICRORREGIÕES PORTO FRANCO-MA E
JALAPÃO-TO.**

CAMPINAS

2013



NÚMERO: 208/2013

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
INSTITUTO DE GEOCIÊNCIAS**

RODRIGO MEINERS MANDUJANO

**“DISPUTAS TERRITORIAIS ENTRE O AGROEXTRATIVISMO DO PEQUI E O
AGRONEGÓCIO NA SUBSTITUIÇÃO DO CERRADO POR MONOCULTIVOS
AGROINDUSTRIAIS: ESTUDO DAS MICRORREGIÕES PORTO FRANCO-MA E
JALAPÃO-TO”**

ORIENTADOR: PROF. DR. VICENTE EUDES LEMOS ALVES

**DISSERTAÇÃO DE MESTRADO APRESENTADA AO INSTITUTO DE GEOCIÊNCIAS
DA UNICAMP PARA OBTENÇÃO DO TÍTULO DE MESTRE EM GEOGRAFIA NA
ÁREA DE ANÁLISE AMBIENTAL E DINÂMICA TERRITORIAL.**

**ESTE EXEMPLAR CORRESPONDE À VERSÃO FINAL DA
DISSERTAÇÃO DEFENDIDA PELO ALUNO RODRIGO MEINERS
MANDUJANO E ORIENTADO PELO PROF. DR. VICENTE EUDES
LEMS ALVES**

CAMPINAS

2013

Ficha catalográfica
Universidade Estadual de Campinas
Biblioteca do Instituto de Geociências
Cássia Raquel da Silva - CRB 8/5752

M477d Meiners Mandujano, Rodrigo, 1983-
Disputas territoriais entre o agroextrativismo do pequi e o agronegócio na substituição de Cerrado por monocultivos agroindustriais : estudo das microrregiões de Porto Franco-MA e Jalapão-TO / Rodrigo Meiners Mandujano. – Campinas, SP : [s.n.], 2013.

Orientador: Vicente Eudes Lemos Alves.
Dissertação (mestrado) – Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Geociências.

1. Cerrados. 2. Caryocar brasiliense Camb. 3. Extrativismo. 4. Agrofloresta. 5. Agroindústria. I. Alves, Vicente Eudes Lemos, 1967-. II. Universidade Estadual de Campinas. Instituto de Geociências. III. Título.

Informações para Biblioteca Digital

Título em outro idioma: Territorial disputes between pequi agro-extractivism and the agribusiness in the substitution of the Cerrado instead of agribusiness : study of the microregions Porto Franco (MA) and Jalapão (TO)

Palavras-chave em inglês:

Cerrados

Caryocar brasiliense Camb

Extractivism

Agroforestry

Agribusiness

Área de concentração: Análise Ambiental e Dinâmica Territorial

Titulação: Mestre em Geografia

Banca examinadora:

Vicente Eudes Lemos Alves [Orientador]

Marta Inez Medeiros Marques

Edvaldo César Moretti

Data de defesa: 18-08-2013

Programa de Pós-Graduação: Geografia



UNICAMP

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
INSTITUTO DE GEOCIÊNCIAS
PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA
ÁREA DE ANÁLISE AMBIENTAL E DINÂMICA TERRITORIAL

AUTOR: Rodrigo Meiners Mandujano

"DISPUTAS TERRITORIAIS ENTRE O AGROEXTRATIVISMO DO PEQUI E O AGRONEGÓCIO NA SUBSTITUIÇÃO DO CERRADO POR MONOCULTIVOS AGROINDUSTRIAIS: ESTUDO DAS MICRORREGIÕES PORTO FRANCO-MA E JALAPÃO-TO".

ORIENTADOR: Prof. Dr. Vicente Eudes Lemos Alves

Aprovado em: 16 / 08 / 2013

EXAMINADORES:

Prof. Dr. Vicente Eudes Lemos Alves

Vicente Eudes Lemos Alves Presidente

Prof. Dr. Edvaldo César Moretti

Edvaldo César Moretti

Profa. Dra. Marta Inez Medeiros Marques

Marta Inez Medeiros Marques

Campinas, 16 de agosto de 2013.

Financiamento da Coordenação de Aperfeiçoamento
de Pessoal de Nível Superior - CAPES:
Bolsa de Mestrado - junho/2011 a julho/2011.
Financiamento da Fundação de Amparo
à Pesquisa do Estado de São Paulo – FAPESP:
Bolsa de Mestrado N° 2011/05336-1 (agosto/2011 a maio/2013)
Auxílio à Pesquisa N° 2012/05376-6

Dedico este trabalho aos lutadores e lutadoras sociais no campo que nunca se corromperam perante as garras do opressor e cultivam suas parcelas como sua ideologia, com carinho e solidariedade.

AGRADECIMENTOS

A las personas de México:

A mi madre por su cariño, atención y apoyo en esta nueva fase de mi vida, siempre próxima y atenta a mis procesos.

A mi padre, por su grande amistad y el incansable ejemplo de lucha social, perseverancia, trabajo e dignidad.

A mis hermanos Daniel y César, gracias por su apoyo y por regalarme la felicidad de mis cuatro sobrinos: Ambar, Rodrigo (mi tocallito), y las pequeñas Maya y Luna.

A mi “tía” Tere Horn por su amistad y afecto incondicional.

A mi tía Cris, deseando su rápida recuperación, grande guerrera con el apoyo de sus hijas; A mis dos cuñadas; a Ileana, Sergio y sus hijos: Serguito, Leo y a mi querida Danielita que se nos fue antes de tiempo, pero vive en mi memoria y cariño incondicional. A aquellas personas, que por asares de la vida y del tiempo ya no nos acompaña, agradezco también sus enseñanzas: mis abuelos Telita y PapayoMayo; y a Tulita.

A la profesora María de los Ángeles Pensado Leglise, coordinadora de la licenciatura en Geografía del Sistema de Universidad Abierta-SUA, de la UNAM, por su respaldo, desde el comienzo del 2009 hasta la fecha.

Agradezco al Dr. Gerardo Torres Salcido, por su confianza y su apoyo, y por darme la oportunidad de participar en la investigación del mundo rural a través de los SIAL en México, específicamente en Tlaxcala.

A los biólogos Gilberto Hernández Cárdenas y Miguel Ramos, del departamento de Biología de la Universidad Autónoma Metropolitana-UAM-I, por sus enseñanzas en el mundo de los Sistemas de Información Geográfica aplicados al manejo de los recursos naturales y la conservación. Y a la Dra. Lety Ponce por su grande respaldo.

A mis amigos grandes amigos: *Oswi, Donovan, Chueco, Sule, Condesa, Pátula, Sajid, Bollo, Jimmy la calaca, El Ciencias, LaKralita, Karlita Amozorrutia, Brex, Angel, Baruch, Citla, Franco, el Kamanas, Sofia, Paola, Mónica, Karla Helena, el Emma, Leo, el chino, Andrés, Juan*, y todos aquellos amigos que si llegué a omitir, mis más sinceras disculpas.

No puedo dejar de agradecer el amor incondicional que me ofreció durante toda su vida mi hermosa perrita *Prosty*, quien dejó este mundo el año pasado, y tuve la oportunidad de traer conmigo en su último año de vida a Brasil.

Ao pessoal do Brasil:

Não tem como conseguir expressar em poucas linhas todos os sentimentos de amor e gratidão que tenho para Soraya, minha parceira da vida, de viagens passadas, mas, principalmente das futuras. Esses sentimentos e experiências que tenho vivido, e que me permites compartilhar contigo, são meu maior logro neste processo. Compartilhamos a esperança pela mudança dos tempos, do derrubamento do mundo unilinear hegemônico, simplificador e gris; para dar passo ao colorido, esperançoso e horizontal. Mas, teu exemplo sobre a maneira de olhar as coisas, mantém e reforça minha segurança sobre o desfrute pleno dos caminhos da vida!

Já na questão dos métodos, sem você este trabalho não teria sido possível, obrigado pela tua paciência e apoio na escrita e desenvolvimento deste texto, tanto na forma-conteúdo, como na redação e revisão do complexo *portunhol* no texto para poder virar ao português.

A minha sogra Deli, por sue carinho e apoio em toda minha estadia em Brasil!

A Lu, quem me ofereceu ajuda importantíssima para conseguir vencer obstáculos, e conseguir materializar os planejamentos, muito obrigado!

A meu orientador Vicente, por dar a oportunidade de ingressar ao mestrado, pela sua compreensão, e pelos diversos apoios para o desenvolvimento do trabalho.

Ao professor Ariovaldo Umbelino de Oliveira, por ter a honra de cursar sua disciplina na USP como aluno especial. Espaço de diálogo, reflexão, mas, sobretudo, obrigado por transmitir o gosto que tem pelo campo, e por compartilhar os seus vastos conhecimentos e vivencias na sala de aula.

Aos professores Marta Inez Medeiros do departamento de Geografia da USP e Carlos Toledo de Almeida da UNICAMP, por suas valiosas sugestões na banca de qualificação.

Ao professor Edivaldo Moretti, pela aceitação de fazer parte da banca de defesa e pela interessante discussão na sua disciplina administrada, que de muito serviu para o desenvolvimento do texto.

A Maira Smith da UNB por compartilhar seu trabalho de doutorado sobre o Pequi do Alto Xingu; e Marcus Vinicius Schmidt do ISA, e a Dra. Juliana Santilli do Ministério Público da União do Distrito Federal, por me comentarem sobre a existência de essa interessante pesquisa.

A Val, da secretaria da pós-graduação, por sua valiosa ajuda e orientação, nas questões administrativas ao longo do mestrado. Ao seu Anibal do prédio velho do IG.

Ao Marceleza, Silvinha e David por oferecer sua amizade no meu tempo no Brasil.

Aos companheiros do IG, Ivan, Fred, Jhon, Isabela, Bel, Danilo e Edson.

A todas as organizações agroextrativistas que me acolheram nas duas pesquisas de campo:

Ao pessoal do AAPP: ao senhor Rosalves, Seu Domingos e Ronaldo.

Do CENTRU: a Mariana Leal, Denise, e em especial a Manoel da Conceição Santo, por compartilhar uma marcante entrevista, que através de sua voz me permitiu uma aproximação das complexas questões do camponês maranhense. Mas principalmente, reafirmou a minha vontade de continuar estudando, sem esquecer nunca a ideologia, os princípios e gosto pela vida: a dignidade rebelde. Longa vida seu Manoel, e pronta recuperação!

Da ABM: o Neto, o César e toda a comunidade de Solta que me recebeu como se fosse a minha casa!

Agradeço infinitamente a todas as mulheres do Movimento Interestadual das Quebradeiras de Coco Babaçu, por seu exemplo de luta, persistência e coragem para levar adiante seus modos de vida em conjunto com a natureza. Graças pelo seu apoio e informação fornecida através da conversa com Querubina, liderança do movimento em Imperatriz.

Ao pessoal da FrutaSã: Juliana, Mayke, Amadeus.

A Hpuhy Krahô da FUNAI pela entrevista, e sua filha Packym Krahô, por seu apoio para conhecer a Aldeia Nova do território Krahô.

Ao meu amigão o Mitch, a Jujû e o neginho amigos felinos da cidade de Araras.



UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
INSTITUTO DE GEOCIÊNCIAS

**DISPUTAS TERRITORIAIS ENTRE O AGROEXTRATIVISMO DO PEQUI E O
AGRONEGÓCIO NA SUBSTITUIÇÃO DO CERRADO POR MONOCULTIVOS
AGROINDUSTRIAIS: ESTUDO DAS MICRORREGIÕES PORTO FRANCO-MA E
JALAPÃO-TO**

RESUMO

Dissertação de Mestrado

Rodrigo Meiners Mandujano

O Cerrado é o segundo maior bioma do Brasil, sua superfície corresponde a aproximadamente 21% do território do país. É considerado a Savana Tropical mais biodiversa do mundo e fornece grandes quantidades de água para as principais bacias hidrográficas do país. Porém, a inserção do agronegócio capitalista reflete em intenso desmatamento do bioma que, nos últimos 35 anos, perdeu quase a metade da sua superfície original. O pequi é uma árvore de valor identitário do Cerrado, amplamente distribuída no bioma e faz parte da cultura regional dos povos tradicionais. Os objetivos do trabalho foram analisar os processos organizacionais, as estratégias de resistência e os modos de vida das organizações dos agroextrativistas do pequi no contexto da disputa pela terra com a expansão do agronegócio nas microrregiões de Porto Franco-MA e Jalapão-TO. Foram realizadas duas saídas a campo, em que foram coletadas informações por meio de entrevistas e diário de campo. Verificou-se que o pequi faz parte da cultura dos camponeses e indígenas, com a persistência de seu uso nos modos de vida, principalmente como complemento alimentar na dieta básica da população. O fruto é intensamente consumido na época da safra e comercializado de maneira informal pelos camponeses, com venda do fruto in natura para atravessadores de outras regiões. Somente uma organização comercializa derivados do fruto no mercado local e outra se encontra inoperante no momento, mas realiza uma festa anual do pequi. As principais razões do fracasso da produção e comercialização do pequi em uma rede articulada incluem: a falta de acompanhamento e análise dos resultados dos apoios governamentais e não governamentais recebidos; as regiões conservadas não têm projetos estruturados de conservação ambiental; travas na legislação e falta de capacitação e investimento para cumprimento das obrigações fito sanitárias para inclusão nos programas de apoio ao agroextrativismo; desinteresse e falta de perspectivas dos jovens das microrregiões para o agroextrativismo; ausência da participação e protagonismo das mulheres. Foi observada marcante despolitização das organizações agroextrativistas, sem posturas críticas com a identidade camponesa e com o agroextrativismo, pois atuam desconectadas dos movimentos sociais no campo. As disputas territoriais baseadas na estratégia de construção de atividades produtivas diante do avanço dos monocultivos capitalistas carecem de força, facilitando a expansão do agronegócio de forma alarmante.

Palavras chaves: Cerrado; Pequi; Agroextrativismo; Camponês; Campesinato; Agronegócio.



**UNIVERSITY OF CAMPINAS
INSTITUTE OF GEOSCIENCE**

**TERRITORIAL DISPUTES BETWEEN PEQUI AGRO-EXTRACTIVISM AND THE
AGRIBUSINESS IN THE SUBSTITUTION OF THE CERRADO INSTEAD OF
AGRIBUSINESS: STUDY OF THE MICROREGIONS PORTO FRANCO (MA) AND
JALAPÃO (TO), Brazil.**

ABSTRACT

Masters Degree

Rodrigo Meiners Mandujano

The Cerrado is the second largest biome in Brazil, its surface corresponds to approximately 21% of territory of the country. It is considered the most biologically diverse tropical savanna in the world and provides great amounts of water to the main river basins of the country. However, the insertion of the agribusiness capitalist reflected in intense deforestation biome that in the last 35 years, has lost nearly half of original surface. The pequi is a value tree identity of the Cerrado, widely distributed biome and is part of the regional culture of traditional peoples. The objectives were to analyze organizational processes, strategies of resistance and ways of life of the organizations agroextractivist of the pequi in the context of disputes over land with the expansion of agribusiness in micro Porto Franco-MA and Jalapão-TO. There were two field works, which information were collected through interviews and field diary. It was found that Pequi is part of peasant and indigenous culture, the persistence of its use in the ways of life, especially as a food supplement in the basic diet of the population. The fruit is intensely consumed at the crop time and marketed informally by the peasants, which sales of fresh fruit for middlemen from other regions. Only an organization sells derived the fruit for local market and another is inoperative at the moment but carries an annual pequi party. The main reasons for the failure of the production and marketing of pequi in an articulated network include: lack of monitoring and analysis of the results of governmental and non-governmental support received, the conserved regions do not have structured projects for environmental conservation; blocks in legislation and lack training and investment to satisfy the obligations phyto sanitary for inclusion in support programs agroextractivism; desinterest and lack of prospects for young people for agroextractivism, lack of participation and role of women. It was observed striking depoliticization of organizations agroextractivist without critical positions with the peasant identity and with agroextractivism because they act disconnected from rural social movements. Disputes territorial-based strategy of building productive activities before advancing monocultures capitalists lack of strength, facilitating the expansion of agribusiness alarmingly.

Keywords: Cerrado; Pequi; Agroextractivism; Peasant; Peasantry; Agribusiness.

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1. O CAMPEPINATO EM QUESTÃO 5

1.1. O CAMPEPINÊS	5
1.2 A FAMÍLIA CAMPONESA	8
1.3 A CAMPONIZAÇÃO E (RE) CAMPONIZAÇÃO	15
1.4 O SISTEMA ALIMENTAR AGROECOLÓGICO CAMPONÊS E O AGROINDUSTRIAL CAPITALISTA	19

CAPÍTULO 2. A DISPUTA PELO TERRITÓRIO ENTRE O CAMPEPINATO E O AGRONEGÓCIO NO CERRADO..... 33

2.1 OS GERAIS TRADICIONAIS DOS POVOS DO CERRADO DESPOJADOS PELO LATIFÚNDIO E A EXPANSÃO ATUAL DO AGRONEGÓCIO	36
2.2 INVESTIMENTOS E SUBSÍDIOS A GRANDES PROJETOS AGROINDUSTRIAIS NO CERRADO	47
2.2.1 BALSAS COMO O NOVO PÓLO AGROINDUSTRIAL DA SOJA NO SUL DO MARANHÃO.	49
2.2.2 A EXPANSÃO DO AGRONEGÓCIO NAS MICRORREGIÕES DE PORTO FRANCO-MA E JALAPÃO-TO.	52
2.3 AS ÁREAS CONSERVADAS DO CERRADO NO CONTEXTO DO AGRONEGÓCIO	70

CAPÍTULO 3. AS DISTINTAS DIMENSÕES DO AGROEXTRATIVISMO NO CERRADO DAS MICROREGIÕES DE PORTO FRANCO – MA E JALAPÃO – TO 91

3.1 MOVIMENTOS AGROEXTRATIVISTAS NO CERRADO: A LUTA PELA PRESERVAÇÃO DA RIQUEZA NATURAL E DE SEUS USOS EM UM BIOMA AMEAÇADO	96
3.2 O PEQUI E SUA IMPORTÂNCIA AGROEXTRATIVA NO CERRADO	108
3.2.1 O PEQUI E OS MODOS DE VIDA DOS CAMPONESES NAS MICRORREGIÕES DE PORTO FRANCO-MA E JALAPÃO-TO.	119

3.2.2 EXPERIÊNCIAS AGROEXTRATIVISTAS DO PEQUI NAS MICRORREGIÕES DE PORTO FRANCO-MA E JALAPÃO-TO.	130
---	-----

<u>CONSIDERAÇÕES FINAIS</u>	<u>157</u>
-----------------------------------	------------

<u>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS</u>	<u>160</u>
---	------------

FIGURAS

Figura 1. Formações ecossistêmicas do bioma Cerrado.	2
---	---

FOTOS

Foto 1. Instalações da Agroindústria Algar (Embase e Refinaria). Distrito Industrial Porto Franco- MA, 2012.	54
Foto 2. Anúncio do financiamento do Banco do Nordeste nas instalações da Agroindústria Algar. Distrito Industrial Porto Franco- MA, 2012.....	54
Foto 3. Anúncio de melhorias do terminal de transbordo ferroviário – Ceagro, com o apoio do BNDES e BASA. Porto Franco-MA, 2012.....	55
Foto 4. Centro de armazenamento e distribuição de grãos da Bunge Alimentos. Distrito Agroindustrial de Porto Franco - MA.	55
Foto 5. Plantio de eucalipto da SUZANO. Município de Estreito-MA, 2012.	61
Foto 6. Viveiro de eucalipto da empresa Marka Florestal. Município de Carolina-MA, 2012. ...	62
Foto 7. Plantio de soja. Município de Barra do Ouro-TO, 2013.....	68
Foto 8. Plantio de eucalipto. Município de Goiatins-TO, 2013.	68
Foto 9. Reunião da Câmara Técnica da Sociobiodiversidade, realizada na cidade de Divinópolis-TO nos dias 29 e 30 de junho de 2012.	77
Foto 10. Manoel da Conceição na Escola Técnica Agroextrativista ETA-CENTRU. Povoado Pé de Galinha, Município de João Lisboa- MA.	98
Foto 11. Pequizeiro da espécie <i>Caryocar brasiliense</i> camb. Município de Estreito – MA, 2013.	110
Foto 12. Fruto do Pequi.....	115
Foto 13. Casa confeccionada com palma de buriti. Município de Pequizeiro-TO, 2013.	120
Foto 14. Feijão crioulo cultivado em quintal. Município de Pequizeiro-TO, 2013.	121

Foto 15. Milho crioulo na propriedade de Domingos Ramos da Silva. Município de Carolina-MA, 2013	121
Foto 16. Variedades de milho crioulo trazidas das aldeias dos Timbira, no Mato Grosso por Elias Apinajé. Aldeia do Prata, Município de Tocantinópolis, 2013.....	122
Foto 17. Camponês no Sindicato dos Trabalhadores Rurais mostrando fruto de pequi guardado no período entre safras. Município de Tocantínia-TO, 2013.	124
Foto 18. Instalações da Fábrica de Polpa FrutaSã. Município de Carolina, 2012.	131
Foto 19. Instalações da fábrica de polpas FrutaSã. Município de Carolina, 2013.	136
Foto 20. Indígena mostrando fruto inteiro de cajá congelado no freezer fornecido pela FrutaSã. Aldeia São José, Município de Tocantinópolis, 2013.....	137
Foto 21. Polpas empacotadas comercializadas pela FrutaSã. Município de Carolina, 2013.	139
Foto 22. Sede da ABM. Povoado de Solta, Município de Carolina-MA, 2012.....	142
Foto 23. Canteiro de obras nos fundos da sede da ABM. Povoado de Solta, Município de Carolina-MA, 2013.	143
Foto 24. Instalações da ABM. Povoado de Solta, Município de Carolina, 2013.....	144
Foto 25. Freezer da ABM com polpa de cajá. Povoado de Solta, Município de Carolina, 2013.	144
Foto 26. Interior do frigorífico da ABM repleto de pequi em polpa e farinha. Povoado de Solta-MA, 2013.	145
Foto 27. Viveiro Central da AAPPC. Município de Carolina, 2012.....	147
Foto 28. Instalações administrativas da AAPPC. Município de Carolina, 2012.	147
Foto 29. Antigo local da sede da a Ecos do Cerrado. Município de Pequizeiro, 2013.	153
Foto 30. Nova sede da Ecos do Cerrado. Município de Pequizeiro, 2013.....	153

QUADROS

Quadro 1. Seleção de algumas diferenças entre o sistema alimentar agroindustrial e o sistema alimentar agroecológico camponês.	21
---	----

TABELAS

Tabela 1. Áreas de desmatamento e plantio de soja (em km ²). Microrregião de Porto Franco-MA, 2002-2011.....	57
Tabela 2. Áreas de desmatamento e plantio de soja (em km ²). Microrregião do Jalapão-TO, 2002-2011.....	67
Tabela 3. Reservas Extrativistas - RESEX no Cerrado, segundo localização, ano de criação e área de reserva (em hectares).....	76
Tabela 4. Tamanho populacional e extensão territorial dos municípios. Microrregião de Porto Franco-MA, 2010.....	82
Tabela 5. Tamanho populacional e extensão territorial dos municípios. Microrregião do Jalapão-TO, 2010.....	83

MAPAS

Mapa 1. Territórios indígenas dos Timbira feito por Curt Nimuendajú. Norte de Tocantins e Sul do Maranhão, 1946.....	39
Mapa 2. Identificação das áreas de desmatamento em torno da área territorial do município de Balsas-MA. Balsas-MA, 2010.	52
Mapa 3. Desmatamento temporal (2010) e informações georreferenciadas em campo sobre os desmatamentos (2012-2013). Microrregião de Porto Franco-MA.....	58
Mapa 4. Desmatamento temporal sobre imagem de satélite (2010) e informações georreferenciadas em campo (2012-2013). Detalhe para o sul da Microrregião de Porto Franco-MA.	59
Mapa 5. Desmatamento temporal sobre imagem de satélite (2010) e informações georreferenciadas em campo (2012-2013). Detalhe para o distrito agroindustrial de Porto Franco e entorno. Microrregião de Porto Franco-MA.	60
Mapa 6. Terras indígenas e áreas de conservação na área de abrangência do Projeto da SUZANO. Estado do Maranhão, 2009.....	63
Mapa 7. Desmatamento temporal (2010) e informações georreferenciadas em campo (2012-2013). Microrregião do Jalapão.	69
Mapa 8. Vegetação remanescente e desmatamento. Bioma Cerrado, 2010.....	71
Mapa 9. Áreas Prioritárias para a Conservação definidas pelo MMA. Microrregiões de Porto Franco-MA e Jalapão-TO, 2010.....	73
Mapa 10. Limites territoriais das microrregiões de Porto Franco - MA e Jalapão - TO, segundo os biomas brasileiros.....	80

Mapa 11. Delimitação das microrregiões de Porto Franco – MA e Jalapão – TO, segundo os limites geográficos da Amazônia Legal brasileira.	81
Mapa 12. Áreas protegidas e de desmatamento. Microrregiões de Porto Franco-MA e Jalapão-TO, 2010.....	85
Mapa 13. Vegetação remanescente e uso de solo no Bioma Cerrado. Microrregiões do Jalapão-TO, Porto Franco-MA, e entorno, 2010.	87
Mapa 14. Distribuição geográfica do Pequi no Brasil.	109
Mapa 15. Localização dos povoados trabalhados pela FrutaSã. Município de Carolina-MA e localidades próximas, 2011.	133

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

AAPPC – Associação Agroextrativista de Pequenos Produtores de Carolina

ABM – Associação de Pequenos Produtores Bezerra de Moraes

AGU – Advocacia-Geral da União

ANA – Agência Nacional de Águas

APL – Arranjos Produtivos Locais

BNDES – Banco do Desenvolvimento Econômico e Social -

CDH – Comissão de Direitos Humanos e Minorias

CENTRU – Centro de Educação e Cultura do Trabalhador Rural

CESTE – Consórcio Estreito Energia

CIDA – Canadian International Development Agency

CI-Brasil – Conservação Internacional Brasil

CIMI – Conselho Indigenista Missionário DEM- Democratas

CNA – Confederação de Agricultura e Pecuária do Brasil

CONAB – Companhia Nacional de Abastecimento

CPT – Comissão Pastoral da Terra

CPAC (EMBRAPA) – Centro de Pesquisa Agropecuária do Cerrado

CTI – Centro de Trabalho Indigenista

ECEX – Sistema de Apoio Industrial e ao Comércio Exterior

ECO92 – Conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente

EMBRAPA – Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária

ETA – Escola Técnica Agroextrativista

FAO – Organização das Nações Unidas para a Agricultura e Alimentação

FNE – Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste

FPA – Frente Parlamentar da Agropecuária

FUNAI – Fundação Nacional do Índio

IBAMA – Instituto Brasileiro de Meio Ambiente

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

ICMBio – Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade

INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária

ITERMA – Instituto de Colonização e Terra Maranhão

JICA – Japan International Cooperation Agency

MDIC – Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior

MIQCB – Movimento Interestadual de Quebradeiras de Coco Babaçu

MMA – Ministério de Meio Ambiente

MST – Movimento dos Trabalhadores Sem Terra

MDA – Ministério do Desenvolvimento Agrário

OIT – Organização Internacional do Trabalho

ONU – A Organização das Nações Unidas

PAC2 – Programa de Aceleração do Crescimento (II)

PADAP – Programa de Assentamento Dirigido do Alto Paranaíba

PAEx – Projetos de Assentamentos Extrativistas

PDA – Projetos Demonstrativo da Amazônia

PC-Gebal – Projeto de Colonização Gerias de Balsas

PDBB – Projeto de Desmatamento dos Biomas Brasileiros

PEC – Proposta de Emenda Constitucional

PGPM – Política de Garantia de Preços Mínimos

PNRA – Programa Nacional de Reforma Agrária

PNUD – Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento

POLOCENTRO – Programa de Desenvolvimento dos Cerrados

PPB – Partido Progressista Brasileiro

PPCerrado – Plano de Ação para Prevenção e Controle do Desmatamento e das Queimadas no Cerrado

PROCEDER – Programa de Desenvolvimento dos Cerrados

PRONAF – Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar

PROBIO – Projeto de Conservação e Utilização Sustentável da Diversidade

PSDB – Partido da Socialdemocracia Brasileira

PT – Partido dos Trabalhadores

BID – Banco Interamericano do Desenvolvimento

PPP Ecos – Programa Pequenos Projetos Ecosociais

RESEX – Reserva Extrativista

SEBRAE – Agência de Apoio ao Empreendedor e Pequeno Empresário

SFB – Serviço Florestal Brasileiro

STRI – Sindicato de Trabalhadores Rurais de Imperatriz

SUASA – Programa Nacional de Merenda Escolar e Sistema Único de Inspeção Sanitária

SUDENE – A Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste

Wyty Catã – Associação Wyty Catã das Comunidades Timbira do Maranhão e Tocantins

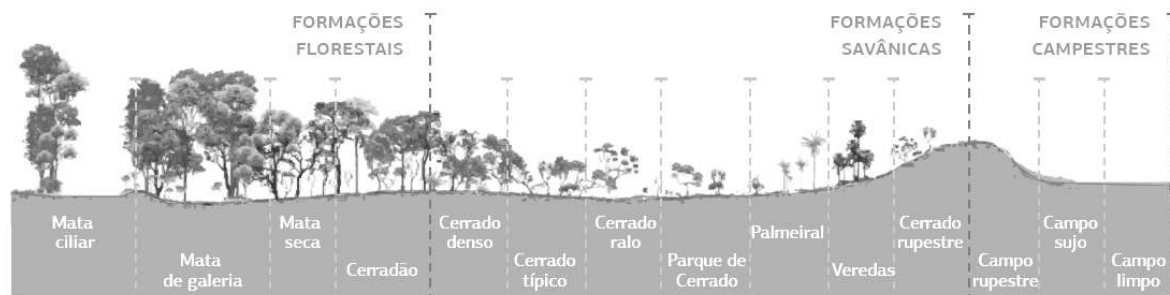
INTRODUÇÃO

No bioma Cerrado habitam povos tradicionais indígenas, camponeses, geraizeiros e afrodescendentes brasileiros, herdeiros de uma história de ocupação milenar, que mantêm ainda vivos modos de vida em profundo vínculo com a natureza e o trabalho da terra. As atividades agroextrativistas fazem parte deste vínculo multifuncional através da extração de frutos das árvores e palmeiras nativas em conjunto com a conservação e utilização da natureza, o que contribui para a construção histórica identitária do arraigo territorial e de luta pela terra. A importância desses povos é estudada em torno a um fruto identitário: o Pequi, por ser um símbolo da conservação do bioma e da resiliência camponesa agroextrativista do Cerrado, no contexto de disputas territoriais geradas pela expansão de monocultivos agroindustriais capitalistas no bioma.

O Cerrado é o segundo maior bioma do Brasil, a sua superfície corresponde a aproximadamente 21% - 200 milhões de hectares - do país. O Cerrado está contíguo aos demais biomas brasileiros, que são: Amazônia, Caatinga, Mata Atlântica, Pantanal e Mata de Araucária, por isso que é chamado de *bioma de contato* - também conhecido como ecótonos -, sendo importante ressaltá-lo pela extraordinária diversidade de ecossistemas e biodiversidade que apresentam estas zonas de transição.

O bioma Cerrado também contém diversas formações ecossistêmicas específicas que ocorrem no interior do chamado *Cerrado Contínuo*, como: matas de galeria, veredas, campos rupestres, cerradões, matas secas, matas de interflúvio, mata de cocais (com predomínio do coco babaçu e buriti). (Figura 1). Isto é importante, pois os povos desenvolvem conhecimentos específicos vinculados às formações e recursos disponíveis em cada uma destas formações. De acordo com o número de espécies descritas e pelas estimativas biogeográficas, considera-se que, no Cerrado, encontra-se aproximadamente 5% da biodiversidade planetária, sendo considerada a Savana Tropical mais diversificada do mundo.

Figura 1. Formações ecossistêmicas do bioma Cerrado.



Fonte: REDE CERRADO, 2013.

Outra característica importante deste bioma é a presença de estoques de carbono notáveis, já que possuem grandes quantidades de matéria orgânica no subsolo através das raízes das árvores, que são muito profundas. Devido a esta característica, o Cerrado é uma floresta de *cabeça para baixo*, pois a maior parte de sua biomassa (aproximadamente 70%) localiza-se no subsolo. O Cerrado ainda apresenta ampla importância na captação hídrica, sendo considerada uma *caixa d'água*, pois fornece grandes quantidades de água para as bacias hidrográficas dos rios São Francisco, do Tocantins/Araguaia e do Paraná/Paraguai, além de contribuir para a alimentação de parte de outras bacias importantes, como a Amazônica, a do Parnaíba, do Atlântico Nordeste e Leste (MAZZETTO SILVA, 2008, 2009; PORTO-GONÇALVES, 2008; SAWYER, 2009, 2011).

A ocupação dos Cerrados foi acompanhada de um processo de grilagem, violência e corrupção, na aquisição de territórios vastos e ricos em biodiversidade, considerados comuns e de acesso livre até então pelos povos tradicionais, despojando as comunidades ancestrais de suas terras. Situação derivada do processo histórico, econômico e social, até chegarmos à imposição global da *revolução verde* capitalista e sua nova versão transgênica, visando todas estas etapas em maior lucro imediato por atividades extrativas ou produtivas, de menor tempo possível baseados no agronegócio e grandes empreendimentos capitalistas.

A magnitude do desmatamento no Cerrado é proveniente, em grande parte, pela expansão dos cultivos do agronegócio, que derrubou, nos últimos 35 anos, quase a metade (47,84%) da superfície de seus 2.039.386 km originais. Neste território passaram a existir principalmente

pastagens, monocultivos de grãos e plantios de eucalipto, também chamados contraditoriamente de “reflorestamentos” (CSR/IBAMA, 2009).

A expressão de “agronegócio no Cerrado” vem acompanhada também da falsa ideia generalizada de um Cerrado desocupado, improdutivo, vazio, sem ocupação humana, disponível para o capital, expandindo-se para as regiões mais conservadas e de topografia planas (chapadas) do Cerrado, com menor densidade populacional.

Uma das espécies que se distribui amplamente no bioma e especificamente nas chapadas onde o agronegócio se expande é o pequi, fruto do *pequizeiro* (*Caryocar brasiliense* camb.). A árvore é amplamente distribuída neste bioma sendo essencial para o seu funcionamento ecológico, fornecendo um fruto rico em nutrientes e, ainda, valorizado pelo seu sabor na chamada culinária *sertaneja e geraizeira* presente no autoconsumo camponês.

O fruto pequi é colhido, processado e utilizado de diversas formas, tanto na alimentação quanto na farmacopeia popular, podendo ser transformado em óleos (da polpa e castanha), licores, polpas, farinhas, cosméticos, medicamento, entre outros usos. Sua multifuncionalidade também se faz presente na cultura e no imaginário popular, sendo objeto de versos, canções, festividades e até nomes de cidades.

Assim, nosso trabalho toma como base teórica os fundamentos da Geografia Agrária, que estuda a criação e recriação do campesinato no sistema capitalista, com ênfase na luta pela terra e o reconhecimento do camponês, indígena e quilombola, no mundo atual, como protagonistas. E utiliza o enfoque da agroecologia para estabelecer uma aproximação do modo de vida agroextrativista com o ambiente, por sua importância na preservação e utilização sustentável do meio ambiente, bem como, da soberania e autossuficiência alimentar no território. Pelo que o primeiro capítulo baseou-se nos conceitos teóricos da Geografia Agrária sobre a família camponesa, a camponização e re-camponização, das discussões teóricas em torno do sistema alimentar capitalista e sua contraposição, o sistema alimentar agroecológico camponês. Como produto desta revisão, foi finalizado o capítulo teórico que norteia a dissertação, intitulado: *CAPÍTULO 1 – O CAMPESINATO EM QUESTÃO*.

O segundo capítulo enfocou-se na contextualização histórica, desde a ocupação do Cerrado dos vastos territórios indígenas, dos territórios dos gerais através da grilagem da terra, como também, do moderno agronegócio e seus grandes empreendimentos agrícolas de monocultivos. Neste capítulo se faz uma aproximação à realidade observada em campo sobre as

regiões de estudo, com uma breve caracterização histórica, econômica e geográfica de ocupação e uso da terra nas regiões de estudo, incorporando as informações que foram georreferenciadas nas duas idas a campo, com os trajetos realizados sobre as áreas de cultivos, de pastagem, de armazenagem de grãos e de plantios de eucalipto, além da confrontação com as áreas de desmatamento e outras informações fornecidas dos órgãos governamentais. As informações foram trabalhadas nos mapas a partir da base cartográfica *shape files*, as quais foram estruturadas num Sistema de Informação Geográfica. Este capítulo se intitulou: *CAPÍTULO 2 – A DISPUTA PELO TERRITÓRIO ENTRE O CAMPESINATO E O AGRONEGÓCIO NO CERRADO*.

O terceiro capítulo enfocou-se na discussão sobre a importância dos movimentos agroextrativistas no Cerrado e sua luta pela preservação da riqueza natural e o acesso a terra. Neste capítulo, foram recuperadas algumas falas de lideranças dos movimentos sociais que são referências para a luta pela terra e o reconhecimento dos agroextrativistas no Cerrado. Foi feita também uma revisão bibliográfica sobre o agroextrativismo do pequi, seus usos e características e uma aproximação aos modos de vida camponês e indígena em torno do pequi. As organizações agroextrativistas foram analisadas em torno da estruturação do sistema produtivo e das contradições existentes nas organizações, desde a perspectiva dos entraves encontrados na forma organizativa, do papel das lideranças no interior das organizações, assim como, dos apoios recebidos de diversas instâncias, tanto governamentais como não governamentais. Este capítulo foi formalizado no título: *CAPÍTULO 3 – AS DISTINTAS DIMENSÕES DO AGROEXTRATIVISMO NO CERRADO DAS MICROREGIÕES DE PORTO FRANCO – MA E JALAPÃO – TO*.

CAPÍTULO 1. O CAMPEPINATO EM QUESTÃO

1.1. O CAMPONÊS

Para estudar o camponês-agroextrativista do Cerrado e contribuir desde uma investigação geográfica neste trabalho, precisamos primeiramente fazer a seguinte pergunta, já apontada anteriormente por Cortés & Cuellar (1986, p. 64, tradução nossa): “O que é que realmente acontece com este grupo de pessoas que não podemos estudar e definir com precisão, e que casualmente - ou causalmente - são mais da metade das pessoas da humanidade?”¹.

A abrangência e importância político-social do campesinato em suas múltiplas escalas e territórios têm sido muito heterogêneas em suas manifestações, sendo resultado de sua configuração através de processos históricos violentos e repressivos em distintos níveis e graus. A definição do camponês não é rígida, pois sua existência e resiliência² envolvem a compreensão do contexto histórico e econômico do território em que o camponês se define e se reproduz, de acordo com sua cultura identitária e da necessidade do capital sobre a produção de alimentos pelos camponeses (SHANIN, 1983).

Um debate frequente sobre o campesinato é referente ao seu pertencimento ou não como classe social, com um ponto comum na identificação do camponês pelo seu modo de vida, que o caracteriza pela manipulação da natureza, autossuficiência e cultura próprias.

Marx, em seu trabalho “O dezoito Brumário de Leon Bonaparte” ([1852] 1971) discute sobre a existência do camponês na realidade francesa, país predominantemente configurado pela grande massa da nação francesa de origem camponesa. Evidentemente, o contexto a que se refere o autor é condicionado ao papel do camponês na construção de uma sociedade comunista aliado ao proletariado ante as forças produtivas do capital.

No caso francês, Marx ([1852] 1971) assinalou que quando as famílias que vivem em condições de existência que as distinguem de outras classes, por seu modo de viver, seus interesses e sua cultura, se opondo a elas de um modo hostil, tais famílias formam uma classe

¹Na primeira década do século XXI, 1,5 bilhão de pequenos produtores, agricultores familiares e povos indígenas estavam em aproximadamente 350 milhões de propriedades agrícolas de pequeno porte no mundo (ETC 2009 *apud* ALTIERI e TOLEDO, 2011).

² Considera-se resiliência como a capacidade de resistir às mudanças ocorridas ao longo do tempo.

social. Mas quando se constituem por interesses puramente locais, sem união e organização política, não se instituem enquanto classe.

Gerrit Huizer, em sua obra sobre o “Potencial Revolucionário do Camponês” (1973), estuda de forma meticulosa as peculiaridades do campesinato na América Latina, demonstrando que suas condições culturais, o estudo da “desconfiança” camponesa, sua resistência às mudanças – resiliência – e as condições que podem gerar lutas sociais, processos revolucionários e organização política engendrada desde o cerne camponês. Condições que o organizam em uma classe social num processo revolucionário se o momento histórico e conjuntural colocar em risco sua existência e seus modos de vida

Armando Bartra (2011) fez uma conceituação do camponês enquanto classe tomando em conta a forma como este veio se definindo e sendo identificado no processo histórico. Para o autor, o camponês é visto como sujeito histórico periférico ou marginal, pois nunca foi visto como uma classe social com potencial revolucionário, mas desde uma perspectiva anacrônica e imprescindível para a produção de alimentos. O camponês, por seu alto grau de resiliência, ganhou lugar na história por sua forma de produzir, sua cultura e sociabilidade intrínsecas. Desta forma, ser camponês representa diversas significações, mas, antes de tudo, o pertencimento a uma classe social, pois ocupa um lugar específico na ordem econômica, luta por seu espaço, compartilha um passado trágico e glorioso, e participa de um projeto comum. O autor distingue o pequeno produtor como uma escala e a agricultura familiar como uma economia, e coloca o camponês com um *ethos*³ e uma classe, mas salienta que o reconhecimento enquanto camponês é o primeiro passo para se reafirmar enquanto uma sociabilidade específica.

Shanin (1983) ao se referir a seu mestre, o antropólogo chinês Fei Hsiao-Tung, faz referência à construção histórica do camponês enquanto classe vinculada à luta pela terra, pois identifica o camponês como um modo de vida que pode dar origem a uma classe de acordo com as condições históricas, que o fazem lutar ou não pelos seus interesses, e o são se lutam por seguir reproduzindo seu modo de vida. O autor define o campesinato por seu modo de vida, sendo este uma combinação de vários elementos que não se configura como algo sólido e absoluto e, por isto, não se constitui como uma realidade fixa, um modelo, mas que se reconhece enquanto classe no momento em que luta pela reprodução do seu modo de vida.

³ Definido como síntese de costumes de um povo.

Portando, a concepção de campesinato, também chamado hoje de pequena agricultura de mercadorias ou agricultura familiar, considera-se uma classe social no momento em que se autodefine e identifica historicamente, na defesa de suas terras e seus modos de vida, que tem como objetivo sua reprodução social através da manutenção social e cultural, seus saberes, alimentação e utilização da agro-biodiversidade com suas próprias forças produtivas e relações de produção e, portanto, suas próprias leis e tendências. Um dado contundente é que hoje no mundo a produção de aproximadamente 70% dos alimentos⁴ é originada de propriedades camponesas (ETC, 2009; VIA CAMPESINA, 2011).

No entanto, pela multiplicidade de modos de vida no campo, o camponês passa a se definir pela especificidade de sua realidade. Almeida (2009) destaca esta nova estratégia no discurso dos movimentos sociais, que não aparecem unidas ao termo camponês. A politização é agora relacionada às denominações de uso local utilizada pela adoção de designações coletivas que representam a vida cotidiana do camponês, sejam estas as quebradeiras de coco babaçu, as comunidades quilombolas ou os atingidos por barragens. A identidade do camponês é afirmada a partir de uma territorialidade específica e se organiza enquanto classe para o reconhecimento desta forma intrínseca de acesso a terra.

Para tratar da multiplicidade dos modos de vida do camponês, aglutinando suas especificidades de acordo com a biodiversidade dos ecossistemas em que vive, a proposta agroecológica de definição do campesinato traz novos elementos para conforma-lo enquanto classe social, pois o compreende além de uma categoria histórica ou sujeito social, incorporando uma forma de manejo dos recursos naturais vinculada aos agroecossistemas locais e específicos de cada zona. A partir desta percepção, o camponês utiliza seu conhecimento sobre o território, que é condicionado pelo nível tecnológico do momento histórico em que vive, sendo que o grau de apropriação desta tecnologia e do território gera, portanto, distintos graus de campenisidade (SEVILLA GUZMÁN, 2011).

A partir desta concepção, o camponês se conforma enquanto classe na luta pela reprodução não somente de sua identidade específica do território, mas sim, reconhecendo a amplitude de territórios em que pode se representar, nos distintos graus de campenisidade.

⁴Hoje em dia a agricultura camponesa representa mais de 80% das explorações agrícolas na América Latina e no Caribe. No que se refere à realidade interna dos países, verifica-se que a agricultura camponesa produz entre 27% a 67% do total dos alimentos destes países, ocupa entre 12% a 67% da superfície agropecuária, e gera entre o 57% a 77% do emprego agrícola na região (FAO-BID, 2007 *apud* FAO, 2011).

1.2 A FAMÍLIA CAMPONESA

No campesinato observam-se múltiplas características e configurações familiares na chamada criação e recriação do mesmo no sistema capitalista, por meio de relações não capitalistas de produção. Tais características podem ser visualizadas através do gênero e do número dos integrantes da família, que definem os limites máximos e mínimos do volume da atividade, que é determinado por diversos fatores: pelas fadigas derivadas do trabalho; intensidade de trabalho camponês anual e o tempo necessário de trabalho para produzir uma quantidade específica de produto; a relação trabalho-consumo; a presença ou não de trabalho assalariado, fixo ou temporal; sua coordenação e tarefas diversas; as demandas de consumo e insumos materiais, técnicos e educacionais; as relações com outras famílias e os vínculos com organizações e/ou movimentos sociais; as diferenças e problemas internos; o tipo de produção agroalimentar e/ou artesanal que realizam; da superfície e características das terras de cultivo disponíveis, como sítios, posseiros, arrendatários ou proprietários das terras; o uso comum ou individual das águas e florestas, bosques, zonas áridas e agroecossistemas; e, também, da cosmovisão, religiosidade, das manifestações culturais identitárias, como a música, festas locais e regionais, mercados, feiras e trocas de produtos e sementes para cultivo etc. (FEI HSIAO-TUNG, 1946; WOLF, 1971; HERNANDEZ, X, 1988; IANNI, 1973; CHAYANOV, [1925] 1974; MARTINS, 1975; HUIZER, 1977; BARTRA, R, 1979; SHANIN, 1983; PORTO-GONÇALVES, 1984, 2008; MARX, [1857] 1985; OLIVEIRA, 2001, 2006; ALMEIDA, 2005; BARTRA, A 2007; MAZZETTO SILVA, 2009; PAULINO & ALMEIDA, 2010, TOLEDO & ALTIERI, 2011, SEVILLA GUZMÁN, 2011).

Todas as características familiares são formuladas e resultantes de sua adaptação e capacidade de resiliência pelos camponeses de diversas formas, algumas vezes inovadoras e outras vezes tradicionais, mas muito virtuosas para conseguir o claro objetivo da satisfação do orçamento anual de consumo e qualidade de vida da família.

Para Fei Hsiao-Tung (1946, p. 2, tradução nossa) a família é predominante na estrutura da organização na comunidade agrícola, “pois a extensão de terra mais além da capacidade de cultivo significa pouco para eles”. A comunidade camponesa é uma unidade suficiente para proporcionar a cooperação necessária e mínima diária nas atividades econômicas. Esta

cooperação é mantida pelo esforço mútuo das funções relacionadas com a vida e que alcança uma forte solidariedade.

Mas, evidentemente, a posse ou renda para cultivar e viver, a disponibilidade de água e as características de fertilidade do solo são variáveis muito importantes que influenciam na existência e nas condições do modo de vida camponês. Chayanov ([1925] 1974) faz referência à importância que pode ter sobre a atividade econômica as peculiaridades das famílias, como o aparato produtivo e a importância que a motivação ou a iniciativa que possuem para o trabalho os membros da família, segundo suas necessidades como o livre acesso à terra para sua reprodução social.

O papel e contribuições de Chayanov ([1925] 1974) oferecem uma conceituação sistêmica das características do campesinato. Armando Bartra (2009) aponta a importância do trabalho de Chayanov, destacando que o entendimento dos elementos das economias domésticas não é explicável por meio das categorias da economia capitalista ou da economia política clássica. Atualmente, as teorias de Chayanov, depois de 75 anos de sua morte, continuam sendo debatidas, sobretudo para os países subdesenvolvidos ao abrir um caminho para a análise combinada dos indicadores e fatores que determinam o comportamento da economia camponesa, mediante forças produtivas e modos de produção diferentes ao capitalista com suas próprias leis e tendências, mas inserida nesse sistema, como discute Roger Bartra (1979).

Mas, tais posições contrastam na história do estudo agrário com as de Kautsky ([1878] 1978, tradução nossa) em sua obra “A questão agrária”, na qual considerou as formas de vida camponesas como estáticas e como resíduos em vias de proletarização, como também, no que diz respeito à força necessária para satisfazer as necessidades de consumo pela produção agrícola, mencionando que estas unidades “não tinham experimentado mudanças essenciais desde tempos remotos” e que “eram simples e fáceis de conhecer” (p. 61).

Kautsky ([1878] 1978, p. 101, tradução nossa) assinala também que “na medida em que o capitalismo se desenvolve na agricultura, se aprofunda a diferença qualitativa desde o ponto de vista técnico entre a grande e a pequena exploração”. Mas, para Sevilla Guzmán (2011, p. 79, tradução nossa) o pensamento de Kautsky é muito mais complexo e não deixa de oferecer outros elementos importantes para tomar em consideração, já que o marxismo ortodoxo, em sua interpretação sobre o campesinato, “entende como seu esquema teórico a evolução da estrutura

agrária no processo histórico através de uma temporalidade unilinear até o desaparecimento do campesinato e sua conversão em proletário”.

A corrente ortodoxa do marxismo leninista no campo, que vem até nossos dias decretando o fim histórico dos camponeses pela concorrência com os grandes capitalistas agrários, argumenta a suposta incapacidade política dos camponeses para a construção do socialismo, pregando sua inabilidade empresarial para o desenvolvimento das forças produtivas em direção à homogeneização das relações capitalistas, com seus diversos matizes e discursos contemporâneos (OLIVEIRA, 1982; PAULINO & ALMEIDA, 2010; BARTRA, 2011).

O marxismo ortodoxo não observa que Kautsky também coloca alguns elementos de riqueza analítica em seus escritos para entender a lógica camponesa, especialmente ao explicar o campesinato como uma fonte contínua de acumulação primitiva; os mecanismos de maior lentidão dos processos de centralização e concentração na agricultura; e a formulação de propostas teóricas a respeito das pressões políticas dos latifundiários e o papel do Estado, por um lado, e a resistência do campesinato pelo outro, nos lugares e regiões onde os camponeses continuam existindo.

Neste sentido, Kautsky ([1878] 1978, p. 177-178) observa que:

La gran administración doméstica podrá ser superior a la pequeña, puesto que esta se comporta mayor empleo de trabajo; pero en manera alguna vemos en los hogares una tendencia a centralizarse, ni a ceder los pequeños ante los grandes. [...] el labrador sigue fiel a la explotación parcelaria del suelo, como su mujer sigue fiel a su miserable hogar, aunque su improbio trabajo no le de los resultados apetecidos, porque constituye el campo donde él no está sometido a una voluntad extraña y donde no se explota [...] pero cuanto mayor necesidad tiene de ganar dinero, tanto más debe poner en primer plano el trabajo accesorio a costa de la agricultura propia.

Essa corrente ortodoxa unilinear simplifica também a evolução do pensamento de Marx em relação às relações homem-natureza sobre a fratura irreparável do metabolismo social, que contribui para o entendimento do papel da agricultura industrializada, ou seja, seu papel depredador tanto da sociedade, através da exploração do trabalho, como da natureza ao esgotar o solo, exaurindo sua vitalidade natural mantida pelo adubo orgânico dos dejetos (SEVILLA GUZMÁN, 2011, tradução nossa).

Marx, ([1894] 1981, p. 488) escreve:

La destrucción de la industria doméstica rural, [...] como consecuencia del desarrollo de la gran industria; el empobrecimiento y el agotamiento graduales de la tierra sometida a este tipo de cultivo: la usurpación por los grandes terratenientes de la propiedad comunal que constituye en todas partes el segundo complemento del régimen parcelario y que hace posible el mantenimiento del ganado; la competencia de la agricultura en gran escala, ya sea en régimen de plantaciones o en régimen capitalista. Las mejoras introducidas en la agricultura, que por una parte determinan la baja de los precios de los productores agrícolas y por otra parte exigen grandes inversiones y medios materiales de producción más abundantes, contribuyen también a ese resultado, como ocurrió en Inglaterra en la primera mitad del siglo XVIII. La propiedad parcelaria excluye por su propia naturaleza el desarrollo de las fuerzas sociales productivas del trabajo, las formas sociales del trabajo, la concentración social de los capitales, la ganadería en gran escala, la aplicación progresiva de la ciencia.

Chayanov ([1926] 1986, p. 237-238, tradução nossa) esclarece e demonstra que “a unidade econômica camponesa de exploração familiar e os adiantamentos para renovar e formar capital se extraem do mesmo ingresso e estão vinculados com o processo de satisfação das necessidades pessoais”. Enquanto Marx, em seu trabalho sobre as “Formações Econômicas Pré-capitalistas” ([1857] 1985) mencionou que o propósito do camponês se direciona para sua manutenção como proprietário individual da terra, de sua família e da comunidade como um todo. E conclui que no regime de propriedade parcelaria e de pequena propriedade territorial, a produção satisfaz em grande parte as necessidades do próprio consumo e independentemente de sua regulação pela quota geral dos ganhos.

O sistema de produção camponesa hoje continua a se reproduzir com suas próprias lógicas econômicas e sociais, como demonstrou Chayanov. Neste sentido, Oliveira (2007), ao sistematizar as diferenças das formas de circulação do capital na produção capitalista e na camponesa, elucida a maneira como se distingue a forma de produção do camponês e do capitalista:

No trabalho do camponês, uma parte da produção camponesa entra no consumo direto do produtor, do camponês, como meio de subsistência imediata, e a outra parte, o excedente, sob a forma de mercadoria, é comercializada. Por isso é mister a distinção entre a produção camponesa e a produção capitalista. Na produção capitalista, temos o movimento de circulação do capital expresso nas fórmulas: D-M-D na sua versão simples, e D-M-D' na sua versão ampliada. Já na produção camponesa, estamos diante da seguinte fórmula: M-D-M, ou seja, a forma simples de circulação das mercadorias, onde a conversão de mercadorias em dinheiro se faz com a finalidade de se poderem obter os meios para adquirir outras mercadorias igualmente necessárias à satisfação de necessidades (p. 40).

O capital mantém seu poder de acumulação sobre as relações não capitalistas de produção no campo, mesmo que o camponês não mantenha seu instrumento de trabalho – a terra – através da sujeição da renda da terra ao capital, do campesinato ao capital, como renda capitalizada (OLIVEIRA 2011).

O fundamental para o capital é a sujeição da renda territorial, pois a partir daí ele tem as condições necessárias para que possa sujeitar também o trabalho que ocorre na terra. Oliveira ([1981] 2011, p. 11) baseando-se nos trabalhos de Marx explica que “a riqueza criada pelos pequenos produtores vai muitas vezes se realizar nas mãos de outra classe social, como os gêneros alimentícios que são entregues a preços baixos, porque foram produzidos a custos reduzidos”, possibilitando diretamente o incremento da taxa de lucro dos monopólios capitalistas nas cidades. Assim, “uma parte do trabalho do camponês é dada de graça à sociedade”.

Chayanov (1926 [1976]) já propunha esta questão que ainda hoje permanece nas unidades econômicas camponesas, em que os mecanismos capitalistas muitas vezes penetram até as profundidades das unidades camponesas, deixando em liberdade a produção, mas dominando totalmente no aspecto econômico. E complementa que a agricultura no mundo é conduzida, cada vez mais, para a circulação geral da economia mundial e os centros do capitalismo a subordinam à sua liderança.

O autor ainda aponta, mediante suas experiências de pesquisa, uma pista interessante, inclusive para entender o sistema de produção de muitos produtos na atualidade:

En volumen una parte considerable de los productos agrícolas proviene de las unidades de explotación doméstica, y lo que es más importante es que también provienen de allí las unidades marginales que determinan los precios de muchos productos. Esto se ve con mayor claridad en los productos específicos de las áreas superpobladas (lino, cáñamo, girasol, tabaco, etc.) en las cuales como sabemos, la intensidad del trabajo y el alto ingreso bruto resultan atractivos para las unidades económicas campesinas que aceptan una remuneración muy baja para cada unidad de trabajo en estos cultivos. Como resultado, se crea una situación de mercado de precios tan bajos para estos productos que se hacen muy desventajosos para la unidad de explotación capitalista y desaparecen de su plan organizativo [en la producción, prefiriendo la acaparación, distribución y circulación, pero no producción]. El cultivo de la fibra del lino es particularmente característico en este sentido; antes de la guerra más del 90% se sembraba en tierras de campesinos (p. 284).

A forma de influir totalmente na reprodução camponesa hoje pode ser materializada no fornecimento de insumos, sementes transgênicas estéreis, agricultura por contrato e descamponização total ou parcial dos produtores.

As relações mercantis que os camponeses na atualidade mantêm atuam em consequência do sistema capitalista, mas conservando ainda relações não capitalistas. Esse é um fato do desenvolvimento histórico do capitalismo na agricultura, mas não ficaremos apenas nessa análise, trataremos de entender e contribuir para o entendimento das dinâmicas que ainda hoje existem no campesinato-agroextrativismo no Brasil, mesmo sendo contraditórias, suas lutas e resiliências, resistências e propostas diferenciadas que restauram o sentido de comunidade e reconhecimento da natureza.

À maneira como Rosa Luxemburgo, criadora da proposta dos *vazios do capital* no capitalismo (1925, p. 350), já tratava ao verificar que “mesmo nos mais antigos países industriais da Europa, há ainda, ao lado das grandes empresas industriais, muitas pequenas empresas artesanais atrasadas, a maior parte de produção agrícola e a produção camponesa não são capitalistas”. E Chayanov (1926 [1976]) já colocava que mais além da sobrevivência do camponês no mundo capitalista, a produção camponesa começa a influir também nas dinâmicas dos centros econômicos agrícolas:

La fase actual del capitalismo, en la cual la mayoría de la industria y el comercio está basada en mecanismo que explotan fuerza de trabajo asalariada y la que una considerable parte de la agricultura está basada en el mecanismo de la unidad de explotación familiar debe reflejar inevitablemente la influencia de ambos tipos de actividad económica. Grandes sectores de la economía nacional integrados por unidades de explotación familiar, que en general son siempre pasivos, son arrastrados al sistema capitalista de la economía y subordinados a los centros organizativos del capitalismo. A su vez, ellos comienzan luego a influir sobre estos centros con los rasgos peculiares de su conducta económica, y esta influencia comienza a actuar de inmediato como determinante sobre ciertos sectores (p. 266).

Fato que ainda pode ser verificado em estudos mais recentes, como para o caso mexicano analisado por Hernandez Xolocotzi (1998, p. 139, tradução nossa) em que “a tecnologia agrícola tradicional camponesa seguirá existindo como opção de sobrevivência no capitalismo para grande parte da população rural e como bode expiatório da degradação dos recursos naturais e da nossa incapacidade de autonomia de alimentos básicos”.

As comunidades camponesas possuem os saberes dos territórios e um profundo vínculo com a natureza. Armando Bartra (2009, 2011) expõe que o camponês de uma região do planeta não é igual ao de outras, mas também as características do camponês de ontem não são iguais às do camponês de hoje. O camponês além de proletarianizar, também resiste, muda, evolui perante as difíceis condições sociais que apresentam na sociedade capitalista, o que também aconteceu nos distintos regimes políticos-militares, como no comunismo europeu do século passado. Bartra, de maneira clara, evidencia que os camponeses são uma anomalia pela sua diversidade natural e sustentam seu polimorfismo em múltiplas e variadas maneiras de interatuar com a biosfera. E conclui que a agricultura camponesa é o território da heterogeneidade.

A crescente e importante subordinação e exclusão econômica, social e territorial que o campesinato sofre no sistema capitalista é uma realidade, deixando efeitos negativos muito importantes nas comunidades rurais, tais como: migração; marginalização; pobreza; escravidão e semiescravidão; expulsão de suas terras; degradação dos solos e florestas; e violência no campo.

1.3 A CAMPONIZAÇÃO E (RE) CAMPONIZAÇÃO

Apesar das dificuldades sociais e econômicas que os camponeses vivem, eles se recriam uma e outra vez através do tempo em diferentes sistemas socioeconômicos dominantes, com sua férrea resistência ao capital fazendo parte contraditória dele. O camponês gera estratégias de sobrevivência e de reprodução social diante dos acontecimentos de expulsão de seus territórios, miséria, fome e violência. O mesmo processo de proletarianização do camponês pode gerar um ciclo que o leva a recamponizar-se e, mais ainda, a mesma camponização do proletário, que ocorre pela reconquista da autonomia do trabalho, através da busca de novas terras para sua reprodução social, construindo seu próprio regime de propriedade anti-capitalista, devido à posse da terra de trabalho.

Chayanov ([1924] 1974) já relatava esta situação para o caso da Rússia, quando surgiram os *Artels*⁵ camponeses depois da crise da Sibéria Ocidental quando formaram fábricas cooperativas cujo produto oferecia uma qualidade diferenciada da banha de porco adulterada dos empresários, onde anteriormente trabalhavam os membros dos *Artels*. Inclusive depois ao se desenvolver como sistemas produtivos organizados, a sua estrutura de produção começou a receber apoios financeiros.

Um processo de camponização e re-camponização que é referencia para essa discussão é o caso do México, país que teve a primeira revolução do século XX, a Revolução Mexicana, de 1910. Movimento que teve a população camponesa como a força propulsora da revolução, da qual muitos provinham da expulsão de suas terras ancestrais e tinham se convertido em trabalhadores das fazendas mexicanas dos *terratenientes* (latifundiários). Os principais resultados da revolução foram o desmantelamento parcial do latifúndio e o resgate e reinvenção da matriz mesoamericana dos povos indígenas. O que derivou no acesso parcial da terra, através do reconhecimento de seus territórios ancestrais, sendo materializada depois da revolução na implantação da reforma agrária no país (ALTIERI & TOLEDO, 2011).

O caso da decadência do monoextrativismo da borracha, em 1912, é assinalado como outro exemplo deste processo, onde a Amazônia brasileira viveu um apogeu econômico no fornecimento de um dos principais produtos da Revolução Industrial e viveu sua decadência com a perda do monopólio do produto. Contexto que mobilizou grandes contingentes populacionais

⁵ Um tipo de cooperativa de camponeses russos existentes na Rússia entre 1860 a 1950.

de camponeses do nordeste do país a se inserirem na economia da borracha, que com a crise transformou boa parte dos seringueiros, caucheiros e outros trabalhadores ligados à produção e ao transporte da borracha em sitiantes e ribeirinhos. Ianni (1979, p. 135) assinala que “passaram a viver da caça, pesca, coleta, alguma agricultura ou pouca criação. [...] Aliás, desde antes do ciclo da borracha já se achava em curso o processo de transformação do campesinato amazonense, composto de caboclos da região”. E a continuação destaca um fato muito importante quando explica a apropriação simbólica da terra pelos povos tradicionais⁶ nessa etapa histórica de abandono do ciclo do monoextrativismo:

[...] os sitiantes, ante a imensidade da terra, franqueada a todos e pelo gênero de vida meio nômade que levavam, não tinham sentido a assegurar-se o direito da propriedade, a posse parecia-lhes bastante. Com a crise da borracha houve uma espécie de camponização generalizada de seringueiros, caucheiros e transportistas (p. 135).

Um contexto mexicano semelhante ao ocorrido pelo ciclo da borracha no Brasil é o assinalado por Armando Bartra no cultivo e crise do *henequén*⁷, no Estado de Yucatán ao Sudeste de México, produto que teve seu apogeu, em 1880, quando fornecia fibra para a fabricação de 90% das bolsas e cordas produzidas no mundo, e crise, após a primeira guerra mundial, com a sua substituição pela fibra sintética. A crise da produção do henequén resultou na volta ao campesinato tradicional e sua *Milpa*⁸ pelos anteriormente trabalhadores das *haciendas de henequén*, após a revolução mexicana. Um dos líderes da revolução mexicana, Felipe Carrillo Puerto, com o término da revolução regressou ao seu estado, convertendo-se em governador e promoveu as políticas de retorno ao campesinato tradicional maia, na procura do incentivo da identidade perdida pelo latifúndio mexicano.

⁶ Definidos pelo Decreto nº 6040, de 7 de fevereiro de 2007, em que institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais, como os grupos culturalmente diferenciados e que se reconhecem como tais, que possuem formas próprias de organização social, que ocupam e usam territórios e recursos naturais como condição para sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica, utilizando conhecimentos, inovações e práticas gerados e transmitidos pela tradição.

⁷ Fibra natural obtida através de uma espécie de agave, utilizado para cordas industriais de exportação em princípios do século XX.

⁸ *Milpa* é o nome que se dá a parcela de cultivo tradicional mexicana onde se cultivavam milho, abóbora, feijão, pimentas e outras plantas em sistemas de policultivo, em rotação e com sementes nativas também chamadas de “crioulas”.

Nestes processos como foram exemplificados no caso do ouro negro, no Brasil, e do ouro verde, no México, ocorreram os efeitos contrários à chamada proletarização do camponês, com uma camponização ou re-camponização em momentos de mudança da produção capitalista.

Martins (1981) já identificava a questão do campesinato no Brasil, em que o camponês sempre foi um desenraizado, um migrante e itinerante, pois sempre foi expropriado de sua terra para ser proletarizado pela lógica capitalista. Martins (1975) comenta sobre a pressão das terras empregadas para a produção direta dos meios de vida do camponês, que inicia uma crise social nas áreas rurais, que deriva em mobilidade pela busca de novas terras ou a proletarização do camponês, tanto nas cidades como nos grandes cultivos históricos agrícolas, como o café, a borracha ou a cana-de-açúcar, no caso do Brasil.

O processo de camponização e re-camponização também vem adquirindo novas configurações, adaptando-se as mudanças no sistema produtivo do capitalismo, trasladando fronteiras e gerando redes migratórias de camponeses entre países em busca de trabalho.

O México apresenta um fenômeno migratório claro do camponês que cruza a fronteira para trabalhar nos EUA, evento se aprofundou no século passado e persiste até a atualidade. Grandes massas de camponeses mexicanos servem de mão de obra no meio urbano e rural dos EUA e, mais recentemente, do Canadá também. Movimento migratório que gerou toda uma rede complexa de relações familiares e econômicas em que os vínculos com o campo se desfragmentam, mas que podem voltar a regenerar-se de acordo com as circunstâncias da família camponesa. Estratégias que incluem desde a migração temporal nos EUA ou Canadá; a migração de retorno, quando um familiar que volta para investir nas parcelas de cultivo da família; rotação dos familiares migrantes, sempre mantendo um fluxo financeiro no campo etc. Algumas experiências, inclusive, geraram a criação de empresas de exportação de alimentos produzidos no México para abastecer o vasto mercado consumidor mexicano nos EUA, como o caso do Nopal (cactácea consumida amplamente no México) (RAMOS, 2011).

No caso do Brasil, devido a sua grande extensão territorial, a migração internacional de camponeses não é tão evidente e ocorre nos limites fronteiriços entre os países com os quais o Brasil delimita seu território. O processo de proletarização do camponês em busca de trabalho ocorre em deslocamentos internos para trabalhar nas grandes construções, nas zonas urbanas ou em grandes empreendimentos agrícolas, em que o efeito contrário gerado por uma crise

econômica, o término de uma construção ou a estagnação de um sistema agrícola, podem propiciar contextos para a camponização e re-camponização.

Depois e durante estes processos decadentes economicamente, uma parte da mão de obra já proletarizada, escravizada ou semiescravizada segundo o caso, tende a procurar sustento de forma independente. A primeira opção em países agrícolas e extensos territorialmente como Brasil, a busca de terras que predomina, especialmente através de migrações, ocupações ou assentamentos de forma individual ou por comunidades (MARTINS, 1975).

Atualmente, alguns autores ponderam sobre a possibilidade do aparecimento de crises nos monocultivos agroindustriais atuais, por exemplo, no sistema produtivo monocultor da soja. Alves (2006, p. 33) destaca que:

[...] a riqueza decorrente de tal comércio pode ser fugaz, uma bolha de crescimento econômico que parece já se desfazer diante das oscilações negativas da compra de grãos por parte do mercado consumidor internacional, que se pauta pela competição. [...] Priorizar um produto primário para exportação se devia comumente a expansão da demanda a crise se instala levando a decadência de áreas até então dinâmicas.

No Cerrado, Mazzeto Silva (2009, p. 71) destacou a decadência das pastagens do gênero *braquiária*, utilizadas para a agropecuária:

Estudos da década de 1990 vêm mostrar que, passados 25 anos do início da implantação maciça das pastagens plantadas nos Cerrados, os sinais de sua decadência são evidentes, provocada pela exaustão e degradação dos solos, que atinge cerca de 90% do total da área de pastagens, conforme admite a própria Embrapa-CPAC (Centro de Pesquisa Agropecuária do Cerrado).

Os processos históricos de crises e mudanças no sistema produtivo capitalista apresentam elementos para a proposição de que são acompanhadas por movimentos de camponização e re-camponização, em novas definições e formas de organização de luta por sua existência. Exemplos atuais são os modernos e multicoloridos *campesíndios*, assim chamados por Armando Bartra (2007) quando faz referência às comunidades indígenas camponesas da América Latina, por sua pluralidade étnica e socioeconômica. Sua força não nasce da uniformidade senão da diversidade que se unifica em torno de bandeiras de luta camponesa, como a Via Campesina, que aglutina movimentos camponeses locais e regionais da América Latina e do mundo. No Brasil, o Movimento dos Trabalhadores Sem Terra – MST, que lutam pela Reforma Agrária no país. As

ocupações de terras devolutas e as ações sociais de transcendência no mundo rural brasileiro marcaram e continuam contribuindo para a história de resistência do camponês no Brasil, muitos deles sendo de origem urbana em caminho para o campo.

Altieri & Toledo (2011, p. 606) destacam o incremento da presença cultural, social e política do camponês. Por meio da análise de dados de 17 países, durante o período entre 1990 e 1999, os autores encontraram que os pequenos agricultores aumentaram sua população em 220 milhões. Este fenômeno tem sido chamado como “o retorno dos camponeses” ou a re-camponização dos espaços rurais, incluindo territórios da Europa, que tem contribuído no reconhecimento da importância do camponês no seu novo papel de resistência contra o avanço da agricultura industrial e as políticas neoliberais. Estes dados vêm a confirmar não só o processo de resiliência camponesa, como também, os processos de camponização e re-camponização da população mundial.

1.4 O SISTEMA ALIMENTAR AGROECOLÓGICO CAMPONÊS E O AGROINDUSTRIAL CAPITALISTA

El sistema de investigación resultante de un enfoque tecnócrata del desarrollo agrícola y una apreciación ahistórica de nuestros problemas, no ha logrado captar la importancia de la agricultura campesina para poder coadyuvar a la solución de sus problemas.

(Hernandez, X, 1998, p.132)

Mesmo que o capitalismo crie e recrie suas próprias contradições estruturais para seu funcionamento onde a agricultura camponesa é parte como uma forma de produção não capitalista, existe uma clara diferenciação nas contribuições dos dois tipos principais de agricultura existentes no mundo na chamada “sustentabilidade”. Murray Bookchin (1978) assinalou que o grande contraste entre as práticas agrícolas primitivas – ou tradicionais – e as modernas não pode ser pelo entendimento de uma através da outra e, muito menos, reconhecer que ambas estão unidas por alguma continuidade cultural. E aponta textualmente:

Tampoco podemos explicar el contraste por simples diferencias de tecnología. Nuestra época agrícola, característicamente capitalista, considera la producción de alimentos como un negocio que debe ser operado con el estricto propósito de generar ganancia en la economía de mercado. Desde este punto de vista, la tierra es una mercancía enajenable llamada “bienes raíces”, el suelo un recurso natural,

y los alimentos un valor de cambio que es comprado y vendido impersonalmente a través de un medio llamado “dinero” (p. 248).

Pelo que vamos diferenciar os dois tipos de agricultura e suas características gerais. Por um lado, existe a agricultura baseada na monocultura, como por exemplo, a soja, em que os efeitos no ambiente se estabelecem na grande propriedade patronal, considerada como uma agricultura especializada que contribui as economias nacionais, envolvendo uma variedade de problemas sociais e ambientais, comprometendo a integridade ecossistêmica e a qualidade dos alimentos (ALTIERI & TOLEDO, 2011).

Neste contexto, não é surpreendente, como Bookchin (1978, p. 248) relata, que neste tipo de agricultura, um trabalhador agrícola resulte em um piloto aviador que rega produtos químicos, que um engenheiro químico que estude o solo como um depósito sem vida de compostos inorgânicos, ou um operador de maquinários agrícolas de grandes dimensões que conheça mais de motores do que de botânica e, talvez o mais decisivo, um empresário financeiro cujo conhecimento da terra possa estar por embaixo de um taxista urbano.

E, por outro lado, existe a agricultura camponesa, caracterizada pelo policultivo e representada por grupos altamente heterogêneos, por exemplo, por uma comunidade de produtores familiares de pequenas propriedades e/ou baseados num gradiente de sistemas produtivos que vão desde a agricultura de subsistência de recursos locais e técnicas agroecológicas do camponês aos sistemas semicomerciais e comercial, no que Sevilla Guzmán (2011) chama de graus de camponêsidade. A contribuição do sistema agroecológico se diferencia completamente do primeiro sistema agrícola agroindustrial, baseado em sistemas alimentares em circuitos locais de sistemas agroecológicos produtivos e consumo local (ALTIERI & TOLEDO, 2011).

No Quadro 1 apresenta-se as principais diferenças entre o sistema agroindustrial e o agroecológico camponês.

Quadro 1. Seleção de algumas diferenças entre o sistema alimentar agroindustrial e o sistema alimentar agroecológico camponês.

Sistema alimentar agroindustrial	Sistema alimentar agroecológico camponês
Agroexportação, cultura e produção de biocombustíveis, a milhares de quilômetros, principais emissões de gases-estufa. Concentre-se em menos de 20 animais e espécies de cultivo. Monoculturas em larga escala. Alto rendimento, variedades híbridas e transgênicas. Dependência do petróleo e insumos agroquímicos. Fertilizantes para a nutrição de culturas (para alimentar as plantas). Esquemas de extensão tecnicistas de cima para baixo os, a pesquisa científica controlada corporativa. Conhecimento tecnológico estreito. Inserida numa matriz simplificado de degradação natural e não propício à conservação de espécies selvagens.	Produção local, regional e/ou nacional de alimentos, circuitos locais de consumo. Mais de 40 espécies de animais e milhares de plantas comestíveis. Sistemas agrícolas diversificados de pequena escala. 1,9 milhões de variedades locais – <i>landraces</i>- e cultivos. Recursos locais, serviços ambientais prestados pela biodiversidade. Matéria orgânica derivada de plantas e animais para alimentar o solo. Campesino a Campesino (agricultor a agricultor), as inovações locais, trocas horizontais socialmente orientados através movimentos sociais. Conhecimento holístico da natureza, cosmovisão. Inserido na matriz de natureza complexa que fornece serviços ecológicos aos sistemas de produção (ou seja, a polinização, controle biológico de pragas etc.).

Fonte: Altieri & Toledo. The agroecological revolution in Latin America: rescuing nature, ensuring food sovereignty and empowering peasants. **The Journal of Peasant Studies**. Vol. 38, No. 3, July 2011, 587–612 pp. (2011, tradução nossa).

Pierre George (1989, p. 147-148) faz uma reflexão sobre as grandes extensões de monocultivos do hoje chamado agronegócio, olhar que compartilhamos, pois consideramos contraditório o discurso e os interesses que estão por detrás desta agricultura capitalista, e menciona:

Não se é pessimista, mas útil. Quando se presta atenção aos efeitos, pela repetição, em intervalos regulares dos estudos de geografia agrícola, que permitem a comparação das estatísticas. [...] Por uma triste contradição, é porque as “necessidades alimentares” obrigam as super-explorações imprudentes que a disponibilidade dos produtos indispensáveis está ameaçada da redução. Por maioria de razão, as especulações que incluem monoculturas com finalidades comerciais não são estranhas a certas formas de desperdício do patrimônio agrícola, acelerando a alteração ou desaparecimento dos solos. Os melhores exemplos são os referidos a propósito do Brasil.

Muitos dos estudos científicos relacionados às zonas rurais são econômicos e procuram responder a pergunta: como poderíamos aumentar a produção e a produtividade na agricultura? Mas poucas perguntas se fazem sobre quais são os custos sociais das propostas para aumentar a produção e a produtividade. Isso foi uma realidade no passado e também no presente, mas com grandes consequências. Neste sentido Hernández Xolocotzi (1998, p. 133-134) aponta que:

La agricultura moderna, hacia la cual aparentemente queremos llegar, es de reciente configuración, consistiendo de los elementos biológicos de la agricultura tradicional y las aportaciones de la ciencia occidental (que sí diferencia entre lo material y lo metafísico), aportaciones que han desembocado básicamente en el manejo de cantidades cada vez mayores de energía inyectables al agroecosistema” [...] la agricultura moderna ha logrado incluir el apoyo de la ciencia occidental que se refleja fundamentalmente en un aumento ilimitado de la calidad y cantidad de la energía utilizada, sustituyendo en gran parte la fuerza de mano de obra, ampliando el material utilizable por nuevas formas de transformación y adoptando nuevos métodos de información. Esta agricultura redundante en excedentes que sirven de base al capitalismo a través de la comercialización de productos y la generación de plusvalía del capital. [...] Un análisis agroecológico indica que por un lado la agricultura tradicional es altamente productiva (relación entre valor del producto y costo de producción), pero baja producción total. Y por otro lado, la agricultura moderna registra alta producción basada en fuertes inyecciones de energía (maquinaria agrícola, combustible, productos industriales, tecnología, métodos computarizados de información y sistema científico occidental), pero la resultante de la agricultura moderna es muy baja productividad, desplazamiento del hombre en los trabajos agrícolas y necesidad de altos subsidios gubernamentales.

Os efeitos ambientais das atividades produtivas e suas fortes injeções energéticas no mundo, atualmente são consideravelmente mais levados em conta por pesquisas críticas destes

sistemas de produção. O aparecimento de “pragas”⁹, poluição, erosão génica, e desertificação do solo de forma drástica, etc. podem afetar drasticamente os cultivos e originarem crises de produção de algum produto cultivado.

Esses problemas aparecem quase unicamente em monocultivos extensivos ou são os que originaram o problema em outras propriedades. O aspecto mais desastroso das metodologias agrícolas atuais, com sua ênfase nos monocultivos, a hibridação e as substâncias químicas, tem sido a simplificação que tem introduzido na produção de alimentos, numa escala tão global que muito bem poderia fazer voltar ao planeta a uma etapa evolutiva na que só manteria formas de vida mais simples (BOOKCHIN, 1978).

Chayanov ([1924] 1974) já apontava sobre os avanços “extraordinários na tecnologia agrícola (tratores, fertilizantes etc.)”. Enquanto Kautsky ([1878] 1978, p. 59-60) é ainda mais radical em suas proposições:

La química no sólo le da a conocer estas substancias, sino que también produce artificialmente las que faltan al terreno y que el agricultor no podría producir en la cantidad suficiente o sin gastos excesivos en sus propias tierras [...] En pocos lustros la agricultura, la más conservadora de todas las formas de producción y que durante miles de años casi había permanecido estacionaria, pasó a ser una de las más revolucionarias sino la más revolucionaria de las formas de producción modernas. A medida que se transformaba, cesó de ser un *oficio*, transmitido de padres a hijo, para convertirse en ciencia, o mejor aún, en sistema científico, ensanchando el campo de sus investigaciones y el horizonte de sus conocimientos técnicos. El agricultor que no está familiarizado con las ciencias, el mero “práctico”, asiste impotente y perplejo a estas innovaciones, sin poder tampoco volver al antiguo método, porque le es imposible seguir trabajando con los procedimientos de sus antepasados. [...] ¡La agricultura enseñada en la gran ciudad! Ello es la mejor confirmación del axioma de que la agricultura moderna depende completamente de la ciudad, que su progreso emana.

Kautsky não deixa de nos intrigar sobre sua ampla visão dos problemas na agricultura, pois, ao mesmo tempo em que reconhece as “virtudes e superioridade” da ciência agrícola, também observa o gradual empobrecimento do solo e a necessidade da aplicação em maiores

⁹ Um exemplo de “pragas” muito significativo é o da resistência do Amarantho (*Amarantus rudi* e *Amaranthus hypocondriacus*) ao Glifosato (herbicida utilizado pelo agronegócio) nas plantações norte-americanas de soja e algodão transgênico, e as enormes perdas econômicas ocasionadas por esta “praga” que é, por outro lado, um alimento altamente tradicional e nutritivo no Peru, no Bolívia e no México.

quantidades de fertilizantes¹⁰ na terra ao longo do tempo. Naquele tempo os fertilizantes começavam a expandirem-se na agricultura, advertindo a dependência da aplicação nos métodos agronômicos modernos da ciência, de forma não racional sob o capitalismo. Esta questão foi base para os estudos de Marx sobre a quebra do metabolismo social pelo capitalismo, entendido como a utilização do trabalho como material auxiliar consumido por meio do trabalho e como trabalho incorporado a tecnologia agropecuária e florestal como matéria primordial, que reaparece como sustância do produto (SEVILLA GUZMÁN, 2011).

Pierre George (1989, p. 147) faz menção a algumas das consequências que começaram a tornarem-se mais evidentes a partir da Revolução Verde:

Os emparcelamentos, que foram a principal forma de planejamento da revolução agrícola dos decênios de 1950-1960 para as nossas paisagens rurais, romperam com os sistemas de associação biológica, da circulação das águas superficiais e das camadas freáticas. A fauna ficou empobrecida devido à supressão das sebes –coberturas– divisórias e das árvores que serviam de abrigo a uma população que ia das bactérias aos roedores, passando pelos reptéis e as aves (entre os quais havia muitos elementos úteis). Os campos unificados, assepsizados, tratados com fertilizantes, transformaram-se num deserto animal, não havendo a certeza se conservarão, a longo prazo, as taxas de produtividade de que a agronomia moderna é tão orgulhosa. O essencial é que, a curto prazo, se obtenha o máximo de rentabilidade da unidade de superfície, do tempo de trabalho e do investimento em material e auxiliares químicos.

A hegemonia da agricultura industrial produz a substituição dos ciclos fechados de energia e materiais através da utilização massiva de insumos externos procedentes de energias não renováveis, fechando o ciclo da modernização agrária até sua nova versão transgênica. Hoje em dia persistem as posturas sobre os avanços da ciência agrônômica representadas pelo discurso do agronegócio e do desenvolvimento na agricultura em geral.

Ainda que sejam conhecidos os efeitos dos monocultivos agroindustriais são ocultadas suas consequências, através de um discurso de agricultura empresarial sustentável que “alimenta o mundo” e que traz desenvolvimento etc. O capitalismo verde se incorporou das inquietudes da população consciente dos riscos à saúde que a agricultura capitalista tem gerado. Enquanto as questões sobre a perda de costumes antigos entre os camponeses e a crescente dependência de

¹⁰ Os descobrimentos de Justus Von Liebig foram determinantes na agricultura em relação aos fertilizantes pela química orgânica aplicada à agricultura (1840).

sementes, fertilizantes e técnicas agronômicas, principalmente emanadas da Revolução Verde até hoje, é verdade também que esses processos não são tão determinantes.

A agricultura camponesa se caracteriza pela sua autossuficiência, autonomia, valor de uso, pequena escala, pouca disponibilidade de capital, redução de risco, conhecimento integrado/não-fragmentado, trabalho e gestão familiar e potencialização dos recursos internos/locais. Características que são estudadas em conjunto com os agroecossistemas através da Agroecologia (TOLEDO, 1996; MAZZETO SILVA, 2009).

A Agroecologia é uma ciência de natureza sistêmica que utiliza uma abordagem holística, como uma transdisciplina pluriépistemológica, que considera o objetivo e o subjetivo, e aceita a biodiversidade sociocultural, integrando avanços e métodos de várias disciplinas do conhecimento em torno do conceito do agroecossistema¹¹. O agroecossistema é visto como um sistema sócioecológico que considera a organização comunitária articulada na dimensão local e regional, que é onde se encontram os sistemas de conhecimento (local, camponês, indígena, quilombola, agroextrativista) (ALTIERI & TOLEDO, 2011, SEVILLA GUZMÁN, 2011).

A importância para usarmos esta corrente radica no valor que tem a geração de redes de intercâmbio e estratégias de ação produtiva e, portanto, de resistência. Redes que incluem tanto o autoconsumo como a criação de mercados alternativos e infraestruturas organizativas, sendo a autogestão a prática mais habitual dentro das dinâmicas vinculadas aos movimentos sociais rurais.

A agroecologia pode ser definida como o manejo ecológico dos recursos naturais através de formas de ação social coletiva que apresenta alternativas desde os âmbitos da atual crise civilizatória. Isso, mediante propostas participativas desde os âmbitos da produção e da circulação alternativa de produtos, encarando o estrago ecológico e social gerado pelo capitalismo e o neoliberalismo atual. Os princípios fundamentais da agroecologia incluem, por exemplo, a reciclagem de nutrientes e energia na parcela de cultivo, em vez de introduzir insumos externos; utilização de matéria orgânica do solo e fomento da atividade biológica do solo; diversificação de espécies de plantas e recursos genéticos no agroecossistemas ao longo do tempo e do espaço; incentivo dos inimigos naturais das plantas e árvores e interações entre a agricultura

¹¹ Conceito definido por Altieri (1995) como: o resultado da co-evolução entre os processos sociais e naturais, de tal forma que os processos ecológicos acontecem paralelamente e são interdependentes dos fluxos socioeconômicos; por essa razão o desenvolvimento e/ou adoção de sistemas e tecnológicas agrícolas são resultado das interações entre os agricultores com os seus conhecimentos e seu entorno biofísico e socioeconômico.

e de raças locais de animais (GLIESSMAN, 1998 *apud* ALTIERI & TOLEDO, 2011; SEVILLA GUZMÁN, 2011).

Altamente intensiva em termos de conhecimento, a agroecologia enfatiza a capacidade das comunidades locais para experimentar, avaliar inovações através do agricultor na pesquisa e abordagens de base de extensão rural. O camponês passa a ser considerado como pesquisador e condutor do curso dinâmico de suas práticas econômicas, sociais e políticas, demonstrando que o conhecimento acumulado sobre os agroecossistemas no passado pode contribuir com soluções específicas em cada local, para a resolução de problemas sociais e ambientais em todas as escalas territoriais, inclusive ajuda a mitigar as mudanças climáticas¹², quando as práticas são realizadas de forma agroecológica (SEVILLA GUZMÁN, 2011).

Desta forma, a agroecologia introduz outras formas de conhecimento (sistematizados ou não) desenvolvendo uma crítica ao pensamento científico agrônomo tradicional. Assim, a agroecologia sistematiza, pesquisa, contribui, potencializa e retoma técnicas e conhecimentos tradicionais milenares na agricultura, sempre em vista do maior entendimento possível da natureza, fornecendo elementos chaves para a utilização e conservação do patrimônio alimentar e natural, como sistemas ecológicos complexos.

Os sistemas agroecológicos estão profundamente enraizados na lógica ecológica da agricultura de pequena escala tradicional e há exemplos de uma infinidade de sistemas agrícolas bem sucedidos. A biodiversidade não deve estar estruturada sobre pautas hierárquicas como a sociedade. As coisas e as relações que beneficiam a biosfera se avaliam por si mesmas e numa complexa interação. Nessa posição se aprecia que em quanto não se considera a diversidade como um fato positivo, o risco decorrente da simplificação na agricultura e quanto mais limitada for a diversidade de espécies, maior será a probabilidade de que o ecossistema seja destruído, como de fato ocorre de forma determinante no Cerrado e as implantações de monocultivos. E quanto mais complexas forem as relações, redes e cadeias alimentares, maior será a estabilidade biótica (BOOKCHIN, 1976; ALTIERI & TOLEDO, 2011).

Vale considerar uma citação que consideramos importante para o posicionamento teórico é ideológico deste trabalho, apontada por Murray Bookchan (1976, p. 256) quando relaciona as pessoas que estudam o campo desde uma perspectiva reformista ou superficial, que não fornecem

¹² Ver: <ftp://ftp.fao.org/docrep/fao/012/i1323s/i1323s00.pdf>

elementos de mudança e de apoios para o estudo agrário. Por exemplo, o modismo da produção “orgânica” sem seu real entendimento; a produção e certificação de produtos “orgânicos” que resultam majoritariamente excludentes, e o chamado fetiche dos produtos “diferenciados”. Neste sentido, o autor enfatiza que:

Ser un experto técnico de un acercamiento "orgánico" a la agricultura no es mejor que ser un simple practicante de un acercamiento químico. No nos volvemos "agricultores orgánicos" por sólo hojear las últimas revistas e manuales, tal como nos volvemos sanos por consumir alimentos "orgánicos" adquiridos en el supermercado suburbano más nuevo. Lo que separa básicamente el acercamiento orgánico del sintético es la actitud general y la praxis que el productor de alimentos le da globalmente al mundo natural. En estos tiempos en que los alimentos orgánicos y el ambientalismo están tan de moda, puede ser útil distinguir entre la visión ecológica de la agricultura radical y el "ambientalismo" crudo tan difundido. El ambientalismo ve al mundo natural simplemente como un hábitat que debe ser manejado con contaminación mínima para satisfacer las "necesidades" de la sociedad, por irracionales o sintéticas que puedan ser esas necesidades. La visión verdaderamente ecológica, al contrario, ve al mundo biótico como una unidad englobadora de la que es parte la humanidad. Por eso, en este mundo, las necesidades humanas deben integrarse con las de la biósfera si la especie humana ha de sobrevivir. Esta integración, como ya hemos visto supone un riesgo profundo por la variedad natural, por la complejidad de los procesos y relaciones naturales, y por el cultivo de una actitud mutualista hacia la biósfera. En resumen, la agricultura radical implica no sólo nuevas técnicas en la producción de alimentos, sino también una nueva sensibilidad no prometéica hacia la tierra y la sociedad en su conjunto (p. 256).

O capitalismo verde considera a produção puramente orgânica da eminentemente camponesa e seus modos de vida, pois utiliza esse tipo de produção sem a participação dos povos e dos saberes tradicionais, equivale a mercantilização capitalista com marcas de produção limpa, excludente e desigual.

1.4.1 A produção de alimentos pela agricultura camponesa e os monocultivos capitalistas no Brasil.

O Brasil, como acentuou Ianni (1984, p. 142) “sempre foi uma sociedade profundamente marcada pelo campo, pela sociedade agrária, pelo desenvolvimento das forças produtivas e da relação de produção no mundo agrário”. Os vários ciclos da economia brasileira, salvo o do ouro, foram agrários. O país configurou-se como fornecedor de produtos primários: soja, algodão, café,

carne bovina, milho, cacau, cana-de-açúcar, borracha, gado etc. Ainda hoje “as mercadorias agrícolas continuam organizando as formas da modernização contemporânea”.

A agricultura moderna, como parte do desenvolvimento capitalista, tem uma tendência a homogeneizar aos genótipos de plantas e animais utilizados, aos agroecossistemas impulsados, a capacidade multiplicadora dos processos degenerativos devido ao objetivo de lucros máximos na produção e o domínio das culturas subjugadas. Estes efeitos são diminuídos, pouco analisados e difundidos para a população, os promotores da indústria biotecnológica citam a expansão da área semeada, por exemplo, da soja como uma forma de medir o êxito da adoção tecnológica por parte dos agricultores no chamado desenvolvimento de regiões com um “vazio demográfico” e com atraso social e tecnológico.

Dentre os monocultivos do Brasil, a soja se estruturou como o principal grão produzido e exportado nos últimos anos, com crescimento acentuado da produção bruta de grãos, em milhões de toneladas, de aproximadamente 50 milhões, em 2005, para 68 milhões de toneladas, em 2010. A estes dados, inclui-se a previsão da safra estimada pelo IBGE, para o ano 2013, que será de 81.333.792 de toneladas. E atinge projeções, para o ano 2023, de 99,2 milhões de toneladas. No intervalo de dez anos, entre 2013 e 2023, espera-se, portanto, um incremento de 21,8% da produção, que representará um aumento de 6,7 milhões de hectares da área plantada no Brasil, totalizando 34,4 milhões de hectares de soja plantada (MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, 2013).

Hoje a produção de soja no Brasil é liderada na porção centro-sul do país, com 29% da produção nacional no Mato Grosso; 19,5%, no Paraná; 15,4%, no Rio Grande do Sul; e 10,5%, em Goiás. Entretanto, a produção de soja está expandindo para novas fronteiras agrícolas no Maranhão, Tocantins, Piauí e Bahia, chamada região de *MATOPIBA*, que entre 2012 e 2013 já representavam 8,4% da produção nacional. A expansão da produção da soja está baseada na ocupação de áreas de pastagem e de vegetação nativa do Cerrado, porque a especulação de terras nesta região é mais barata, sendo este um fator decisivo para a expansão dos cultivos para os estados da região de *MATOPIBA* (MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, 2013).

No mercado mundial, o Brasil está entre os maiores exportadores de soja em grão e, desde os anos 90's, ocupa o segundo lugar entre os exportadores de soja não processada, exportando em torno de 22 a 25 milhões de toneladas, no período de 2005 a 2010, com projeção de exportação, para o ano 2023, de 46,9 milhões de toneladas (MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, 2013).

A expansão desta produção está aliada ao cultivo de soja transgênica, que o país já ocupa o segundo lugar mundial em superfície cultivada de transgênicos (milho, soja, algodão, eucalipto, papa, mamão, tabaco), com área plantada em 2012 de 36,6 milhões de hectares. Pelo quarto ano consecutivo, o Brasil aumentou a sua área plantada mais do que qualquer outro país do mundo - um recorde de 6,3 milhões de hectares, o equivalente a um impressionante aumento ano a ano de 21% (JAMES, 2012; MORALES, 2001).

Desde 1997, o Brasil já vem cultivando a soja transgênica, pela adaptação da semente às condições climáticas, resistência a pragas, maior produtividade, entre outros. Altieri e Pengue (2005) explicam que para o cultivo da soja convencional existia a vantagem biológica da simbiose da soja com bactérias com características que permitem sua produção sem fertilizantes – característica natural das plantas leguminosas – mas essas vantagens desapareceram pelo efeito do desenvolvimento de soja transgênica, a qual é resistente ao herbicida Glifosato¹³ o que afeta o trabalho destas bactérias e a fixação do nitrogênio no solo, obrigando a dependência de fertilizantes químicos em grandes quantidades e a degradação do solo.

O Cerrado foi considerado num princípio antes da expansão dos monocultivos de grãos como não apto para a agricultura, isto pela acidez e alto conteúdo de alumínio no solo, assim como, a textura arenosa em grande parte do Bioma e o clima tropical, que não eram características adequadas para a maioria dos cultivos comerciais como a soja. A criação da EMBRAPA-SOJA, com sede em Londrina-PR, foi um dos condutos para conseguir este objetivo e lograr o “milagre” da soja no Cerrado.

Os efeitos ecológicos de monoculturas com a soja nos biomas brasileiros têm conduzido à ruptura do balanço de insetos “pragas” e doenças. Pois, nessas paisagens homogêneas, os insetos e patógenos encontram as condições favoráveis para se reproduzirem sem controles naturais. As regiões de cultivo da soja foram se incrementando diversas doenças como o cancro da haste (*Diaporthe phaseolorum*), a síndrome da morte súbita (*Fusarium solani*), a ferrugem da soja asiática (*Phakopsora pachyrhizi*). Esta última é uma doença em crescimento que comanda o incremento de aplicações de fungicidas afetando milhões de hectares; outras doenças como o nematódeo do cisto da soja (*Heterodera glycines*) evidentemente tem a ver com a uniformidade e o aumento da vulnerabilidade pela monocultura da soja e os efeitos diretos do herbicida glifosato

¹³ Ver: http://www.cnpso.embrapa.br/index.php?op_page=104&cod_pai=152

sobre a ecologia do solo através da depressão das populações micorríticas¹⁴ e a eliminação de antagonistas a muitos patógenos naturais do solo.

Em contraposição às grandes extensões de terras utilizadas para os monocultivos, como o da soja, a produção camponesa, utilizando apenas 20% da área ocupada do Brasil, é responsável por 46% do total da produção agropecuária do país (OLIVEIRA, 2005). Mas estes dados não escapam das difíceis, desproporcionadas e injustas condições de comercialização que a pequena propriedade enfrenta, pois a economia camponesa combina a produção direta dos meios de vida com a produção programada de excedentes comercializáveis, sujeitos aos preços já estabelecidos de compra e comercialização pelo mercado agroalimentar, quando não tem possibilidade de trocas.

Oliveira (2007, p. 151) oferece dados concretos e significativos da produção camponesa gerada sobre a produção agropecuária total no Brasil: tabaco 99%, cacau 75%, café 70%, algodão 56%, milho 55%, laranja 51%, chá-da-índia 47%, soja 34%, cana-de-açúcar 20% etc. Além da uva 97%, mandioca, 93%, guaraná, 92%, banana, 85%, feijão 79%, tomate 77%, caju 72%, e a maioria absoluta (mais de 90%) da produção dos hortigranjeiros. Só no Brasil, 4.8 milhões de agricultores familiares (ao redor de 85% do total de produtores agrícolas) ocupam 30% das terras cultivadas.

A multifuncionalidade da agricultura e o agroextrativismo se caracterizam pela estratégia do uso múltiplo dos recursos naturais, criando mosaicos de rica diversidade biológica, na forma de policultivo e/ou padrões agrofloretais, na procura de soberania alimentar e pelas funções ambiental, econômica e social que fornecem (ALTIERI & TOLEDO, 2011). É um conceito que oferece o entendimento da relevância da agricultura, seu impacto no ambiente, em sua complexidade e dinâmica, e também, os processos econômicos e sociais relacionados a ela.

Altieri e Pengue (2005) fazem uma reflexão sobre as funções dos cultivos de soja, que seguem a tendência verificada no Brasil, com incremento da produção mundial:

Es difícil imaginar de qué manera esta expansión de la industria biotecnológica está contribuyendo a resolver las necesidades de los pequeños agricultores o los consumidores, cuando el 60% del área global con plantas transgénicas (48,4 millones de hectáreas) está dedicada a la soja resistente a herbicidas (*sojas Roundup Ready*), un cultivo sembrado mayormente por agricultores de gran escala para exportación (y no de consumo local) y que por otro lado, es utilizado

¹⁴ As Micorrizas são bactérias simbióticas com as raízes de algumas plantas que fixam nitrogênio no solo.

en los países importadores para alimentación animal y producción cárnica que se consume principalmente por los sectores más pudientes y mejor alimentados de estos países.[...] A pesar de que la industria biotecnológica resalta los importantes incrementos del área cultivada con soja y la duplicación de los rendimientos por hectárea, como un éxito económico y agronómico, para el país esa clase de aumentos implica más importación de alimentos básicos, además de la pérdida de la soberanía alimentaria (p. 23-24).

O agronegócio considera a agricultura camponesa como “ineficiente”, por não se adaptar às novas exigências tecnológicas, ou segundo Mazzetto Silva (2009, p. 58) os camponeses “são taxados de atrasados, resistentes a inovações, apegados a tradições irracionais, sem espírito empresarial, incapazes de assimilar as soluções modernas redentoras”.

A diferenciação dos sistemas produtivos agrícolas (agroindústria e agricultura camponesa) se observa começando com os tipos e extensão de suas terras e de suas características, neste caso, o latifúndio, o minifúndio e a propriedade camponesa; o papel das ciências agrícolas vinculadas ao agronegócio e, em contrapartida, à agroecologia camponesa; e a vocação agroexportadora do modelo agrícola brasileiro e a importância do fornecimento dos alimentos pelas pequenas propriedades camponesas.

CAPÍTULO 2. A DISPUTA PELO TERRITÓRIO ENTRE O CAMPESINATO E O AGRONEGÓCIO NO CERRADO

Ao considerar a construção do espaço como parte resultante tanto das relações produtivas e sociais entre os camponeses-agroextrativistas, as organizações de produtores locais e as organizações governamentais, não-governamentais e os movimentos sociais, assim como as disputas e lutas que acontecem, deve-se tomar em conta a noção de território, que segundo Santos *et al.* (2002, p. 96):

Não é apenas o resultado da superposição de um conjunto de sistemas naturais e um conjunto de sistemas de coisas criadas pelo homem. O território é o chão e mais a população, isto é, uma identidade, o fato e o sentimento de pertencer àquilo que nos pertence. O território é à base do trabalho, da residência, das trocas materiais e espirituais e da vida, sobre os quais ele influi. Quando se fala em território deve-se, pois, de logo, entender que se está falando em território usado, utilizado por uma dada população.

Assim, para compreender o território deve-se partir do conceito de territorialidade e identidade, que para Raffestin (1993, p. 158) "reflete a multidimensionalidade do vivido territorial pelos membros de uma coletividade, pelas sociedades em geral. Os homens "vivem", ao mesmo tempo, o processo territorial e o produto territorial por intermédio de um sistema de relações existenciais e/ou produtivistas".

O território das disputas, neste caso num contexto entre os indígenas e o campesinato-agroextrativismo por um lado e o agronegócio de monocultivos pelo outro, o território deve ser apreendido como síntese contraditória, como totalidade concreta do processo/modo de produção/distribuição/circulação/consumo e suas articulações e mediações supraestruturais (políticas, ideológicas, simbólicas etc.), onde o Estado desempenha a função de regulação. O território é, portanto, produto concreto da luta de classes travada pela sociedade no processo de produção de sua existência. O processo de construção do território é, pois, simultaneamente, construção / destruição / manutenção / transformação. É, em síntese, a unidade dialética, portanto contraditória, da espacialidade que a sociedade tem e desenvolve. Logo, a construção do território é, contraditoriamente, o desenvolvimento desigual, simultâneo e combinado, o que quer dizer: valorização, produção e reprodução (OLIVEIRA, 1982).

A territorialização do monopólio capitalista ocorre mediante a aliança entre capital industrial e proprietário fundiário, momento em que se tornam um só agente do capital, situação comum no setor sucroalcooleiro e de celulose e papel. No caso da soja, a terra é cultivada por colonos, as grandes empresas não tem a propriedade da terra de maneira formal. Desta aliança total ou parcial, resulta um território em conflito/disputa, uma vez que a territorialização é sempre um processo de conquista de frações do território pelo capitalista e expropriação do camponês que vive nele (PAULINO & ALMEIDA, 2008).

O conceito de territorialização do território se articula com a monopolização do território. O capital pode monopolizar o território sem sua territorialização e isso se dá quando o capitalista não é dono da terra, mas cria as condições para sujeitar a renda da terra na agricultura camponesa. Contudo, a ação do capitalista sobre o território e sua apropriação da renda da terra, tanto pode ser dada na produção e circulação, na qual se tem a territorialização e a monopolização, como na circulação, em que ocorre apenas a monopolização do território pelo capital (OLIVEIRA, 2002).

Mas o conceito de territorialização aplica-se também aos processos construídos pelos camponeses e indígenas em resistência e luta, pois a subsistência do campesinato depende do acesso a terra, com seus costumes relativos ao uso da terra e seus direitos. Portanto, gera formas de subsistência com vistas a proteger a comunidade contra a perda da terra, a fome e a injustiça. O campesinato e a luta indígena ao se apropriarem de parcelas do território inscrevem nele usos próprios construídos no processo de territorialização, que diferem do uso capitalista por terem basicamente seus fundamentos na terra, na vida e no trabalho. Esse processo de territorialização tenta propiciar ferramentas para compreender como que os territórios foram sendo construídos politicamente através das mobilizações por livre acesso aos recursos básicos em diferentes regiões e em diferentes tempos históricos. São processos dinâmicos, construídos na cotidianidade da luta e da construção de identidade no campo e a na cidade (ALMEIDA, 2009; PAULINO & ALMEIDA, 2010).

Numa região em que há posseiros, que são indivíduos que, sem deter os instrumentos legais de propriedade, ocupam o solo, ou então, os chamados grileiros, que obtêm escrituras falsas de propriedade, as tensões se acentuam, especialmente com aqueles que possuem títulos legais de posse da terra. O mesmo ocorre com os pequenos arrendatários e os sitiantes que resistem apenas transitoriamente às pressões do sistema. A história recente da sociedade rural brasileira conta com diversos conflitos dessa natureza (IANNI, 1979).

No caso do Cerrado, a mobilização pelo livre acesso à terra e aos seus recursos ocorrem principalmente nas disputas por territórios específicos e estratégicos tanto para o funcionamento da agroindústria de monocultivos como para as comunidades agroextrativistas tradicionais. As peculiaridades da terra e os recursos contidos nela, como no caso dos territórios com topografia plana do Cerrado e da disponibilidade de água são elementos de apropriação. Neste contexto, as chamadas chapadas do Cerrado, são territórios estratégicos de disputa. A disputa, porém, acontece no momento em que o campesinato se identifica e luta pela terra. Caso contrário, são territórios tomados e apropriados nas novas condições da existência de um campesinato desarticulado, despolitizado, presa fácil para os agentes do capital.

Mazzeto Silva (2009), neste ponto, esclarece que os ecossistemas de chapada representam 80,4% da área do Cerrado contínuo. São áreas de recarga hídrica do bioma e é nessa unidade da paisagem que se dá a disputa entre o agronegócio e o agroextrativismo camponês pelo modelo de ocupação, produção e desenvolvimento no âmbito do domínio do Cerrado. Essas lutas sociais põe em discussão a racionalidade moderna da noção de desenvolvimento. São territorialidades de resistência ao processo hegemônico e homogeneizante da globalização via mercado.

Os territórios em disputa aparecem, então, como ponto de análise principal, e converte-se no divisor de águas entre os territórios da conservação, através do agroextrativismo e o seu uso sustentável, e a destruição do bioma pelos monocultivos. São territorialidades de resistência ao processo hegemônico e homogeneizante da globalização que procura a produtividade capitalista no campo, ocasionando tantos danos ao território através da transformação do Cerrado em cultivos uniformes. A perspectiva inserida nessas lutas sociais põe em xeque a racionalidade moderna da noção de desenvolvimento que é exportada para os espaços rurais da periferia do capitalismo sem reconhecer o seu campesinato (PORTO-GONÇALVES, 2008).

2.1 OS GERAIS TRADICIONAIS DOS POVOS DO CERRADO DESPOJADOS PELO LATIFÚNDIO E A EXPANSÃO ATUAL DO AGRONEGÓCIO

O conceito de terra comum – *ager publicus* – das comunidades foi estudado e definido por Marx ([1856] 1985, p.70-71) como separada da propriedade privada, sendo que a independência dos membros da comunidade “consiste em seu mútuo relacionamento como integrantes da comunidade, na defesa do *ager publicus* para as necessidades comuns”. A apropriação da terra só se consegue sendo membro dessa comunidade como condição prévia, só assim o indivíduo é proprietário privado, mas com uma relação com a terra e sua comunidade, como membro, para conseguir manter a propriedade privada. Essa atribuição da terra “é mediada também pela existência como membro do Estado”.

O autor também define os pré-requisitos para a harmônica continuação da existência da comunidade na “igualdade entre seus camponeses livres autossuficientes, e de seu trabalho individual como condição de persistência de sua propriedade”, como proprietários nas condições naturais de trabalho. E continua, “mas o trabalho pessoal tem de estabelecer, continuamente tais condições reais e elementos objetivos da pessoalidade do indivíduo, de seu trabalho pessoal” (p. 71).

O processo de ocupação nos cerrados envolveu dois momentos marcantes, primeiro a tomada das terras originalmente ocupadas pelos indígenas, que foram expulsos pelos fazendeiros provenientes de Minas Gerais, Pernambuco, Goiás e Bahia. E, posteriormente, a construção de Brasília e toda a infraestrutura que a localização da nova capital proporcionou pelas rodovias Belém-Brasília, Transamazônica e a construção da estrada de ferro Carajás (IANNI, 1979).

Infra-estrutura que possibilitou os programas estatais modernizantes de desenvolvimento agropecuário no Cerrado e, mais recentemente, a lógica privada de expansão do agronegócio, via atuação em rede de grandes corporações nacionais e estrangeiras.

2.1.1 A primeira disputa territorial nas Microrregiões de Porto Franco-MA e Jalapão-TO: a tomada dos territórios indígenas Timbira.

Os povos indígenas se distribuíam amplamente pelo território brasileiro, e no Cerrado, nas porções do Sul do Maranhão e Norte de Tocantins, eram os locais de reprodução social dos povos da nação Timbira, do tronco Macro-Jê. Darcy Ribeiro (1968, p. 56) descreve que “este era o território de algumas tribos relativamente populosas e altamente especializadas à região” e constituíam originalmente quinze tribos.

A invasão dos campos dos Timbira teve início nos princípios do século XIX e se prolongou por 40 anos de luta acirrada entre os indígenas e os criadores de gado pelas melhores terras e com a maior abundância de água. Os invasores “vindos de várias direções: dos sertões de Pernambuco e da Bahia” chegavam “numa lenta expansão que levará dois séculos para atingi-los, de Goiás, descendo pelas margens dos rios Tocantins, do Maranhão mesmo” (RIBEIRO, 1968, p. 56).

O homem branco saía das caatingas e lutava para conquistar campinas verdes e úmidas, onde seus rebanhos se veriam livres de longos meses de estiagem e das secas periódicas. O método utilizado pelos fazendeiros baseou-se na violência e no engano, a formação das chamadas *bandeiras*, que não eram mais que grupos de aproximadamente uma ou duas centenas de pessoas, compostos de sertanejos atraídos ou subornados e liderados por caudilhos locais, que eram apoiados pelas autoridades que forneciam permissões de escravatura dos índios capturados em combate, sobre pretexto da *guerra justa* via carta régia de dom João VI de 1809.

A resistência dos índios foi grande, com batalhas que resultavam em capturas tanto de brancos nos territórios indígenas, como prisioneiros indígenas em locais ocupados pelos criadores de gado. Ao aprenderem as línguas indígenas e fugirem de seu cativeiro, viravam os principais interlocutores das negociações de tréguas entre os invasores e indígenas. Ribeiro (1968, p. 57) descreve que foi “uma paz de engodo, porque quando os índios abandonavam seus redutos, confiantes nos protestos de amizade ditados em sua língua e nos oferecimentos de ferramentas e outros brindes, eram ali mesmo atacados e subjugados para serem levados aos leilões de Caxias”. Os leilões de Caxias eram o ponto principal de comércio de escravos para enviar os escravos indígenas para os plantios de algodão da costa maranhense. O indígena já havia se transformado em “mercadoria que não permitia o estabelecimento de paz”.

As estratégias de tomada das terras ocupadas pelos indígenas envolveu ainda a geração de conflitos entre etnias dos Timbira, que “uma após de outra, foram compelidas a estabelecer relações com os invasores e aliciadas à luta contra as recalcitrantes”. Os criadores de gado espoliaram a maioria dos indígenas por meio de “tramoias, de ameaças e de chacinas” e os remanescentes de vários grupos se viram obrigados a “juntar-se nas terras que lhes restavam, insuficientes para o provimento da subsistência à base de caça, da coleta e da agricultura supletiva desses índios” (RIBEIRO, 1968, p. 59).

A transmissão de doenças premeditada pelos brancos para os índios, principalmente da varíola (chamada por eles de “pira de cupê” ou “sarna dos cristãos”) foi outro fator que possibilitou a quebra da resistência dos Timbira. Até os dias atuais não se tem um cálculo preciso dos milhões de indígenas que morreram afligidos por varíola e outras doenças transmitidas pelos brancos (RIBEIRO, 1968).

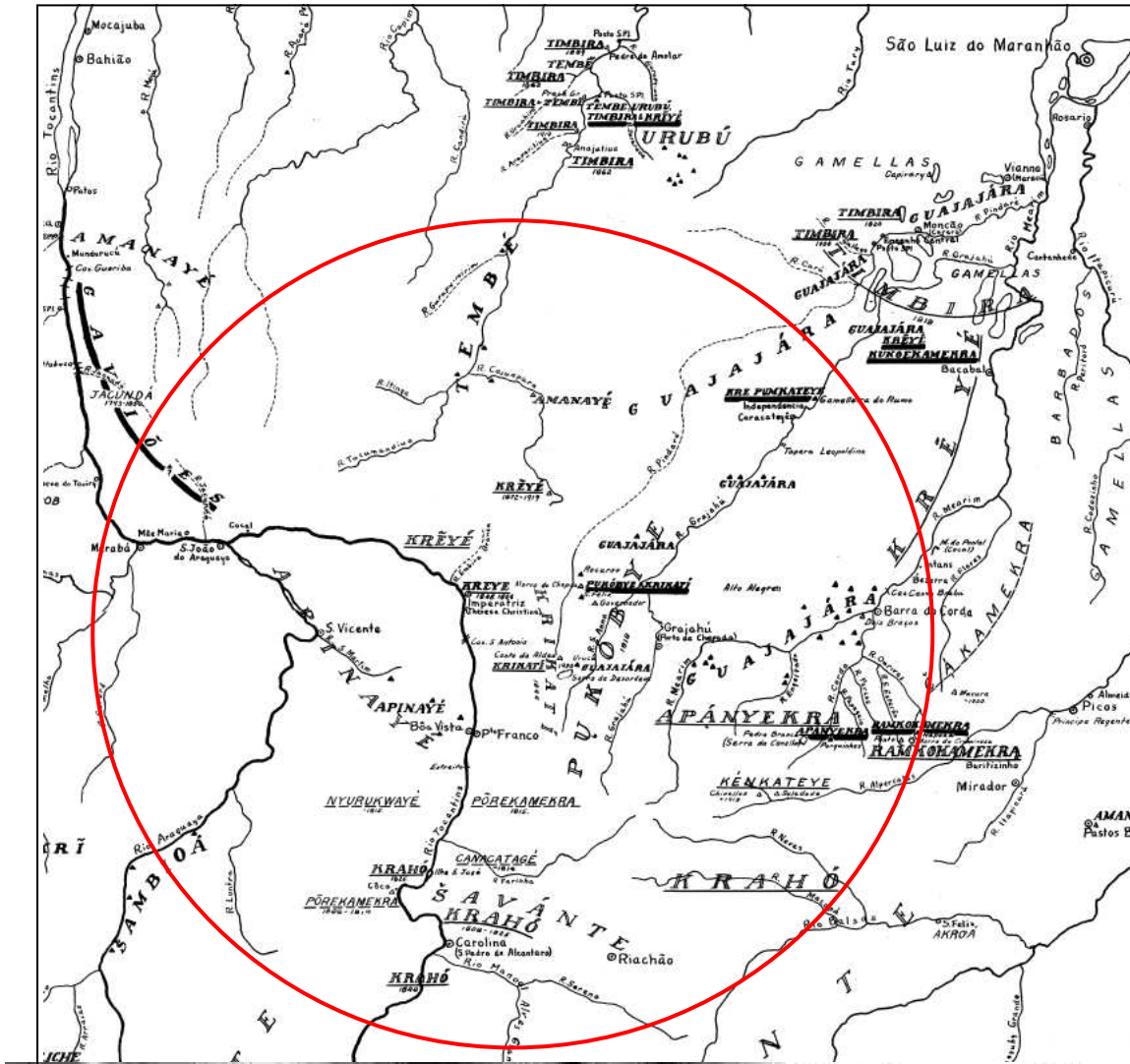
Ao final deste processo, a prezada “pacificação dos índios” é relatada por Ribeiro (1968, p. 59) como o resultado do enfraquecimento dos indígenas, “vitimados pelas doenças e pela miséria resultante, em parte, da redução do seu território de caça e de coleta”, sendo, desta forma “quebrada a resistência das tribos Timbira”.

Hoje as etnias restantes dos Timbira ocupam uma pequena área que formava parte de seu vasto território original. Estes povos continuam reproduzindo seus modos de vida indígena nas aldeias dos territórios demarcados, produto de um processo de luta, violência, engano e negociação intenso. (NIMUENDAJÚ, 1946). (Mapa 1)

Nimuendajú ([1956] 1983, p. 9) quando estuda os povos indígenas da etnia Apinajé dos Timbira, relata o processo de ocupação dos seus territórios originais:

De seu antigo território, hoje nada lhes resta. Em toda a região acham-se moradores neo-brasileiros, se bem que muito espalhados. Alguns se fixaram na vizinhança, das aldeias dos índios. Até a uns vinte anos passados, os Apinayé não se lembrariam de ver nisto um perigo para o futuro da tribo. Devido a sua índole afável, tomavam como verdadeiras todas as promessas de solidariedade dos intrusos e quando abriam os olhos já era tarde. Excetuadas duas pequenas áreas em torno das aldeias Bacaba e Gato Preto, toda a terra da tribo já tinha seus donos “legais”, e também aquele pouco que ainda lhes resta corre perigo de ser “legalizado” por qualquer fazendeiro suficientemente poderoso e descarado.

Mapa 1. Mapa dos territórios indígenas Timbira feito por Curt Nimuendajú. Norte de Tocantins e Sul do Maranhão, 1946.



Map 1. Eastern Timbira (underlined) and neighboring tribes. Broken line indicates extinct or merged tribes.

Fonte: NIMUENDAJÚ, C. Geographical and historical introduction. In: _____. **The eastern Timbira**. Los Angeles: University of California Press, 1946. p. 1-35.

2.1.2 A presença das terras de uso comum e o avanço da grilagem na constituição da fronteira agropecuária e agrícola do Cerrado.

São duas formas de organização social de forças produtivas e relações de produção que defrontam [...]. E elas são personificadas principalmente por duas classes sociais: a burguesia agropecuária e os posseiros. Esse é o antagonismo mais visível.

(IANNI, 1979, p. 145).

O desenvolvimento do capitalismo foi desarticulando as terras de uso comum e os modos de vida do camponês, no entanto, algumas terras comuns sobrevivem pela configuração histórica dos territórios ocupados e a luta pela sua demarcação pelos índios brasileiros, hoje principalmente no Cerrado e na Amazônia. Mas estes povos ameaçados, são possuidores de profundo vínculo e conhecimento da natureza, são os legítimos ocupantes que confrontaram historicamente a ocupação do território pelos homens brancos. Esse confronto continua hoje diante da expansão do capitalismo agrário, com as políticas desenvolvimentistas do governo federal, e a inserção de empresas multinacionais agroindustriais e de exploração dos recursos naturais. A luta pela permanência das terras de uso comum, entre elas, as terras quilombolas e os gerais camponeses, se dá de forma violenta e acelerada, em duas temporalidades distintas: as ancestrais e o agronegócio capitalista.

Campos (2001, p.136) estuda as terras de uso comum no caso do Brasil, salientando que o uso comum de espaços por inúmeros proprietários individuais independentes servem como suplemento das suas parcelas, que podem ser utilizadas também por pessoas ou grupos não-proprietários. Neste último caso, desaparece a noção de suplemento, pois é a única terra em condições muito similares ao uso germânico da terra analisado por Marx ([1857] 1985), em sua obra “Formações Econômicas Pré-capitalistas”.

No Brasil algumas formas de uso comum foram desaparecendo ou sofrendo profundas transformações segundo o contexto histórico, mas tem também as que surgiram em “decorrência das necessidades e contextos socioeconômicos específicos”, como “as terras de índio, terras de santo e terras de negro” (CAMPOS, 2001, p.136).

O uso e concepção do território pelas populações tradicionais, segundo Almeida (2008, p.28) explicando a diferença entre as ações individuais e as comuns no manejo dos recursos básicos, “não é exercido livre e individualmente por um determinado grupo doméstico de pequenos produtores diretos ou por um de seus membros”. Tal uso se dá através de “normas específicas, combinando uso comum de recursos e apropriação privada de bens, que são acatadas, de maneira consensual, nos meandros das relações sociais estabelecidas entre vários grupos familiares, que compõem uma unidade social”, tanto podem “se voltar prioritariamente para a agricultura, quanto para o extrativismo, à pesca ou para o pastoreio de maneira autônoma, sobre forma de cooperação simples e com base no trabalho familiar”.

Os cocais, por sua parte, têm peculiaridades de uso comum através do agroextrativismo dos povos tradicionais. Campos (2001, p.141) relata que, ainda que as terras “pertenciam” aos coronéis, no caso do estado do Maranhão, o “babaçu é de todo mundo”, quando os produtores agrícolas modernos migram para essas terras – mais adiante neste trabalho estudado – e o processo de compra e grilagem se intensifica, os habitantes resistem, argumentando que “eles compravam e grilavam as terras e não os babaçuais”, numa alusão clara de uso comum, pois os babaçuais não foram cultivados por ninguém, “estava lá desde sempre”.

Os chamados campos gerais, como nos comunica Porto-Gonçalves (2008 p. 215-216), “não tem uma especificidade ecológica. Procura-se nos livros de Biogeografia e de Ecologia a caracterização desse possível bioma”. E continua:

Campos Gerais indicam um modo de uso, um modo de apropriação comum geral das terras. Indica que eles não são particulares, privados. São Gerais, são comuns e enormes extensões de terra que não foram apropriadas privadamente - apesar do intenso período de apropriação do latifúndio do período colonial e moderno mediante a grilagem de terras [...] Os Gerais se tornaram particulares, seja pelas mãos do Estado, através de contratos de concessão de uso para as grandes plantações de eucaliptos, seja pela apropriação a mão grande, na ponta do fuzil.

A apropriação e colonização de terras que aconteceu anterior e paralelamente aos programas de investimentos agropecuários levaram a cabo principalmente através da grilagem das terras, por meio de enganos, violência e uso e abuso de poder. Pelo fato de que a grilagem não é simplesmente uma questão de cartórios e falsidades em papel, é também:

[...] prática da violência privada, como uma técnica de apropriação econômica: *Jagunço*¹⁵ e pistoleiro fazem parte deste processo de transformação da terra devoluta, tribal, ocupada, em propriedade privada, com título jurídico formalmente correto. Pouco a pouco as terras estão se transformando em propriedades, monopolizadas, como “reservas de valor”. Se isso de fato está ocorrendo, podemos prever que breve estará esgotada a fronteira de expansão da sociedade brasileira. Então, uma nova realidade econômica, social e política pode se abrir (IANNI, 1979, p. 147).

O processo de grilagem está baseado numa complexa trama junto à criação de estradas e de infraestrutura e da elaboração de leis estaduais¹⁶ relacionadas às terras, que favoreceram a apropriação de terras públicas em mãos de latifundiários. E as ações do Estado, que foram fundamentais neste processo para:

[...] transformar as terras devolutas dos Gerais em propriedade privada, ele próprio se colocando às vezes como especulador fundiário [...]. Sendo o elo que complementa as condições para a reprodução do capital, seja regulamentado juridicamente as formas de relações demandadas pelo mercado, seja executando agregados de infraestrutura para atender as novas necessidades, seja ainda arcando com os custos sócias e ambientais que aparecem (ALVES, 2006, p.6).

Os pretensos proprietários de terras, na sua maioria, mineiros, paulistas, goianos, paranaenses e capixabas, além de outros, em menor proporção, chegaram à região e iniciaram o serviço de “limpeza” da área adquirida. Conseguiram se apropriar das terras com a ajuda preciosa de polícias sem escrúpulos que, por vezes, agiram até por determinação de seus superiores e com a proteção de políticos, tanto na região como fora dela. Posseiros, muitos deles, tendo sua família radicada ali, há mais de cem anos, antes mesmo de se pensar na rodovia Belém-Brasília, foram forçados por jagunços fortemente armados a abandonarem tudo e foram impiedosamente abatidos em verdadeiras chacinas.

As arbitrariedades dos poderosos “donos de terras” foram, dia a dia, tomando maior vulto, com o único objetivo de afastar os posseiros de suas áreas. A violência é inerente à grilagem, uma

¹⁵ Indivíduos paramilitares (jagunços) que prestavam serviços violentos aos fazendeiros.

¹⁶ Exemplo destas leis estaduais se tem com a Lei de Terras do Maranhão (Lei 5.315/1991), que a partir de sua promulgação avançou a fronteira das monoculturas de grãos nessa região através da legalização das terras pelo Instituto de Colonização e Terra Maranhão- ITERMA, principalmente para agricultores vindos do sul do Brasil e empresas agropecuárias de diversas regiões (MAZZETTO SILVA, 2009).

vez que é peça articuladora de apropriação das terras devolutas pelos projetos econômicos e de sua incorporação ao modelo da propriedade privada do sistema capitalista.

A grilagem se constitui num instrumento privilegiado de incorporação das terras devolutas ao modelo de propriedade privada do sistema capitalista. Por isso sempre foi praticada pelos latifundiários, comerciantes, industriais, banqueiros e tantos outros representantes do capital monopolista nacional ou estrangeiro.

Nesse processo, a terra se transforma em mercadoria que foi apropriada, onde pouco a pouco se expropriaram os antigos proprietários e as terras se transformaram em terras griladas ou tituladas. Isso, evidentemente, “derivou em conflitos diversos, tensões, lutas, as quais ocorrem entre posseiros e índios, entre posseiros, índios e grileiros, latifundiários etc., uma complexa rede de confrontos e disputas” em franco desenvolvimento em certas partes do Mato Grosso, Goiás, Tocantins, Maranhão, Amazonas, Pará, etc. Situações que produziram graves consequências (Ianni, 1984, p. 147).

Antes dos anos 1960, o Maranhão começou a sentir os primeiros passos do seu futuro. Foi o tempo da criação de infraestrutura, que permitiu a atração dos capitais sulistas e estrangeiros. Foi o tempo da construção das estradas que cortaram o estado, ligando, em primeiro lugar, São Luis, com as capitais vizinhas, e depois penetrando nas regiões das bacias dos rios Pindaré e do Tocantins.

Deste modo, a expansão capitalista lograria “destruir tais formas convertendo as terras de uso comum à possibilidade de apropriação individual, resgatando-as ao mercado pela desmobilização daqueles fatores”, fatores “fundamentais ao desenvolvimento capitalista em detrimento das práticas de mercado de sistemas econômicos específicos e subordinados” (ALMEIDA, 2009, p. 167).

O modelo de propriedade comum das terras tradicionalmente ocupadas ainda que pressionadas ou rodeadas de territórios degradados, como os territórios indígenas, sobrevivem também como processos de territorialização, que expressam uma diversidade de formas de existência coletiva de diferentes povos e grupos sociais em suas relações com os recursos da natureza, o que Sevilla Guzmán (2011) a chama de graus de *campenidade*, podemos estender e exportar a ideia como graus de *agroextratividade*.

A territorialidade funciona como fator de aglutinação, de identificação, de defesa, de força e de luta. Os territórios construídos com o processo de territorialização são resultantes de uma

conjunção de fatores, que envolvem a capacidade mobilizadora em torno de uma política de identidades e certo jogo de forças que os agentes sociais, através de suas expressões organizam, travam lutas e reivindicam direitos face ao Estado (ALMEIDA, 2008).

Almeida (2008, p. 29), propõe a “territorialidade específica” como noção prática “para nomear as delimitações físicas de determinadas unidades sociais que compõem os meandros de territórios etnicamente configurados”, considerada resultante de “diferentes processos sociais de territorialização delimitando terras de pertencimentos coletivos que convergem para um território”.

O discurso oficial na mídia para levar a cabo a ocupação dos Cerrados foi o da “salvação dos cerrados” que sempre foram “carentes de modernidade” agora “desenvolvidos” graças ao agronegócio. Mas sabemos que esses processos levam aos povos para as periferias, acompanhado de uma grande deterioração e destruição do bioma (ASSELIN, [1982], 2009; ALVES, 2006).

Para conseguir se apropriar dessas propriedades, as terras devolutas, tribais, ocupadas por posseiros – Gerais – foram transformadas em terras griladas e tituladas. Sobre o *modus operandi* da ocupação das terras dos Gerais e dos pequenos agricultores, Victor Asselin ([1982] 2009) descreve o acontecido em sua extraordinariamente detalhada obra sobre “Grilagem, corrupção e violência em terras do Carajás”, citando o seguinte parágrafo de nossos territórios em disputa:

Quando não havia caminhos para se chegarem a essas novas fronteiras, estradas foram rasgadas com o sacrifício de muitos posseiros e índios. Os que se encontravam ou se colocaram no caminho, foram expulsos ou esmagados. Com a invasão desenfreada de capital e da força do Sul, chegou, como seu melhor instrumento de domínio, a grilagem, que se tornará o meio privilegiado de incorporação ao capitalismo, das terras chamadas “livres” (p. 29).

2.1.3 O avanço dos monocultivos capitalistas no Cerrado.

Essa vertente de procura de “desenvolvimento dos cerrados” pode se observar muito claramente, por exemplo, nas estratégias propostas no “entroncamento logístico” dos Estados de Pará, Tocantins e Maranhão, o qual em um documento diretriz sobre as “estratégias de transição para a sustentabilidade na Amazônia Legal¹⁷”, se destaca textualmente as “problemáticas”

¹⁷ A Amazônia Legal abrange a região compreendida pela totalidade dos estados do Acre, Amapá, Amazonas, Mato Grosso, Pará, Rondônia, Roraima, Tocantins e, ainda, pela área do Estado do Maranhão a oeste do meridiano de 44°. (MMA, 2009 p. 141)

relacionadas ao agroextrativismo do coco babaçu, seu suposto “atraso secular” a “oportunidade” de desenvolvimento e crescimento do coco babaçu para a indústria siderúrgica, sendo que essa é uma das principais problemáticas expostas pelas quebradeiras de coco babaçu: a queima do coco inteiro e seu descarte como produto alimentar camponês (MMA, 2009, p. 89).

Tais questões encontram-se no relatório da seguinte forma:

Tirar partido e ampliar a logística disponível, visando à conectividade interna, possibilitarão a formação de uma região de economia *agromineral*¹⁸ e industrial ativa. Tal possibilidade tem como condição a implantação de atividades para criação de emprego e renda para as populações do Bico do Papagaio – *extremo norte do Estado de Tocantins*-, que vivem ainda de práticas do século XIX, como é o caso das quebradeiras de coco babaçu, cujo aproveitamento deve ser finalmente solucionado. São também indicadas nesta Unidade às estratégias referentes à obtenção de carvão a partir das cascas do coco babaçu, conforme indicado na Unidade Territorial das capitais costeiras (MMA, 2009, p.89).

Esse pensamento da necessidade do “sacrifício” do Cerrado pode se exemplificar fielmente com a fala de Mário Guimarães Ferri (1977) considerado um dos mais renomados estudiosos da ecologia dos Cerrados, citado por Mazzeto Silva (2009, p.64):

Os ecossistemas do Cerrado são, sem dúvida, menos frágeis que os da Amazônia. Melhor, pois, começar a exploração agropecuária no Cerrado. Enquanto isso podem-se desenvolver pesquisas que nos ensinem como utilizar de modo racional a Amazônia, sem que ela venha a sofrer os mesmos riscos de hoje. Assim, poderemos usufruir de suas riquezas e ao mesmo tempo preservar, para as gerações futuras, esse inestimável patrimônio que nos legou a Natureza.

Essa forma de olhar se complementa também com o falado pela agência japonesa Japan International Cooperation Agency – JICA que além de ressaltar ao desenvolvimento regional como justificativa para seus investimentos para a agricultura de monocultivos no Cerrado, ressalta a estabilidade da oferta de alimentos no mundo e o discurso “pseudoambientalista” de reduzir a pressão desenvolvimentista sobre a Amazônia. Procurando financiar agora nas savanas tropicais africanas de Moçambique¹⁹ projetos similares aos financiados no Cerrado brasileiro

¹⁸ Demanda por carvão vegetal para a indústria siderúrgica. Do total de cerca de 9,5 milhões de toneladas de carvão vegetal produzido no Brasil em 2005, 49,6% foram oriundos da vegetação nativa (MCT, 2010 *apud* AMS, 2007 *apud* MMA, 2009. P. 6).

¹⁹ Ver: http://www.jica.go.jp/english/our_work/thematic_issues/south/project07.html

(MAZZETTO SILVA, 2009). O técnico pesquisador Dr. Romeu Afonso de Souza Kiihl, relata o seguinte²⁰ a respeito:

Quando comecei a trabalhar com a soja, não poderia imaginar que se tornaria a cultura mais importante de exportação do país. Hoje, temos metade da nossa produção de grãos no sul e outra metade no Brasil central. Isso dá uma estabilidade enorme ao país. Nós não temos tido grandes quebras de safras nos últimos anos porque nunca irá faltar água no Brasil inteiro”. O Brasil central, hoje, é responsável por mais da metade da soja que produzimos no país. Estados como Mato Grosso, Goiás, Tocantins e Bahia são ou serão grandes áreas produtoras de grãos, fibras e carne. Por exemplo, participei da criação de boa parte das variedades adaptadas às baixas latitudes do Maranhão e Piauí, sem nunca ter estado lá. Mas sabia como seria o comportamento devido ao conhecimento do fotoperiodismo e dos genes que controlavam as características.

Poderíamos continuar com uma listagem interminável de posturas relacionadas, pelo que cabe a pergunta: com que elementos esses personagens e instituições baseiam-se em seus argumentos sobre a suposta menor fragilidade dos cerrados, a interminável fonte hídrica, assim como, qualidade do líquido no Brasil inteiro, como para justificar a expansão dos monocultivos na região? Temos visto que diversos cientistas, tanto nacionais como mundiais, consideram o Cerrado como um *Hotspot* mundial e a “caixa d’água do Brasil”, e que, nos últimos anos, vem se valorizando e procurando sua conservação estratégica socioambiental no mundo inteiro²¹.

E, por outro lado, ainda, os números da Produção Agrícola Municipal do IBGE não se mostraram muito confiáveis ao longo do tempo, a soja passou por um *boom* em 2003/2004, mas caindo, depois, vertiginosamente de preço, só voltando a subir em 2007/2008 (MAZZETTO SILVA, 2009). O fato é que centenas de milhares de hectares de Cerrado foram transformadas em áreas de monoculturas de produção de grãos no sul do Maranhão e no leste de Tocantins, uma das mais recentes fronteiras agrícolas do país e do mundo.

²⁰Ver: http://www.ihuonline.unisinos.br/index.php?option=com_content&view=article&id=4235&secao=382:

²¹ Ver trabalhos do filósofo e escritor belga Luc Vankrunkelsven quem vem difundindo sobre a importância do Bioma Cerrado na Europa.

2.2 INVESTIMENTOS E SUBSÍDIOS A GRANDES PROJETOS AGROINDUSTRIAIS NO CERRADO

A plantação de soja no Cerrado se instalou de forma importante apenas nos anos 1980, uma vez consolidado o comércio de soja pelos produtores de grãos predominantemente do Sul do Brasil, procurando-se amplos espaços entre correntes de água e terras planas disponíveis para cultivo, dispostos na procura de “corrigir o solo” naturalmente infértil para os cultivos de grãos extensivos, sendo apoiados pela Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária - EMBRAPA e diversos sistemas de financiamento. As primeiras variedades de soja plantada no Cerrado foram à “cristalina” e “doko” ao final dos anos 1970 (ALVES, 2006; LANDERS, 2007).

No ano de 1974 criou-se o Programa de Desenvolvimento dos Cerrados - PROCEDER implantado progressivamente a partir de 1978 em diversas fases, as quais foram levadas a cabo segundo as regiões “prioritárias”. Também no decorrer dos anos 1970 mais dois projetos grandes foram implantados no Cerrado: o Programa de Assentamento Dirigido do Alto Paranaíba - PADAP e o Programa de Desenvolvimento dos Cerrados - POLOCENTRO²².

A partir de 1995 foram atingidos os Estados do Maranhão e Tocantins através do PRODECER III. Esse programa se realizou como uma parceria entre os governos japonês e brasileiro, apresentando como meta direcionar capital de grandes empresas dos dois países para a “modernização” dos cerrados.

Inicialmente os grupos beneficiados com linhas de créditos estavam associados, sobretudo, com a pecuária melhorada e a lavoura de “arroz de sequeiro” (DINZ, 1984 *apud* ALVES, 2006, p. 100). Mas os sinais da modernização são mais evidentes a partir de meados dos anos 1980, quando surgem as primeiras cifras de produção de soja no Maranhão, com destaque para o sul do Estado, onde se encontram a vegetação de Cerrado. Na década dos 1980 esta tendência se consolida, pois a soja apresenta uma substancial expansão nesta região. O Estado participou ativamente neste processo através do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste – FNE, administrado pelo Banco do Nordeste; o Fundo de Desenvolvimento do

²² Segundo dados do Ministério da Agricultura (*apud* Santos *et al*, 2010, p. 12) “foi incorporada ao processo produtivo, até o ano de 2000, uma área de mais de 3.500 quilômetros quadrados de Cerrados nos vinte e um projetos implantados nos sete estados brasileiros – MG, GO, BA, MS, MT, TO e MA”.

Nordeste – FNDE, da antiga SUDENE (atualmente ADENE); e o Sistema de Apoio Industrial e ao Comércio Exterior – ECEX. A “Lei Kandir” transformou o Maranhão como primeira unidade federativa do Brasil a dar isenção fiscal ao comércio exterior de Soja, em 1994 (MESQUITA, 2002, *apud* ALVES, 2006).

No transcurso dos anos 1990, esses sistemas de financiamento passaram a se basear nos créditos e incentivos fiscais com a participação dos bancos oficiais e comerciais, como o Banco do Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES, Banco do Nordeste o Banco da Amazônia - BASA etc., seguradoras, empresas de comercialização agrícola e de insumos, além das cooperativas. Os novos sistemas de crédito, agora para os produtores de soja vinham acompanhados de pacotes tecnológicos como o programa “Soja Verde” e “Soja Livre”. Este último programa levado a cabo em Mato Grosso²³, onde as empresas adiantam recursos financeiros para o custeio da safra mediante garantias dadas pelo agricultor como a hipoteca de sua propriedade, além do pacote tecnológico que inclui fertilizantes, análises do solo e agricultura de precisão (ALVES, 2006).

Mas, a expansão intensiva da “soja nos Cerrados” começou no final da década de 1990, na medida em que novas variedades, que toleravam o clima tropical e as diversas características edáficas e ecológicas da Amazônia e do Cerrado foram desenvolvidas²⁴.

Os cultivos foram impulsionados também pela diminuição na oferta de proteína animal para produção de ração, o que fez com que o preço da soja subisse e aparecesse na grande produção expandida da modernidade, pelas já tão difundidas propriedades nutricionais. A participação do Estado, nesse processo, foi intensa e decisiva por meio também de uma política de preços mínimos²⁵ além de se adotar uma política agrícola de crédito subsidiado para custeio, investimento e comercialização. Esta atuação também foi essencial na desapropriação de terras

²³ Com o objetivo de Desenvolver e fortalecer parcerias para a transferência de tecnologia de cultivares de soja convencional da Embrapa. Ver: www.sojalivre.com.br

²⁴ O Dr. Romeu Afonso de Souza Kiihl e colaboradores desenvolveram cultivares de soja adaptadas à região do Cerrado, onde as terras eram consideradas inadequadas para a agricultura, as pesquisas começaram nos anos 60 no Instituto Agrônomo de Campinas (IAC). Ver: <http://ruralcentro.uol.com.br/noticias/pesquisador-brasileiro-e-indicado-como-desbravador-da-soja-no-cerrado-46671>

²⁵ De acordo com os trabalhos realizados entre MMA e Conab, o babaçu e o pequi foram incluídos na pauta de produtos amparados pela Política de Garantia de Preços Mínimos (PGPM). Com esse respaldo legal, alguns produtos do extrativismo passaram a contar com subvenção econômica no momento da venda, o que os torna atrativos para as comunidades (SPF, 2010, p. 58).

para implantação dos projetos e no apoio técnico dado aos colonos pelas empresas do governo em assistência técnica e pesquisa, tais como a EMATER²⁶ e a EMBRAPA (SANTOS *et al.*, 2010).

As novas regiões de expansão do agronegócio passaram assim a garantir os interesses das grandes empresas para assegurar seus estoques de exportação agrícola. Nesse sentido, a chegada da soja nos estados do Piauí, Maranhão, Bahia e Tocantins representaram um fator extraordinário na medida em que tal mercadoria recebeu centralidade nos últimos anos e se constitui atualmente no principal produto de transformação da paisagem dessa região em conjunto com os plantios de eucalipto.

Centenas de milhares de hectares de Cerrado foram transformadas em áreas monocultoras de produção de grãos, sendo o sul do Maranhão uma das mais recentes fronteiras agrícolas do país e de maior crescimento, nos últimos anos, em investimentos agroindustriais, acompanhando os processos de crescimento do Oeste da Bahia, sul do Piauí e do Maranhão e Mato Grosso (OLIVEIRA, 2002; ALVES, 2006; MAZZETTO SILVA, 2006; MONTEIRO & AGUIAR, 2006; NEPSTAD, 2008; SANTOS *et al* 2010).

Nessa região, o município de Balsas-MA se configura como o mais importante pólo agroindustrial, com o município de Porto Franco-TO como um ponto de distribuição da produção interna e externa, com maior ênfase na exportação.

2.2.1 Balsas como o novo pólo agroindustrial da soja no sul do Maranhão.

O impulso a agricultura capitalista moderna do Sul de Maranhão foi conduzido primeiro por migrantes provenientes do sul do Brasil, que na década de 1970 chegaram ao cerrado maranhense após a negociação entre os prefeitos de Balsas e populações de municípios do Rio Grande do Sul, a fim de divulgar para os agricultores gaúchos o potencial daquelas terras. Processo que se intensificou em meados da década seguinte (ALVES, 2006).

No entanto, o município de Carolina-MA foi inicialmente pensado como ponto estratégico para o princípio da inserção dos investimentos de agronegócio no sul do Maranhão, por constituir-se historicamente como rota de transportes de mercadorias entre a Amazônia e o Cerrado através do rio Tocantins e, portanto, tem a infraestrutura mínima necessária para a

²⁶ Instituto de Assistência Técnica e Extensão Rural com representações estaduais.

chegada de investimentos, como a presença de agências bancárias, interligação viária e hidroviária pelo rio Tocantins.

Mas, a fragmentação das terras em vários proprietários e o solo arenoso para cultivo foram entraves que fizeram com que Balsas surgisse como um pólo a ser criado para o agronegócio. Um membro de uma associação de agroextrativistas de Carolina e que também faz parte do sindicato dos trabalhadores rurais do município relata como foi a escolha de Balsas como centro administrativo do agronegócio no sul do Maranhão:

Carolina foi a cidade que foi procurada, mas a região que é apropriada à soja está aqui a 100 km, região ilha do Sereno, município de Carolina, mas não tinha acesso de estrada, só a pé, então o banco e os pesquisadores passaram por aqui, mas não encontraram terras apropriadas. Porque como eles iam pela BR 230 e como o gerente aqui não deu muita bola, eles seguiram e viram a terra, e chegou em Balsas: olha a terra aí. O Banco do Brasil e o gerente procurou sentar e sentou a negociar, para debater a situação do que estavam procurando, conseguiram se arranjar, a partir de aí hoje lá é o núcleo. (Rosalves de Sousa. Entrevista concedida em junho de 2012).

O projeto prioritário de expansão dos monocultivos da soja no sul do Maranhão foi beneficiado junto a organizações como o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), Banco do Brasil (BB), Banco do Nordeste (BNB), EMBRAPA, SUDAM e SUDENE etc. mediante a viabilização pelo Estado brasileiro principalmente da infraestrutura necessária, como a modernização hidroviária, recuperação e a manutenção de rodovias federais, complementação do sistema de transmissão de energia, bem como, a modernização dos sistemas de transmissão de dados e de informações.

A participação das empresas agroindustriais também foi muito importante para levar a cabo a ocupação e o plantio dos monocultivos de soja, pois o investimento empregado para plantar mil hectares de soja – que é a média de área da região – é de R\$ 1 milhão. O banco só financia R\$ 50 mil e as corporações transnacionais, como Bunge, Cargill e Multigrain são as que controlam o processo e financiam os plantios para garantir o seu abastecimento (MAZZETO SILVA, 2009).

O PROCEDER III foi estratégico para a expansão da monocultura de soja no sul do Maranhão e nordeste de Tocantins, o projeto-piloto compreendeu o Projeto de Colonização

Gérias de Balsas - PC-Gebal a 200 km ao sul da sede do município. A facilidade de exportação dos produtos pela ferrovia e pelo porto de São Luís, no Maranhão, o baixo custo da terra e a sua topografia plana, assim como geração de efeito demonstrativo e multiplicador foram

os fatores estratégicos e de logística para a escolha dos Gerais de Balsas para levar a cabo o PROCEDER III. A área total planejada inicialmente do PROCEDER III foi de:

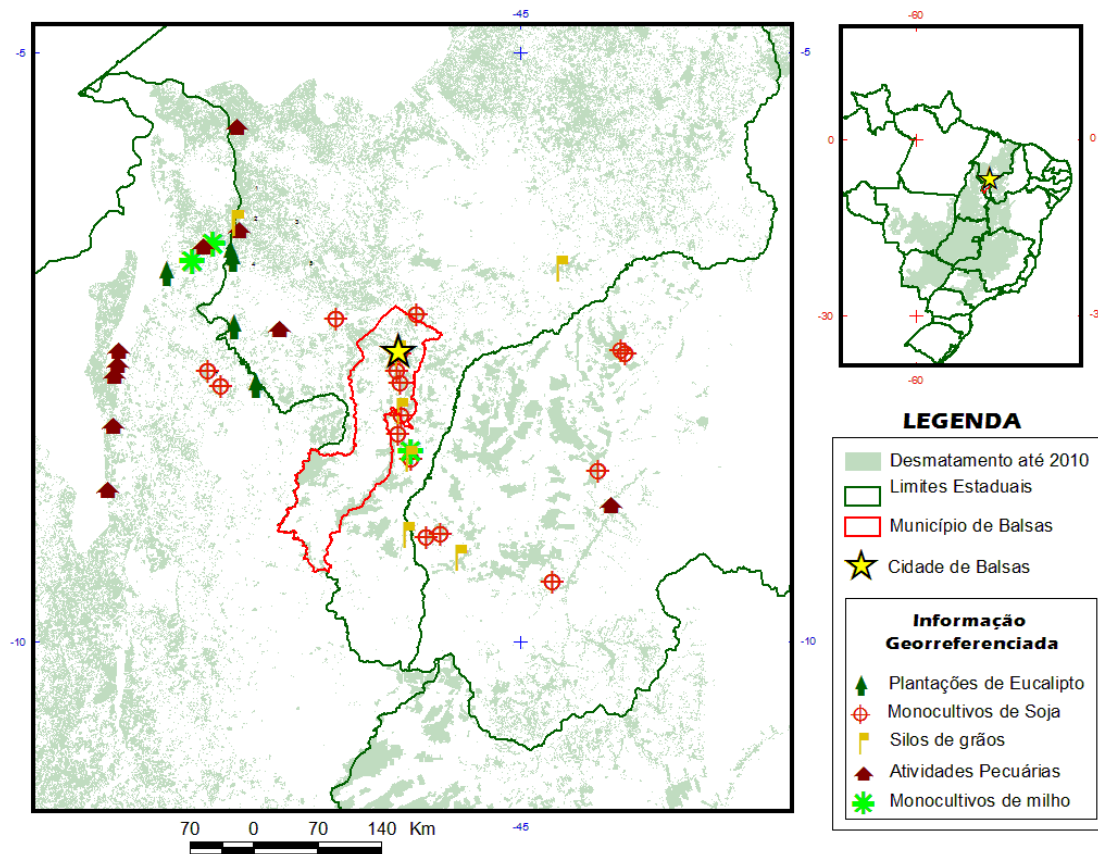
[...] 40 mil hectares, envolvendo oitenta colonos, com uma média de 970 hectares por colono, sendo 470 hectares para uso agrícola e uma propriedade de 1.200 hectares para a cooperativa (campo experimental, agroindústria, infraestruturas). O orçamento para a implantação de cada propriedade de colono foi estimado em US\$ 1.342.200,007 para o investimento total nos cinco primeiros anos, enquanto a cooperativa contaria com um orçamento global de US\$ 5.418.399,00 também para os primeiros cinco anos (MAZZETO SILVA, 2009, p. 153).

A atuação regional de Balsas vem se fortalecendo, gradativamente, desde a década de 1980, graças ao desempenho do setor de serviços, como também, em função da implantação de novos estabelecimentos industriais. Na cidade de Balsas e nos demais municípios sul-maranhenses, o crescimento urbano decorrente, entre outras coisas pelos programas mencionados, o fluxo sulista e a migração campo-cidade nos últimos anos produziu espaços de segregação social que ocasionou processos de exclusão, desigualdade e abuso de poder. Neles surgem ilhas de riqueza, manifestadas em condomínios fechados habitados pelos representantes do agronegócio e serviços urbanos, circundados, como assinala Alves (2006, p. 7), “de uma periferia miserável habitada por antigos camponeses que perderam suas terras para as lavouras modernas e por migrantes de distintos lugares do Brasil, esperançosos pelas pretensas oportunidades de emprego, quase sempre inexistentes”.

No que diz respeito aos conflitos sociais envolvidos na questão agrária, somente no município de Balsas, segundo o relatório sobre os conflitos no campo para o ano de 2010, ocorreram sete conflitos, nos quais foram envolvidas 902 pessoas (CANUTO *et al.*, 2010). Essa problemática vem a provar as dinâmicas estudadas sobre um processo violento e complexo de disputa.

Assim, essas terras que antes eram vinculadas às lavouras de arroz e pecuária extensiva, passam gradativamente a ser sobrepujadas pelas grandes extensões de plantações de soja e, mais atualmente, também por eucalipto. O centro dinâmico da região é Balsas, que vem se tornando o foco de atração populacional mais recente do estado maranhense. No Mapa 2 pode-se verificar como na área e no entorno do município estão concentrados os plantios de soja e os locais de armazenamento dos grãos que foram georreferenciados em campo. (Mapa 2)

Mapa 2. Identificação das áreas de desmatamento em torno da área territorial do município de Balsas-MA. Balsas-MA, 2010.



Fonte: MMA, 2010; IBGE, 2010. Elaboração própria.

2.2.2 A expansão do agronegócio nas Microrregiões de Porto Franco-MA e Jalapão-TO.

Os Gerais do Cerrado foram ocupados, a partir dos anos de 1970, por migrantes goianos do sul, os mineiros, os fazendeiros paulistas e os chamados “gaúchos”, tanto do Rio Grande do Sul como do Paraná e de Santa Catarina. Isto foi acontecendo de forma intensiva mediante ação das empresas vinculadas a bancos e grupos multinacionais, buscando terras para pecuária e agricultura de exportação, exploração vegetal e mineral, ou garantindo espaços para especulação fundiária.

Quando se trata do processo de ocupação dessas regiões, a microrregião de Porto Franco se estruturou há mais tempo, com os latifúndios vinculados a atividades agropecuárias, com o município de Carolina exercendo influência na região.

A fundação de São Pedro de Alcântara, hoje Cidade de Carolina por um comerciante, em 1810, nas margens do rio Tocantins, tinha como finalidade constituir-se em um local de parada e reabastecimento para os navegadores que passavam na região, e ainda, transformar-se em uma base para a exploração agrícola das florestas da região. A cidade também foi base para a organização de expedições para escravizar os índios que seriam empregados nas plantações locais ou vendidos em Belém (NIMUENDAJÚ, [1956] 1983; AZANHA & LADEIRA, 1998).

Os municípios de Porto Franco, São João do Paraíso e Estreito, situados ao Norte da microrregião de Porto Franco apresentam atividades pecuárias extensivas estabelecidas desde séculos atrás e se caracterizam por terem grandes superfícies de vegetação secundária, onde se incluem algumas propriedades camponesas. No sul desta microrregião encontra-se o Cerrado mais conservado e tem história de rota de comércio com a Amazônia pelo rio Tocantins, em que o porto de Carolina foi, por séculos, a porta de entrada para a região.

Atualmente, a influência regional de Carolina diminuiu, sendo os municípios de Porto Franco e Balsas, os principais polos regionais impulsionados pela agroindústria, ainda que Balsas não faça parte da microrregião. Balsas é o pólo agroindustrial do sul do Maranhão, sendo que Porto Franco configurou-se como o distrito agroindustrial da microrregião, por sua localização estratégica para a distribuição dos *commodities* do agronegócio, por meio de rotas rodoviária, hidroviária e ferroviária que interligam a região Central ao Norte-Nordeste. O transporte rodoviário se dá pelas rodovias federais: BR-101, BR-135 e BR-226; enquanto o hidroviário, por meio da hidrovía Araguaia-Tocantins, entre o rio Tocantins e Araguaia; e o ferroviário pelo Corredor Ferroviário do Nordeste – CFN, Estrada de Ferro Carajás – EFC e pela Ferrovia Norte-Sul (FNS).

Na microrregião de Porto Franco-MA pode ser verificado ao longo das principais vias rodoviárias as instalações de grandes empresas agroindustriais que armazenam e processam a soja, como a Algar, a Bunge e a Cargill, com os apoios recebidos para melhoria de infra-estrutura das empresas e dos canais de distribuição dos grãos. (Fotos 1-4)

Foto 1. Instalações da Agroindústria Algar (Embase e Refinaria). Distrito Industrial Porto Franco- MA, 2012.



Autor: Rodrigo Meiners Mandujano, junho de 2012.

Foto 2. Anúncio do financiamento do Banco do Nordeste nas instalações da Agroindústria Algar. Distrito Industrial Porto Franco- MA, 2012.



Autor: Rodrigo Meiners Mandujano, junho de 2012.

Foto 3. Anúncio de melhorias do terminal de transbordo ferroviário – Ceagro, com o apoio do BNDES e BASA. Porto Franco-MA, 2012.



Autor: Rodrigo Meiners Mandujano, junho de 2012.

Foto 4. Centro de armazenamento e distribuição de grãos da Bunge Alimentos. Distrito Agroindustrial de Porto Franco - MA.



Autor: Rodrigo Meiners Mandujano, junho de 2012.

Nesta região, toda a infraestrutura criada para o agronegócio pode ser constatada nas áreas de desmatamento e de plantios de soja, com cifras que aumentaram exorbitantemente nos últimos anos, podendo verificar a extensão de desmatamento atingida em menos de dez anos, com área total desmatada de 1091,5 km², para o período de 2002 a 2008, com média anual de 181,9 km², diminuindo para 121,5 km², de 2008 a 2009, e 52,3 km², para os anos de 2009 a 2010. (Tabela 1)

Os municípios que mais sofreram com o desmatamento na microrregião de Porto Franco, foram Carolina, Estreito e São João do Paraíso. Carolina teve a maior área desmatada para os três intervalos de tempo analisados, com 467,8 km² desmatados entre 2002 e 2008, com média anual de 77,9 km² de desmatamento; decrescendo para 40,0 km², entre 2008 e 2009, e 20,9 km², de 2009 a 2010. Estreito teve 220,4 km² desmatados no primeiro período estudado, com média anual de 36,7 km², seguido de 35,8 km² (2008-2009) e 12,9 km² (2009-2010). São João do Paraíso contou com 178,6 km² (2002-2008), com média anual de 29,7 km², diminuindo para 16,1 km² (2008-2009) e 8,7 km² (2009-2010). (Tabela 1)

Entre as áreas desmatadas na microrregião, as destinadas ao plantio de soja, em 2003, estavam somente nos municípios de Carolina (39,5 km²) e Estreito (12,1 km²). Em 2011, as áreas de plantios de soja aumentam significativamente em Carolina (132,8 km²), diminuem em Estreito (1,9 km²) e o município de São Pedro dos Crentes passa a ter áreas cultivadas (12,8 km²). (Tabela 1)

Ainda que não haja informação disponível sobre as áreas desmatadas para o ano de 2011 que possibilitassem comparar com o aumento verificado nos cultivos de soja, pode-se concluir que os cultivos de soja estejam substituindo as áreas anteriormente desmatadas para outros fins, pois estas vinham sofrendo um decréscimo ao longo do tempo e as relativas aos cultivos de soja aumentaram durante o período estudado. Dados que remetem à infraestrutura criada nos últimos anos para a logística do agronegócio da soja na região. (Tabela 1)

Tabela 1. Áreas de desmatamento e plantio de soja (em km²). Microrregião de Porto Franco-MA, 2002-2011.

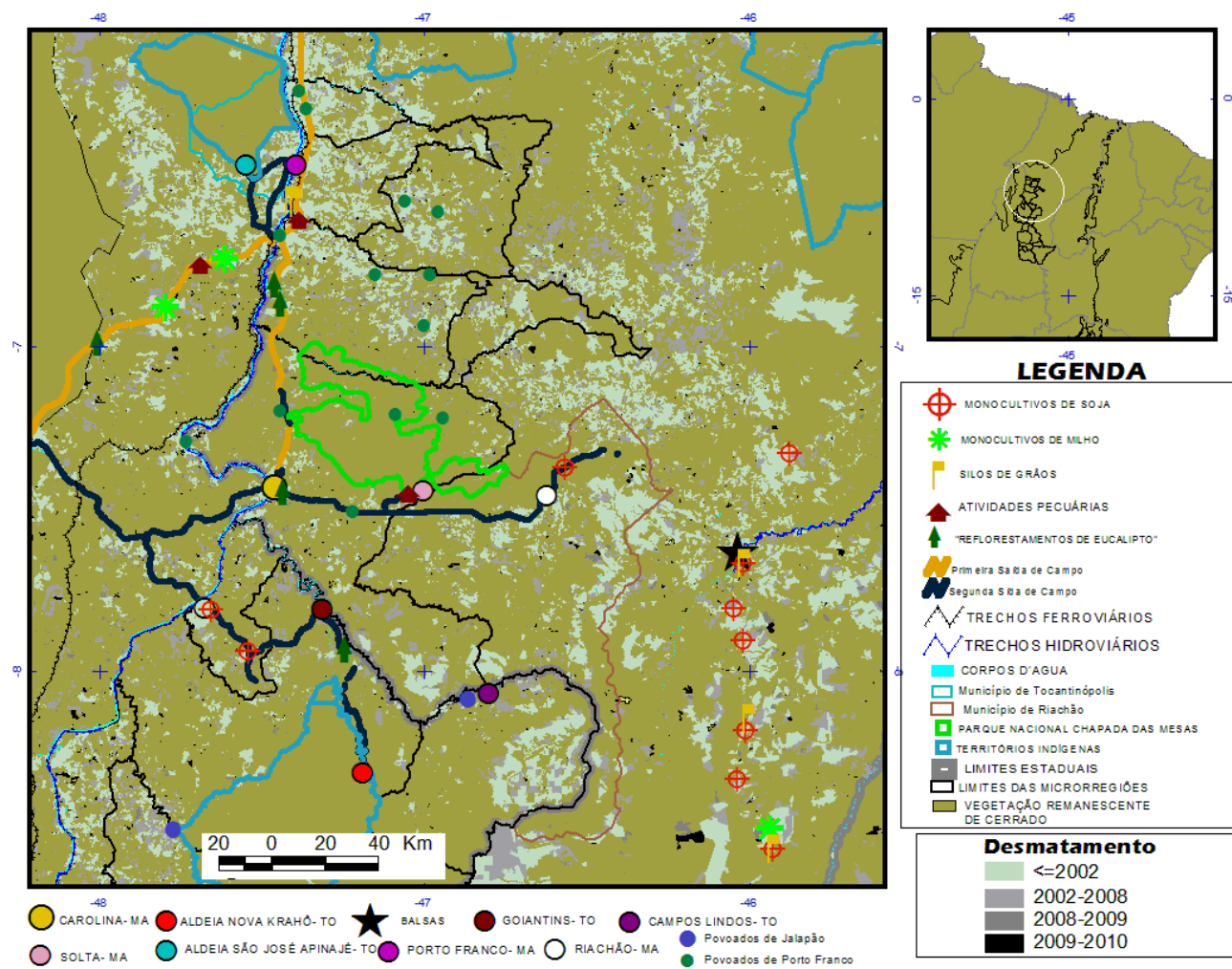
Municípios	Desmatamento (em km ²)			Área plantada de soja (em km ²)	
	Entre 2002-2008	Entre 2008-2009	Entre 2009-2010	2003	2011
Campestre do Maranhão	43,3	1,8	0,2	-	-
Porto Franco	96,5	15,9	2,6	-	-
São João do Paraíso	178,6	16,1	8,7	-	-
São Pedro dos Crentes	84,9	11,9	7,0	-	12,8
Estreito	220,4	35,8	12,9	12,1	1,9
Carolina	467,8	40,0	20,9	39,5	132,8
TOTAL	1091,5	121,5	52,3	51,6	147,5

Nota: os dados de área plantada foram convertidos de hectares para km².

Fonte: MMA, 2009, 2010 e 2011. Séries: Monitoramento do desmatamento nos biomas brasileiros por satélite.

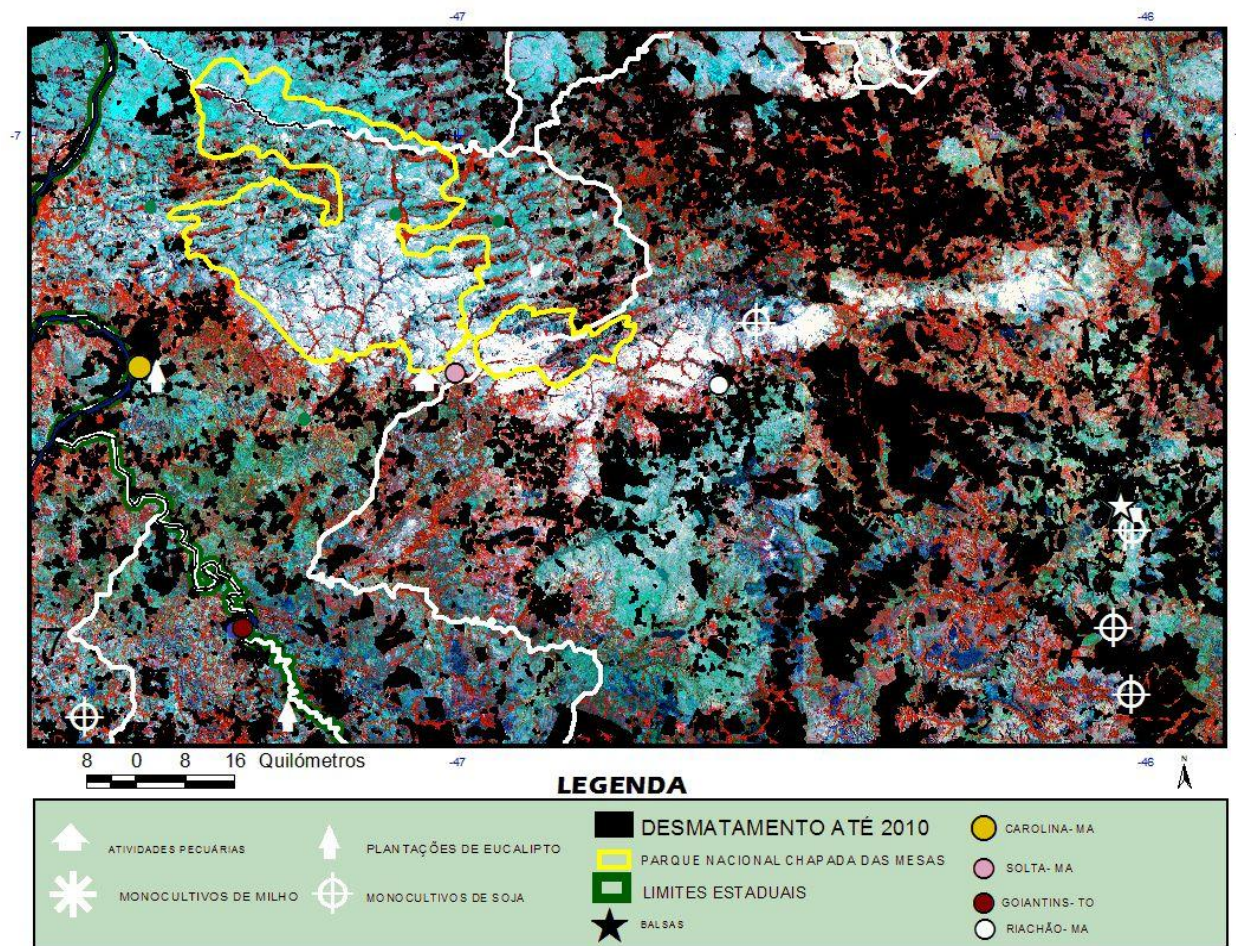
Como exemplo do processo de desmatamento que vem se agravando na região, os Mapas 3 a 5 mostram em detalhe os avanços dos cultivos de soja e novos investimentos agroindustriais, refletidos em plantações de eucalipto e lavouras de milho. O Mapa 3 apresenta toda a microrregião com suas áreas desmatadas, enquanto os Mapa 4 e 5 utilizam do recurso de imagem de satélite para destacar, no primeiro, o município de Carolina e entorno, e no segundo, o distrito agroindustrial de Porto Franco e sua proximidade com o território indígena da etnia Apinajé, dos Povos Timbira.

Mapa 3. Desmatamento temporal (2010) e informações georreferenciadas em campo sobre os desmatamentos (2012-2013).
Microrregião de Porto Franco-MA.



Fonte: MMA, 2010. Elaboração própria.

Mapa 4. Desmatamento temporal sobre imagem de satélite (2010) e informações georreferenciadas em campo (2012-2013). Detalhe para o sul da Microrregião de Porto Franco-MA.



Fonte: MMA, 2010. Elaboração própria.

Mapa 5. Desmatamento temporal sobre imagem de satélite (2010) e informações georreferenciadas em campo (2012-2013). Detalhe para o distrito agroindustrial de Porto Franco e entorno. Microrregião de Porto Franco-MA.



Fonte: MMA, 2010. Elaboração própria.

As plantações de eucalipto vêm se expandindo devido a um “projeto florestal” da SUZANO Papel e Celulose, que abrange uma área de 60 mil hectares nas microrregiões de Alto Mearim e Grajaú, Imperatriz, Porto Franco, Chapada das Mangabeiras e Gerais de Balsas, para abastecimento da fábrica de celulose a ser instalada no sul do Maranhão. Esta região considera 21 municípios, dos quais incluem todos os municípios da Microrregião de Porto Franco (STCP, 2010). (Foto 5)

Foto 5. Plantio de eucalipto da SUZANO. Município de Estreito-MA, 2012.



Autor: Rodrigo Meiners Mandujano, junho de 2012.

Mesmo que o município de Carolina não tenha evidência de plantações de eucalipto, o município foi escolhido para a implantação de viveiros de mudas de eucalipto, informação foi constatada em campo. Os viveiros fornecem as mudas para a SUZANO na região. (Foto 6)

Foto 6. Viveiro de eucalipto da empresa Marka Florestal. Município de Carolina-MA, 2012.



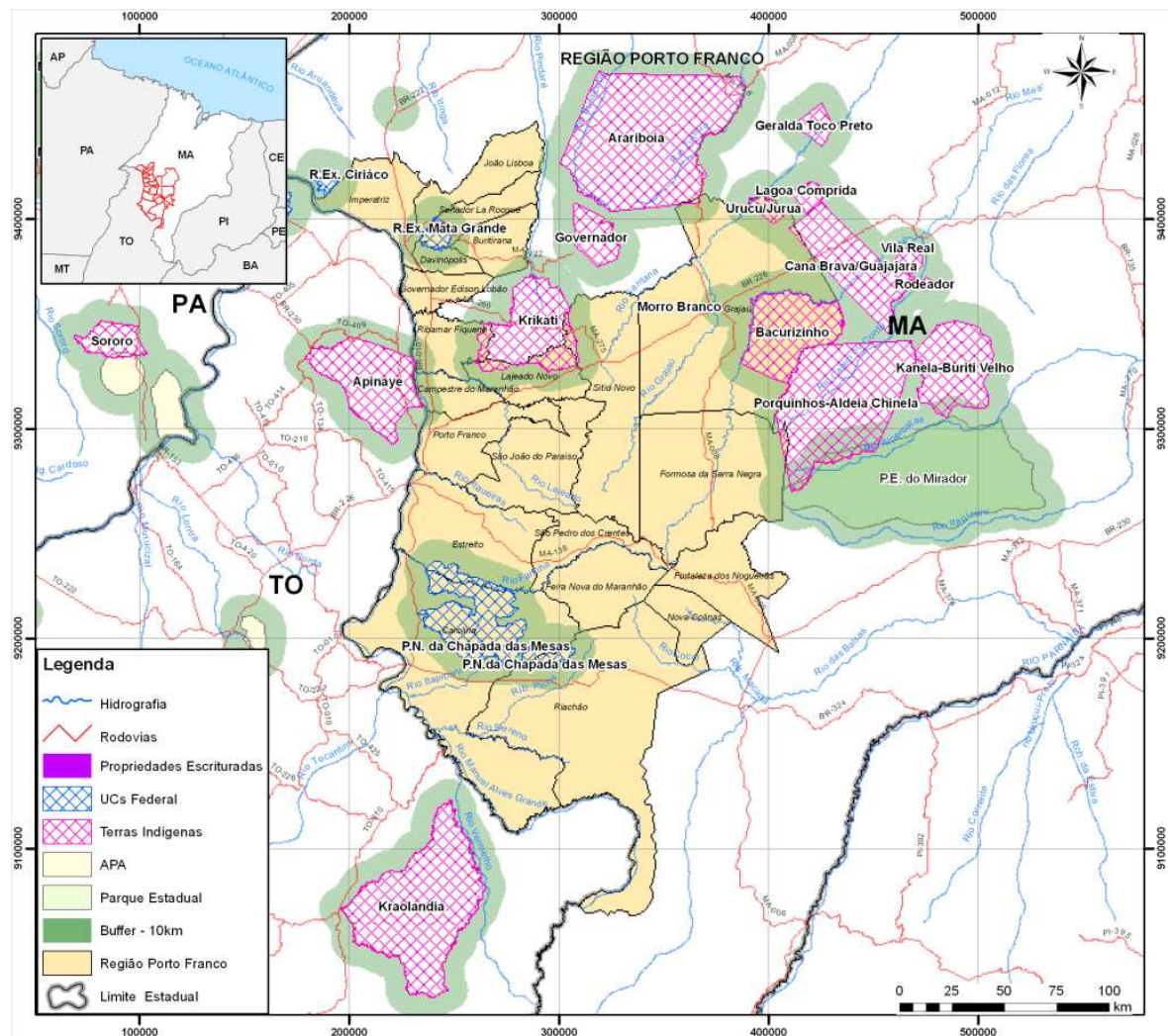
Autor: Rodrigo Meiners Mandujano, junho de 2012.

A produção prevista de celulose será na ordem de 1,3 milhão de toneladas por ano, com investimentos em torno de 1,8 bilhão de dólares. Este projeto envolve um acordo estabelecido entre o governo estadual e a SUZANO, para o período de 2009 a 2013, na região do Pólo Integrado Estreito/Porto Franco/Imperatriz, região considerada pelo governo do Estado um pólo de desenvolvimento industrial e agroflorestal (STCP, 2010).

Desde 1983, a SUZANO já demonstrava interesse em plantar eucalipto no Cerrado maranhense, desenvolvendo biotecnologia através da clonagem de eucalipto adaptados ao clima do Cerrado. Tal parceira e escolha do local para o programa florestal da SUZANO vem acompanhada de um acordo com a VALE, firmado em 2008, através de seu programa de reflorestamento VALE Florestar, que fornecerá, a partir de 2014, madeira de eucalipto de suas plantações de “reflorestamento”, que totalizam 84,7 mil hectares distribuídos no sudoeste do Pará e sudoeste do Maranhão, para a SUZANO fabricar celulose. O acordo envolve também o transporte ferroviário, a partir de 2013 e por um período de 30 anos, da produção anual prevista em 1,3 milhão de toneladas de celulose da fábrica da SUZANO, no sul do Maranhão, até o Porto de Itaquí, em São Luis do Maranhão (STCP, 2010).

A abrangência territorial do projeto da SUZANO atinge os limites territoriais do Parque Nacional Chapada das Mesas e todas as áreas indígenas dos povos Timbira e as três Reservas Extrativistas – RESEX, duas no Maranhão Ciriaco e Mata Grande e uma em Tocantins, Extremo Norte. (Mapa 6)

Mapa 6. Terras indígenas e áreas de conservação na área de abrangência do Projeto da SUZANO. Estado do Maranhão, 2009.



Fonte: STCP, 2009. In: STCP. Relatório de impacto ambiental – rima da área de implantação do projeto florestal da Suzano, na região de Porto Franco, Estado do Maranhão. STCP: Curitiba, 2010. 184p.

Em nosso trabalho de campo em março de 2013, foram visitadas duas aldeias dos povos Timbira, no território indígena dos Apinajés, a aldeia Da Prata e a aldeia São José, que são as aldeias mais próximas da microrregião de Porto Franco, onde os indígenas relataram a presença de novos plantios de soja e eucalipto próximos a área indígena, conforme relata um membro da aldeia:

Para cá perto da aldeia tem uma derrubada, estão derrubando, parece que é soja, e lá na frente, tem um plantio de eucalipto grande (Elias Apinajé. Entrevista realizada em março de 2013).

Os indígenas também citam a influência do desmatamento próximo à área indígena relacionada à queimada da vegetação nativa para a plantação de soja e eucalipto, e decorrente também da invasão de estranhos, sem permissão, na terra indígena:

Os brancos botam fogo no capim e passa para nossas áreas. (Elias Apinajé. Entrevista realizada em março de 2013).

Todo ano, o cupê²⁷ entra, entra pra caçar, pra pegar fruto, toca fogo e vai embora... pescador, caçador, todos eles entram. Nós pegamos eles umas quatro vezes, todo ano de aqui pra julho a gente vai fazer outras fiscalizações em grupo da área. Com o IBAMA nós vamos também, fiscalizar é um risco para eles e para nós, pode trocar tiro. (Evaldo Apinajé. Entrevista realizada em março de 2013).

Outra questão que levantaram é sobre a poluição dos rios que cruzam o território indígena decorrente do agrotóxico utilizado nas plantações e da instalação da Barragem de Estreito, para gerar energia elétrica para os empreendimentos agroindustriais e industriais:

Tem pouco peixe, tem os rios São José e Bacaba, lá na frente tem duas nascentes, tem pouco peixe, porque a barragem entra do lado dos brancos, eles acabam com o peixe (Elias Apinajé. Entrevista realizada em março de 2013).

A Usina Hidrelétrica de Estreito foi inaugurada em 18 de junho de 2012, a partir do Consórcio Estreito Energia – CESTE, que envolve a participação de uma empresa franco-belga de energia, a GDF Suez-Tractebel Energia, com 40% de investimento, a VALE, com 30%, a ALCOA, com 25,5% e a Intercement, com 4,5%. A usina foi construída na Bacia do Rio Tocantins e alagou parte de 12 municípios do Maranhão e Tocantins, sendo cinco municípios das microrregiões analisadas: Carolina, Estreito, da microrregião de Porto Franco, e os municípios de Barra do Ouro, Goiatins, Itapiratsins, da microrregião do Jalapão. Caracterizou-se como o maior empreendimento do setor energético do Maranhão e contou com um investimento de cinco bilhões de reais, sendo que 32,3% do total foi financiado pelo governo federal, através do Programa de Aceleração do Crescimento – PAC2. O município de Estreito, que foi o mais afetado, recebeu menos de 0,5% do valor total em compensação (CONSÓRCIO ESTREITO ENERGIA, 2013).

²⁷ Em língua do macro Jê, cupê significa homem branco.

Uma representante do Movimento Interestadual de Quebradeiras de Coco Babaçu – MIQCB, da regional de Imperatriz, faz menção a este processo de expansão do eucalipto pela empresa SUZANO Papel e Celulose, na região de Imperatriz-MA:

A SUZANO devastou e comprou muita área para plantar eucalipto, nós temos muitos outros tipos de extrativismo: açaí, buriti, tucum... dá muita coisa. O pequi em Porto Franco, Balsas, essas empresas devastam, tiram tudo. A estrada que vai para Cidelândia há uns 10 km você vê a parede de eucalipto até Vila Nova dos Martírios e até Água Branca são cento e poucos quilômetros, muito pouco mato, mais eucalipto, tem muito eucalipto. Tem ainda muitas manchas de babaçu, agora SUZANO Celulose, que montou a indústria, estão trabalhando aqui, depois vem o grande trabalho que tem a SUZANO Celulose entre o rio Tocantins e à beira da estrada. Uma pesquisadora passou informações que a empresa tem uma parceria com a prefeitura para tirar os povoados, para cooptar e comprar tudo em preço absurdo, que agora estão na beira da estrada, povo ficando velho, os novos ficam na cidade, e esse povo vai viver de quê? Esses povoados vão ser tirados de lá, pois não podem ficar. (Maria Querubina Silva Neta. Entrevista realizada em junho de 2012).

Uma funcionária do Centro de Educação e Cultura do Trabalhador Rural – CENTRU, na sede em Imperatriz-MA, destaca a cooperação entre as empresas SUZANO, VALE e MPX, numa logística capitalista através do eucalipto que está se expandindo a partir de Imperatriz e relacionada não somente à produção de celulose, mas, de energia, através da MPX:

O trabalho das empresas multinacionais como a SUZANO, a SUZANO aqui são 700 mil hectares que eles querem plantar, aliás já tem até uma pesquisa disso. Eles, ao mesmo tempo, têm conflito, aqui, a SUZANO, a VALE e a MPX, que é do Eike Batista, eles estão em conflito em 13 municípios daqui do Maranhão, que atinge mais de 5 mil trabalhadores rurais só em conflito com estas três empresas, porque eles querem fazer as coisas deles sem respeito às populações tradicionais. (Maria Denise Barbosa Leal. Entrevista realizada em junho de 2012).

Em contrapartida ao que as populações tradicionais vêm sofrendo com a expropriação da terra do camponês, a SUZANO prega em seu *marketing* ambiental, a nova vertente do capitalismo verde, que seu programa de parceria florestal com os assentamentos na região que concorda com o incentivo federal à agricultura familiar, através do seu carro chefe, o PRONAF, pois segundo a SUZANO, beneficiarão os pequenos agricultores à prática da silvicultura. Esta empresa também destina programas na área social, como o Programa de Apoio ao Uso Sustentado e Aproveitamento Econômico dos Recursos Nativos (extrativismo vegetal), que também, para a empresa concorda com os objetivos do governo federal em programas de

conservação, manejo e uso sustentável agrobiodiversidade. Postura totalmente contrária à relatada pela liderança do MIQCB e pela funcionária do CENTRU.

Em relação à microrregião do Jalapão, em Tocantins, esta teve um total de 2382,2 km², no período que compreende os anos 2002 a 2010, de área desmatada. Entre 2002 e 2008, 1906,1 km² foram desmatados, com média anual de 317,7 km², diminuindo para 199,9 km² (2008-2009) e aumentando novamente para 276,8 km² (2009-2010). (Tabela 2)

Os municípios que mais tiveram suas áreas desmatadas, entre 2002 e 2008, foram: Goiatins (434,6 km²), Campos Lindos (285,7 km²) e Mateiros (269,1 km²). Já no período entre 2008 e 2009, os que mais sofreram com o desmatamento foram: Goiatins (38,2 km²), Itacajá (36,0 km²) e Mateiros (27,2 km²). Enquanto no intervalo de 2009 a 2010: Mateiros (93,1 km²), Centenário (54,5 km²) e Rio Sono (25,3 km²). (Tabela 2)

Com relação às áreas destinadas ao cultivo da soja na microrregião, nota-se crescimento expressivo dos cultivos, durante o período analisado, passando de 403 km², em 2003, para 1209 km², em 2011. O que se pode inferir que também nesta microrregião os cultivos de soja vêm substituindo áreas anteriormente desmatadas para outras finalidades. (Tabela 2)

Os municípios de Goiatins e Mateiros foram os que mais vieram sofrendo com o desmatamento intenso na região. No entanto, quando se trata das áreas destinadas ao cultivo da soja, em 2003, somente os municípios de Campos Lindos (245 km²) e Mateiros (154,8 km²) apresentavam grandes áreas implantadas destes monocultivos, sendo inexpressivos em Itacajá (2,5 km²) e Barra do Ouro (0,7 km²). Enquanto, em 2011, os monocultivos de soja passam a distribuírem-se na região, presentes na maioria dos municípios da microrregião, com maiores expoentes os municípios de Campos Lindos (530 km²) e Mateiros (410 km²). (Tabela 2)

Tabela 2. Áreas de desmatamento e plantio de soja (em km²). Microrregião do Jalapão-TO, 2002-2011.

Municípios	Desmatamento (em km ²)			Área plantada de soja (em km ²)	
	Entre 2002-2008	Entre 2008-2009	Entre 2009-2010	2003	2011
Barra do Ouro	150,0	6,6	6,7	0,7	50,0
Goiatins	434,6	38,3	20,4	-	95,0
Campos Lindos	285,7	12,1	14,5	245,0	530,0
Itapiratins	120,3	20,8	17,3	-	58,0
Itacajá	184,1	36,0	5,2	2,5	41,0
Recursolândia	1,9	3,7	3,9	-	2,0
Centenário	8,3	13,5	54,5	-	16,0
Rio Sono	176,6	9,7	25,3	-	7,0
Lizarda	49,4	1,0	4,3	-	-
Novo Acordo	68,7	8,9	11,0	-	-
São Félix do Tocantins	30,4	1,3	0,6	-	-
Santa Tereza do Tocantins	30,6	2,4	2,3	-	-
Lagoa do Tocantins	16,3	0,7	6,1	-	-
Ponte Alta do Tocantins	80,0	17,7	11,6	-	-
Mateiros	269,1	27,2	93,1	154,8	410,0
TOTAL	1906,1	199,9	276,8	403,0	1209,0

Fonte: MMA, 2009, 2010 e 2011. Séries: Monitoramento do desmatamento nos biomas brasileiros por satélite.

O Mapa 7 apresenta as áreas de desmatamento confrontadas com as informações georreferenciadas em campo sobre os monocultivos de soja, bem como, os plantios de eucalipto e os locais destinados ao abastecimento de grãos. Merece atenção o território dos indígenas da etnia Krahô, dos povos Timbira, os quais foram georreferenciados em campo indicando novos plantios de soja, no município de Barra do Ouro, e eucalipto, em Goiatins, ambos nas proximidades do território indígena. Os plantios de eucalipto foram corroborados no Mapa anterior sobre a abrangência territorial do empreendimento da SUZANO próximo à microrregião do Jalapão e do território dos Krahô. (Fotos 7-8)

Foto 7. Plantio de soja. Município de Barra do Ouro-TO, 2013.



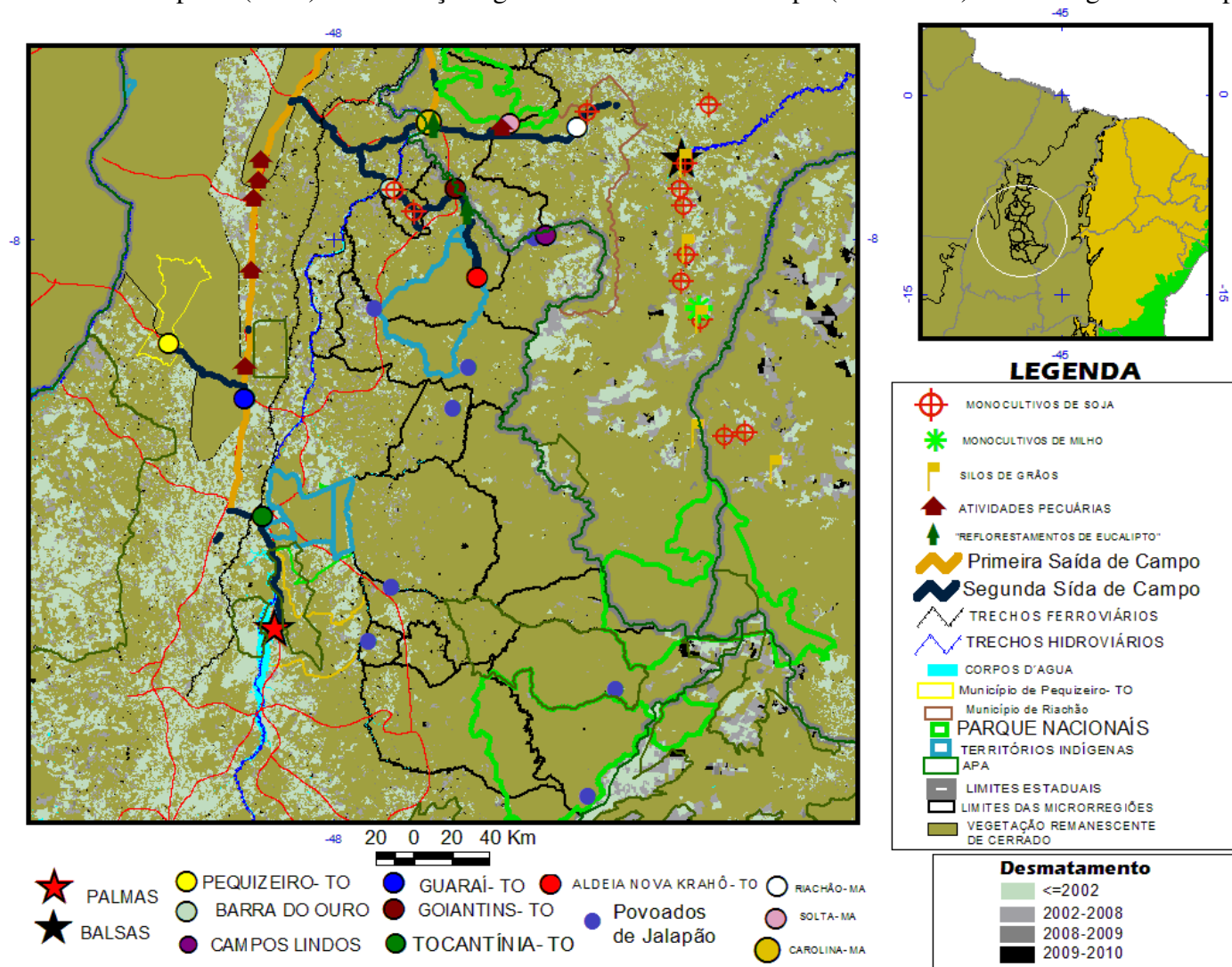
Autor: Rodrigo Meiners Mandujano, março de 2013.

Foto 8. Plantio de eucalipto. Município de Goiatins-TO, 2013.



Autor: Rodrigo Meiners Mandujano, março de 2013.

Mapa 7. Desmatamento temporal (2010) e informações georreferenciadas em campo (2012-2013). Microrregião do Jalapão.



Fonte: MMA, 2010. Elaboração própria.

O processo de desmatamento é muito presente na vida do camponês, sendo o extrativismo dos frutos, como o pequi, é afetado diretamente no desmatamento de grandes áreas que antes eram áreas comuns de extrativismo, pressionando o camponês a buscar frutos em regiões cada vez mais distantes, num trabalho árduo de carregar fardos de frutos a quilômetros de distância de onde vivem, dificultando a reprodução do modo de vida camponês agroextrativista:

Lá do outro lado já derrubaram bastante pequi, acabaram com as matas lá, para o lado de Riachão, e a Ilha do Sereno aqui, também o pequi já foi embora quase todo. [...] tem o negócio do eucalipto na chapada, que estão plantando aqui por Estreito, e a chapada é onde está o pequi mesmo, está na chapada a região forte do pequi é chapada. (Domingos Ramos da Silva. Camponês que vive em Carolina. Entrevista realizada em março de 2013).

2.3 AS ÁREAS CONSERVADAS DO CERRADO NO CONTEXTO DO AGRONEGÓCIO

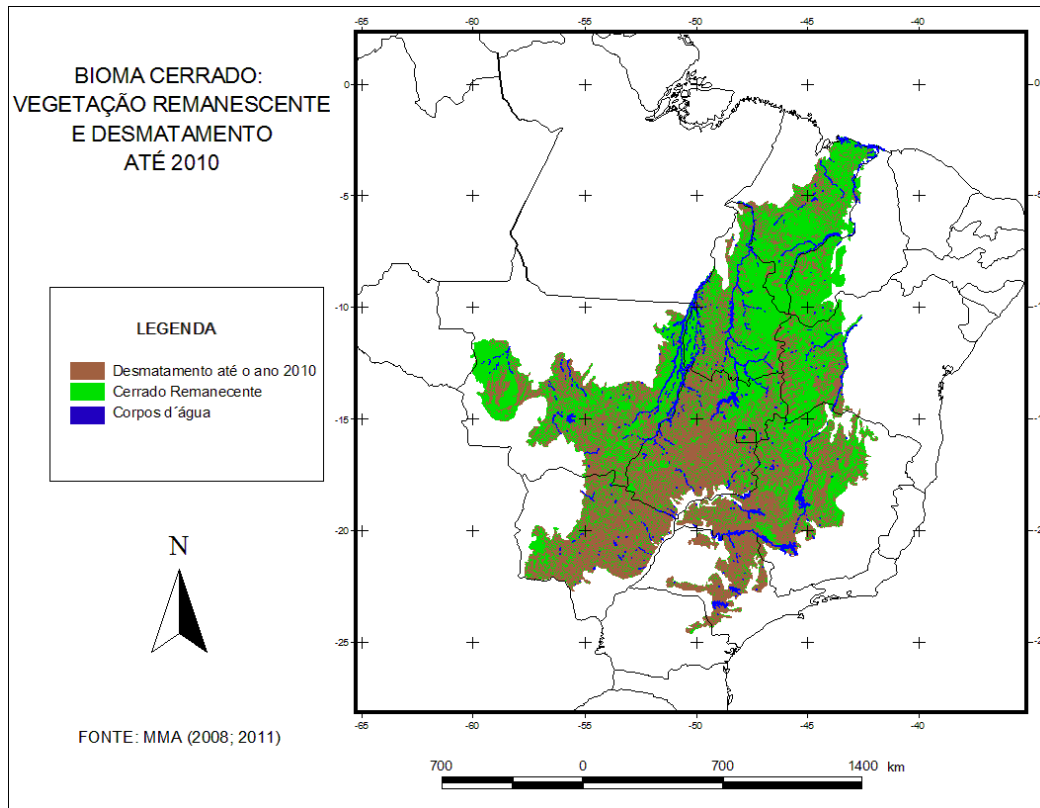
Así, pues, la tala de árboles tendría como límite el estado de ánimo de los hombres primitivos, que creían que los árboles tenían almas y debían ser adorados, y asociaban a ciertos dioses con ciertos árboles [...] significaba que no se cortarían árboles con derroche, sino sólo cuando fuera absolutamente necesario. (HYAMS, 1952 *apud* BOOKCHIN, 1976, p. 251-252)

Uma das chaves para a conservação da biodiversidade dos Cerrados está no reconhecimento e apoios nas porções de "paisagens naturais manejadas", as quais foram estimadas, para o ano de 1985, em 56% da área de Cerrado contínuo, correspondendo a mais de 100 milhões de hectares destas porções. Essa categoria corresponde à ocupação tradicional do Cerrado – pastos naturais e área de extrativismo – que vem sendo substituída ou encurralada pelas monoculturas modernas (MAZZETTO SILVA, 2009).

De acordo com dados informados pelo Ministério do Meio Ambiente – MMA (2011) por meio do Mapeamento de Cobertura Vegetal dos Biomas Brasileiros inserido no Projeto de Conservação e Utilização Sustentável da Diversidade – PROBIO, o bioma Cerrado tinha, em 2009, cobertura vegetal natural de 51,2%, cobertura vegetal antrópica de 48,2% e massa d'água de 0,6%. A área suprimida do bioma Cerrado, até 2002, foi de 43,6% e de 47,8%, até o ano de

2008. Entre os anos 2009 e 2010, a taxa anual de desmatamento foi calculada em 0,3%, sendo esta a maior taxa dos biomas brasileiros. (Mapa 8)

Mapa 8. Vegetação remanescente e desmatamento. Bioma Cerrado, 2010.



Fonte: MMA (2010). Elaboração própria.

No entanto, a expansão da agricultura no Cerrado Brasileiro não ocorreu apenas nas áreas em que foram implantados os projetos de colonização. Outras regiões com as mesmas características físicas e climáticas – principalmente as mais próximas aos projetos agropecuários – também tiveram expandidas suas áreas de produção agrícola, embora tenha havido maior expansão de áreas de pastagens, sendo 54 milhões de hectares ocupados por pastagens cultivadas e 21,56 milhões de hectares por culturas agrícolas (MMA, 2009).

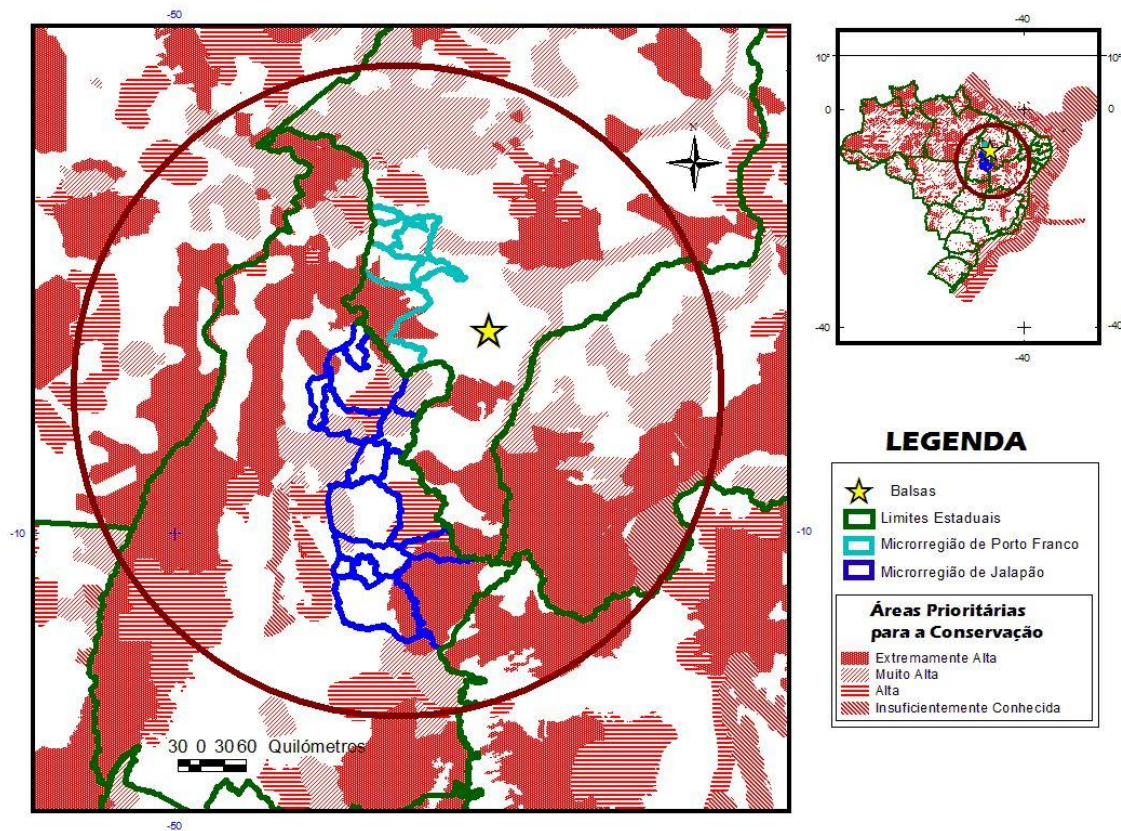
O desmatamento anual do Cerrado pode ser duas ou três vezes maiores que na Amazônia, considerando uma área total de 2.000.000 km², a média histórica de 1,5% ao ano corresponde a 30.000 km²/ano. De acordo com as estimativas mais conservadoras, o total acumulado de

desmatamento no Cerrado é de cerca de 800.000 km² (39%), mais que na Amazônia, tanto em termos absolutos quanto proporcionais (SAWYER, 2009).

No entanto, o governo federal brasileiro lançou em setembro de 2009 a versão para consulta pública do Plano de Ação para Prevenção e Controle do Desmatamento e das Queimadas no Cerrado – PPCerrado, contendo iniciativas próprias ou das suas instituições vinculadas: IBAMA; Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade – ICMBio; Agência Nacional de Águas – ANA e Serviço Florestal Brasileiro – SFB, no qual expõe a pretensão da redução, para o ano de 2012, do desmatamento no bioma em 40%. Meta inicialmente estabelecida para 2020, durante a convenção climática de Copenhague, além de ter como objetivos “a promoção da conservação, a restauração, a recuperação e o manejo sustentável de ecossistemas naturais, assim como a valorização e o reconhecimento dos povos tradicionais, procurando condições para reverter os conflitos socioambientais do processo de ocupação do Bioma Cerrado” (MMA, 2003, p. 15).

Para isso, estabeleceram áreas prioritárias de conservação do Cerrado, nas categorias: extremamente alta, muito alta e alta. O Mapa 9 apresenta um recorte das áreas prioritárias para as microrregiões de estudo, que se encontram entre duas grandes porções de áreas com prioridade extremamente alta.

Mapa 9. Áreas Prioritárias para a Conservação definidas pelo MMA. Microrregiões de Porto Franco-MA e Jalapão-TO, 2010.



Fonte: MMA, 2010; IBGE, 2010. Elaboração própria.

Uma das ações do PPCerrado (SPF, 2010, p. 75) frente de desmatamento que está avançando sobre as áreas remanescentes do Cerrado “potencialmente estratégicas” e “prioritárias para a criação de unidades de conservação e as ações de fiscalização ambiental” pelo ProBio, como são os remanescentes existentes do oeste da Bahia, sul do Maranhão e do Piauí, além do leste do Tocantins “mostra a necessidade de implementar ações efetivas para coibir o desmatamento ilegal”.

Mas, esse programa foi um ganho da Rede Cerrado²⁸, congregação de organizações que promove localmente a adoção de práticas para o uso sustentável dos recursos naturais encaminhando um documento conceitual ao MMA com recomendações para a adoção de medidas urgentes para a conservação do Cerrado. O MMA consequentemente definiu um grupo

²⁸ Ver: <http://www.redecerrado.org.br/HOME/>

de trabalho, em 2004, que baseado nos resultados e proposições do seminário, estabeleceu as prioridades para a conservação do Cerrado, em 1998, e assim surgiu o PPCerrado (FUNDAÇÃO PRÓ-NATUREZA et al., 1999 *apud* Klink & Machado, 2005 p. 151).

Atualmente, a mesma Rede Cerrado em conjunto com os Sindicatos Rurais, ONGs, pesquisadores e sociedade civil, mostra algumas das demandas, alternativas e lutas que levam a cabo, onde se encontram, de forma textual, alguns dos elementos pesquisados neste trabalho através da Carta Política do VII encontro e feira dos povos do cerrado, em Brasília - DF - Setembro/2012, onde se relata, de forma textual, a situação do PPCerrado:

O Programa Cerrado Sustentável, criado em 2003, sob responsabilidade do Ministério do Meio Ambiente, também está parado e não conta com recursos para sua implementação. Além disso, a situação é extremamente crítica no tocante à demarcação de terras indígenas, quilombolas e comunidades tradicionais, que tem o território como base indispensável à sua existência, e que tem tido suas demandas negligenciadas pelo Governo Federal. A grilagem de terras de comunidades tradicionais e as ameaças e assassinatos de suas lideranças se mantêm como práticas constantes, mas que têm se mantido como problemas invisíveis para as autoridades.

Outra proposição do MMA em conjunto com o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome – MDS e o Ministério do Desenvolvimento Agrário – MDA foi a elaboração do Plano Nacional de Promoção das Cadeias de Produtos da Sociobiodiversidade – PNPSB, por meio da Portaria Interministerial MMA/MDA/MDS nº 236, de 21 de julho de 2009. Esta proposta estimula o comércio local e regional dos produtos dos camponeses por meio da inserção dos produtos em programas como o da merenda escolar (SPF, 2010).

Outro fator que pode ser considerado um erro muito grave na concepção de áreas de conservação – UC's de proteção integral é a não admissão de populações tradicionais no seu interior e as Áreas de Proteção Ambiental – APA's que, embora incluam o uso sustentável de seus recursos, não são caracterizadas pela presença das populações tradicionais. Como aponta MAZZETTO SILVA (2009, p. 49).

Conclui-se que predomina uma estratégia de conservação restritiva, que separa as comunidades de seus lugares. Como o Cerrado possui uma trajetória histórica de ocupação humana muito mais intensiva que a Amazônia, se torna mais difícil encontrar áreas ainda preservadas sem a presença de comunidades tradicionais, que ali habitam e usam os seus recursos por várias gerações [veremos isso mais à frente]. Por isso, ganha força a idéia de que uma estratégia de expansão de

criação de novas áreas protegidas nesse bioma deverá contemplar a presença dessas populações, priorizando as UC's de uso sustentável.

As UC's podem ser necessárias, porém, insuficientes no Cerrado. Segundo Sawyer (2009, p. 157) estas áreas podem chegar a serem contraproducentes quando “criadas isoladamente, sem considerar paisagens produtivas com escala suficiente para manter as funções ecossistêmicas, porque implicam desmatamento e insustentabilidade na área restante do bioma”.

A pouca ou nenhuma presença humana nas UCs federais, estaduais e municipais implica “elevados custos onde as terras não são públicas”, além de mostrar-se insuficiente ao conservar ilhas no meio do desmatamento progressivo e extensivo, podendo chegar a implementar-se UCs deslocando comunidades (SAWYER, 2010, p.8).

Uma categoria viável para a conservação do Cerrado de uso sustentável relevante é a Reserva Extrativista – RESEX, que segundo o MMA (2011, p. 54) “apesar de sua importância socioambiental, existem apenas sete dessas unidades no Cerrado vinculadas à trajetória das quebradeiras de coco babaçu no Cerrado e a transição com a Amazônia”.

A distribuição das RESEX no Brasil está concentrada fundamentalmente na Amazônia, reunindo as maiores superfícies de territórios de reservas extrativistas. O Cerrado reúne sete RESEX que vem sendo criadas desde a ECO-1992, em torno da região que compreende os Estados do Maranhão, Tocantins, Piauí e Goiás.

O Estado do Maranhão é o que teve mais reservas instituídas, como a de Mata Grande (12.924 ha) e Ciriaco (7.012 ha), em 1992, e Chapada Linda (11.973 ha), em 2007. O Estado de Goiás conta com duas RESEX, a de Recanto das Araras de Terra Ronca (11.968 ha) e Lago do Cedro (17.404 ha), ambas de 2006. Os Estados de Tocantins e Piauí contêm somente com uma reserva extrativista cada, com a de Extremo Norte Tocantins (9.125 ha), criada em 1992, em Tocantins, e a Marinha do Delta do Parnaíba, no Piauí, com maior área (27.022 ha), em 2000. (Tabela 3)

Tabela 3. Reservas Extrativistas - RESEX no Cerrado, segundo localização, ano de criação e área de reserva (em hectares).

RESEX	Estado	Ano de criação	Área de Reserva (ha)
Mata Grande	MA	1992	12.924
Extremo Norte Tocantins	TO	1992	9.125
Ciriaco	MA	1992	7.012
Marinha do Delta do Parnaíba	PI	2000	27.022
Recanto das Araras de Terra Ronca	GO	2006	11.968
Lago do Cedro	GO	2006	17.404
Chapada Limpa	MA	2007	11.973

Fonte: MMA, 2010.

No entanto, desde a criação das RESEX vem existindo entraves na sua administração e regularização fundiária por parte do governo federal, conforme relato de um funcionário do Instituto Chico Mendes – ICMBio que trabalha com a RESEX Extremo Norte Tocantins, durante a Reunião da Câmara Técnica da Sociobiodiversidade, realizada nos dias 29 e 30 de junho de 2012, em Divinópolis-TO. (Foto 9)

Sobre a questão organizacional da RESEX, o funcionário relata:

Nos 20 anos da reserva, 16 anos foram sem qualquer assistência, isso é para desanimar a qualquer um; e os interesses com o IBAMA na fiscalização ambiental que é outro foco que não é o agroextrativismo. Com Lula e Marina Silva foi criado o Instituto Chico Mendes, com a criação do Chico Mendes tiveram pessoas para trabalhar a RESEX de Extremo Norte. De lá para cá algumas coisas começaram a acontecer em relação aos agroextrativistas com o babaçu, se desconhecia muito dentro da região do Bico, e a gente consegue fazer uma divulgação disso, e os problemas deles começaram a aflorar. Nós criamos o conselho gestor da reserva, já passou a terceira reunião, e agora em Agosto ou Setembro vai acontecer a próxima. A sinalização da unidade, mapas, a identificação do perímetro, as discussões dos projetos produtivos, as questões que precisam dar uma afinada, e estamos no sentido de consolidar a questão da regularização fundiária, que é o nosso principal problema hoje dentro da reserva.

Foto 9. Reunião da Câmara Técnica da Sociobiodiversidade, realizada na cidade de Divinópolis-TO nos dias 29 e 30 de junho de 2012.



Autor: Rodrigo Meiners Mandujano, março 2013.

Os conflitos fundiários envolvidos na criação das RESEX e não resolvidos pelo governo federal permanecem até os dias atuais, como descreve o referido funcionário que trabalha com a RESEX Extremo Norte Tocantins:

Só o trabalho de demarcação e de sinalização da unidade gerou policia na região que os proprietários que, até então, acharam que eles não seriam mais incomodados porque o decreto tinha caducado, que ninguém trabalhava mais isso, e não tem mais importância, e estava tudo mundo no seu canto criando seu gado e criando sua pastagem. Mas como nós chegamos e começamos a dizer que a gestão da reserva estava se consolidando, aí começaram as reações e junto com as reações algumas ameaças.

A concentração fundiária é um entrave para o acesso e consolidação da organização dos agroextrativistas que vivem dos recursos das RESEX, como aponta o mesmo funcionário:

O próximo passo para o final do ano e início do ano que vem é o levantamento fundiário, esse levantamento fundiário foi feito, mais ou menos, em 2004, se não me engano, um pouco antes da caracterização da área, e ele já está ultrapassado hoje, porque muitos proprietários venderam ou tem acumulação de terras lá dentro, tem pessoas com mais de 10 propriedades em seu nome. Então precisa saber quem são os verdadeiros proprietários existentes lá dentro, para aí a gente fazer um trabalho da recolocação das famílias beneficiárias. [...] tem gente ameaçada, ouve uma movimentação das representações políticas, teve fazendeiros na época que entraram com uma representação no Congresso para desapropriação da área, anulação do

Decreto, isso por pouco a gente perde o Decreto. [...] são 20 anos já, destes 20 anos as pessoas que trabalham com babaçu não tem acesso à água, à terra, não são ainda os legítimos beneficiários da reserva, eles moram no entorno da unidade, toda unidade existente não tem uma família extrativista dentro dela, todas estão nas comunidades do entorno, e você trabalha com as comunidades do entorno mas não trabalha com as unidades de conservação, precisa inverter esse processo, nós precisamos trabalhar com os beneficiários dentro da unidade de conservação e não com os camponeses que estão na volta nas comunidades, essa é mais ou menos o panorama das comunidades.

Ao contrário do estipulado com a criação das RESEX em preservar o bioma presente na área delimitada, as mesmas seguem sendo desmatadas pela ocupação desordenada destes territórios e falta de apoio do governo federal na fiscalização das áreas, conforme assinala ainda o funcionário:

Tomando em conta que pessoas destroem o babaçual, porque segundo eles destruir o babaçu acaba-se com a ideia das RESEX, que foi o que aconteceu em Mata Grande, não tem mais babaçu, tem muito capim, nós já fizemos apurações nesse sentido, o desmatamento é constante.

Uma representante do MIQCB, da regional de Imperatriz-MA destacou a queimada e desmatamento nos territórios das RESEX pelas grandes empresas vinculadas à produção de carvão vegetal e a contraditória parceria com o órgão do governo federal responsável em gerir as RESEX, que é o ICMBio:

Tem os interesses das empresas, a VALE, que incentivou muito a queima de madeira para carvão. A devastação continua em grande escala, quando eles descobriram que o carvão do babaçu era muito resistente, nós vamos enfrentar essa outra fera, que os fazendeiros continuam em grande escala, arrendando tudo o coco para a queima do coco inteiro, isso meu amigo deu problema. No Ciriaco tem muito coco, talvez uma das reservas mais ricas de babaçu. [...] se enfiaram no meio do povo para comprar o coco inteiro, ao contrário, pois no movimento não aceitamos essa prática. Por causa da resistência do movimento ainda teve atrito entre as organizações e as populações tradicionais da área, mas depois começaram a chegar num acordo. Não sei por que depois do ICMBio começaram os acordos, esse trabalho de ICMBio eles são governo, então eles fazem parceria com qualquer empresa, e aqui na Mata Grande ficou no banho Maria, nunca deu um passo para frente, agora começaram a levantar, pois foi declarado pelo próprio governo, a lei, agora eles estão buscando a legalização da área. (Maria Querubina da Silva Neta. Entrevista realizada em junho de 2012).

Cabe mencionar que a RESEX de Ciriaco e Mata Grande, do Maranhão e do Extremo Norte de Tocantins, estão próximas da área de abrangência do projeto da SUZANO, em parceria

com a VALE, para a cadeia produtiva em torno do eucalipto, que além de ter um projeto para plantar 60 mil hectares de monocultivos florestais, também estão utilizando dos recursos extrativistas da vegetação nativa, como o coco babaçu através das parcerias que estabelecem com o governo federal, por meio de programas sócio-ambientais, tornando assim um órgão gestor das RESEX como principal aliado aos interesses do capital:

Isso não é beneficiário para nós, leva toda a renda, isso beneficia o carvão, porque dá mais fogo para as mineradoras. O outro desafio nosso é a briga, a luta para que as quebradeiras não deixem de quebrar e consiga novas pessoas para dar continuidade ao trabalho. Porque a política é tirar a mão de obra das quebradeiras para fazer o carvão, não é para cozinhar como o nosso que é natural, e esse carvão pode vender em grande escala se quiser, mas temos atritos com Chico Mendes - ICMBio, com empresas, porque a política é convencer as mulheres para deixar de quebrar o coco: vamos trazer para vocês as máquinas. O agravante é que os filhos, os netos não vão saber nem como é que era quebrar o coco. Tem poucas pessoas com o argumento de fazer isso, tem companheiras que sabem, mas não tem bagagem para colocar essas questões. O Instituto Chico Mendes - ICMBio são centralizados nas decisões sem tomar em conta as quebradeiras. (Maria Querubina da Silva Neta. Entrevista realizada em junho de 2012).

Estratégias que destituem o modo de vida camponês, desfragmentando os movimentos sociais no campo e sua reprodução através das gerações.

2.2.2 As áreas conservadas do Cerrado no contexto da expansão do agronegócio nas Microrregiões de Porto Franco-MA e Jalapão-TO.

O sul do estado Maranhão e nordeste do estado do Tocantins, onde nossas microrregiões de estudo se localizam, possuem grande biodiversidade, agrobiodiversidade, matérias-primas, como também, vastos, abundantes e longos rios. Confluência de fatores que geram características geográficas e antropológicas únicas que perpassam pelo bioma Cerrado.

Sua geomorfologia, hidrografia, geologia, biodiversidade e biogeografia são resultado de milhões de anos de interações entre o meio biótico e abiótico, exemplificados pelas chapadas e chapadões na região, com grandes reservatórios de água e biodiversidade, gerando uma paisagem única, em que se misturam dunas, rios e chapadas, num ambiente natural do bioma Cerrado.

A ocupação milenar do ser humano na região e seu processo de apropriação do espaço podem ser apreendidos na cultura das populações tradicionais, que habitam o Cerrado há

milhares de anos, documentados pelos registros rupestres da região, envolvendo os processos de domesticação de plantas e respeito da natureza.

A microrregião de Porto Franco-MA faz parte da região Nordeste e a microrregião do Jalapão-TO, da região Norte do país. Ambas formam parte do bioma Cerrado, na porção noroeste deste bioma e integram o território da Amazônia Legal brasileira, contendo grandes superfícies de vegetação de transição entre Amazônia e o Cerrado em sua parte oeste, e do bioma Cerrado na região oriental e sul das microrregiões, com uma das maiores regiões em extensão de Cerrado contínuo e melhor conservadas. (Mapas 10-11).

Mapa 10. Limites territoriais das microrregiões de Porto Franco - MA e Jalapão - TO, segundo os biomas brasileiros.



Fonte: MMA, IBGE (2010). Elaboração própria.

Mapa 11. Delimitação das microrregiões de Porto Franco – MA e Jalapão – TO, segundo os limites geográficos da Amazônia Legal brasileira.



Fonte: MMA, IBGE (2010). Elaboração própria.

A microrregião de Porto Franco-MA encontra-se situada no sudoeste do estado do Maranhão, com extensas superfícies cobertas por vegetação nativa, destacando-se uma grande concentração e distribuição de coqueiros nativos, como o açaí, buriti e babaçu. Esta região é famosa pela sua abundância de pequi, que se distribui desde o município de Porto Franco, ao norte, até Carolina, ao sul. O município de Carolina é o de maior extensão territorial da microrregião.

A microrregião de Jalapão se localiza na parte nordeste do estado do Tocantins, ao oeste da Chapada das Mangabeiras, divisor de águas das bacias dos rios Tocantins, São Francisco e Parnaíba, interflúvio que se situa na divisa dos estados do Maranhão e da Bahia.

Nestes territórios também se localizam áreas de preservação e superfícies bem conservadas sem proteção legal, onde habitam populações tradicionais, como as dedicadas ao manejo do conhecido capim dourado e de frutos nativos do Cerrado. O capim dourado se distribui principalmente no sul da microrregião do Jalapão, mas também, em outros municípios do Estado, como o município de Tocantínia-TO, através de sua colheita e confecção pelos indígenas da etnia Xerente, do grupo linguístico Jê.

Os povos tradicionais que habitam na microrregião de Jalapão são grupos indígenas da nação Timbira que vivem em diversas aldeias indígenas localizadas dentro do território indígena

do grupo Krahô (subgrupo *Mãkrare*), a Terra Indígena Krahôlândia, que fica nos municípios de Goiatins-TO e Itacajá-TO, com 2463 habitantes (INSTITUTO SOCIOAMBIENTAL). Os krahô deixaram seu território original, na região do rio das Balsas e Macapá, localizados próximos ao município de Balsas-MA e rumou em direção ao Oeste, para o Tocantins, como consequência de ataques da expansão de povoadores de origem europeia provenientes do Piauí.

A grande diversidade de fauna nativa é extraordinária na região, misturada com os animais de pastoreio tradicionais traídos pelos europeus, animais que nunca foram de grande impacto ambiental e que formam parte do sustento alimentar anterior a chegada da pecuária extensiva. A Conservação Internacional – CI-Brasil²⁹ também participa na criação de unidades de conservação estaduais e federais na região do complexo do Jalapão, com presença de espécies endêmicas, não descritas e ameaçadas, e de grandes populações de capim dourado e frutos nativos.

As microrregiões em seu conjunto abrangem 21 municípios, com área total de 67.643,2 km² e população de 181.857 habitantes. A microrregião de Porto Franco-MA é a mais populosa, com um total de 109.932 habitantes, mas com menor área territorial (14.222,7 km²). Nesta região estão as maiores cidades: Estreito-MA, com 35.835 hab.; Carolina-MA, com 23.959 hab.; e Porto Franco-MA, com 21.530 habitantes. (Tabela 4)

Tabela 4. Tamanho populacional e extensão territorial dos municípios. Microrregião de Porto Franco-MA, 2010.

Municípios	Nº Pop.	%	Área do Município (Km²)
Campestre de Maranhão	13369	12,2	614,2
Porto Franco	21530	19,6	1417,1
São João do Paraíso	10814	9,8	2054,1
São Pedro dos Crentes	4425	4,0	980,4
Estreito	35835	32,6	2717,2
Carolina	23959	21,8	6439,8
TOTAL	109932	100,0	14222,7

Fonte: IBGE - Censo Demográfico, 2010; MMA, 2010.

²⁹ Ver: <http://www.conservation.org.br/>

A microrregião do Jalapão-TO tem mais municípios e maior extensão territorial, com um total de 15 municípios em um território de 53.420,5 km². No entanto, são municípios que, a exceção de Goiantins-TO, com 12.064 hab., não ultrapassam 10 mil habitantes. (Tabela 5)

Tabela 5. Tamanho populacional e extensão territorial dos municípios. Microrregião do Jalapão-TO, 2010.

Municípios	Nº Pop.	%	Área do Município (Km²)
Barra do Ouro	4123	5,7	1105,5
Goiatins	12064	16,7	6409,6
Campos Lindos	8139	11,5	3241,9
Itapiratins	3532	5,0	1243,7
Itacajá	7104	10,0	3054,2
Recursolândia	3768	5,2	2214,1
Centenário	2566	3,5	1955,0
Rio Sono	6254	8,6	6355,2
Lizarda	3725	5,1	5725,9
Novo Acordo	3762	5,2	2669,5
São Félix do Tocantins	1437	2,0	1908,0
Santa Tereza do Tocantins	2523	3,5	540,5
Lagoa do Tocantins	3525	5,0	912,1
Ponte Alta do Tocantins	7180	10,0	6491,9
Mateiros	2223	3,0	9593,2
TOTAL	71925	100,0	53420,5

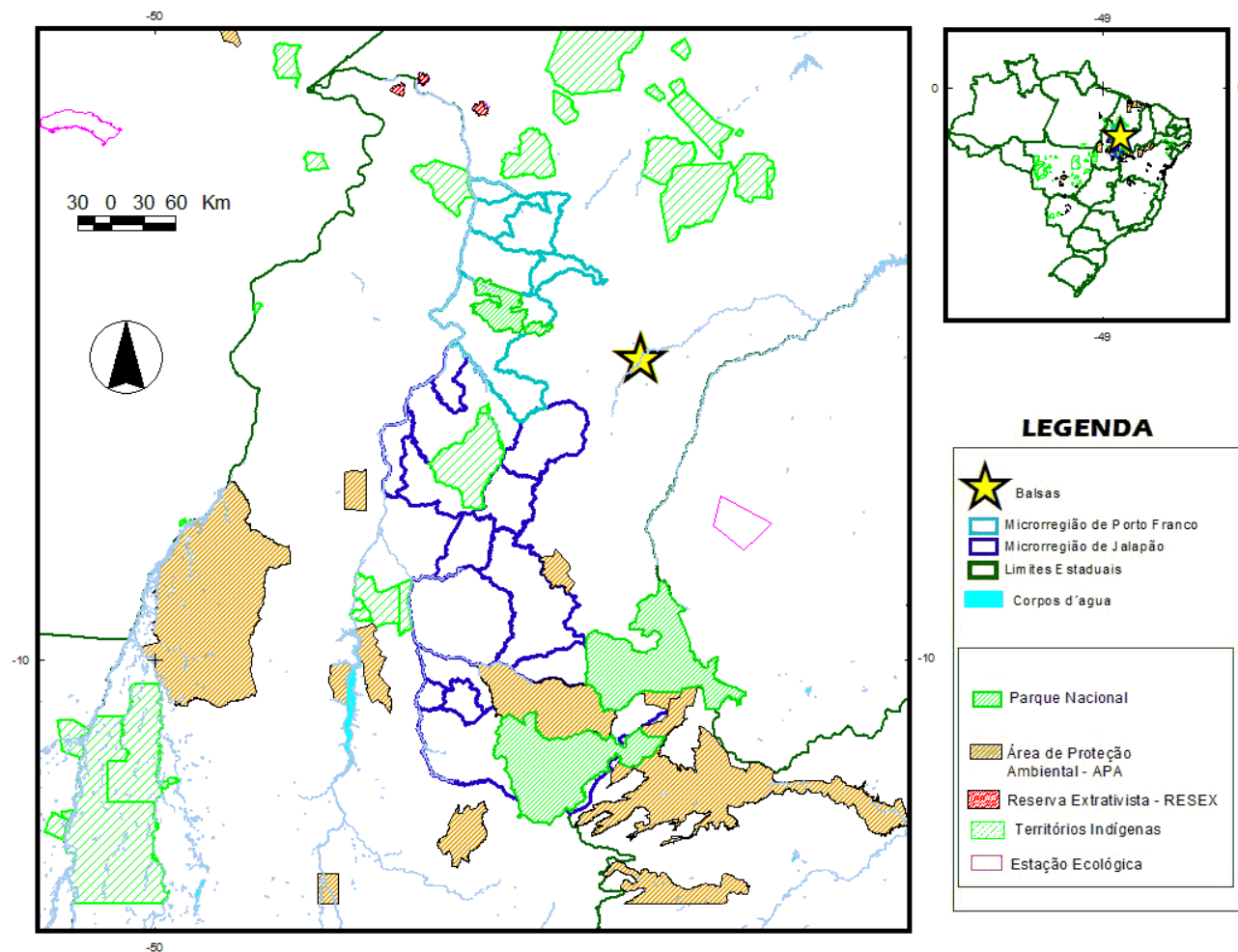
Fonte: IBGE - Censo Demográfico, 2010; MMA, 2010.

Na microrregião de Porto Franco-MA encontra-se somente uma área protegida dentro da categoria das UC's, o Parque Nacional Chapada das Mesas, criado em 12 de dezembro de 2005, com 159.953,7806 ha. Nos limites territoriais da porção Norte da microrregião localizam-se dois territórios indígenas dos povos Timbira: da etnia Krikatí, ao Nordeste e da etnia Apinajé, ao Noroeste; e três RESEX: Mata Grande (MA), Ciriaco (MA) e Extremo Norte Tocantins. (Mapa 10)

A microrregião do Jalapão-TO concentra duas UC's: uma ao Sul, Estação Ecológica Serra Geral do Tocantins, em quase sua totalidade, e outra ao Sudeste, o Parque Nacional Nascentes do Rio Parnaíba, com somente uma porção do seu território. A Estação Ecológica Serra do Tocantins, foi instituída em 12 de janeiro de 2001, com área de 158.885,4662 ha e o Parque Nacional das Nascentes do Rio Parnaíba, em 16 de julho de 2002, com área de 729.813,551 ha. (Mapa 12)

Nesta microrregião encontram-se ainda duas APA's localizadas entre as duas UC's, a APA Serra de Tabatinga e a do Jalapão; e um território indígena dos povos Timbira, da etnia Krahô, na porção central, ao norte da microrregião. Nos limites territoriais da microrregião, ao leste, a APA Cabeceira do Rio das Balsas; ao oeste, o território indígena da etnia Xerente; e ao sudeste, a APA Rio Preto, fazendo divisa com a Estação Ecológica Serra Geral do Tocantins. E, ainda, próximos à microrregião estão quatro APA's: ao leste, a APA Ribeirão Tranqueira; ao sudoeste, a APA Serra do Lageado e a APA Lago de Palmas, separadas pelo rio Tocantins, sendo que a primeira faz divisa com o território indígena Xerente; e ao extremo Sul está a APA Serra da Mumbuca. (Mapa 12)

Mapa 12. Áreas protegidas e de desmatamento. Microrregiões de Porto Franco-MA e Jalapão-TO, 2010.



Fonte: MMA, 2010; IBGE, 2010. Elaboração própria.

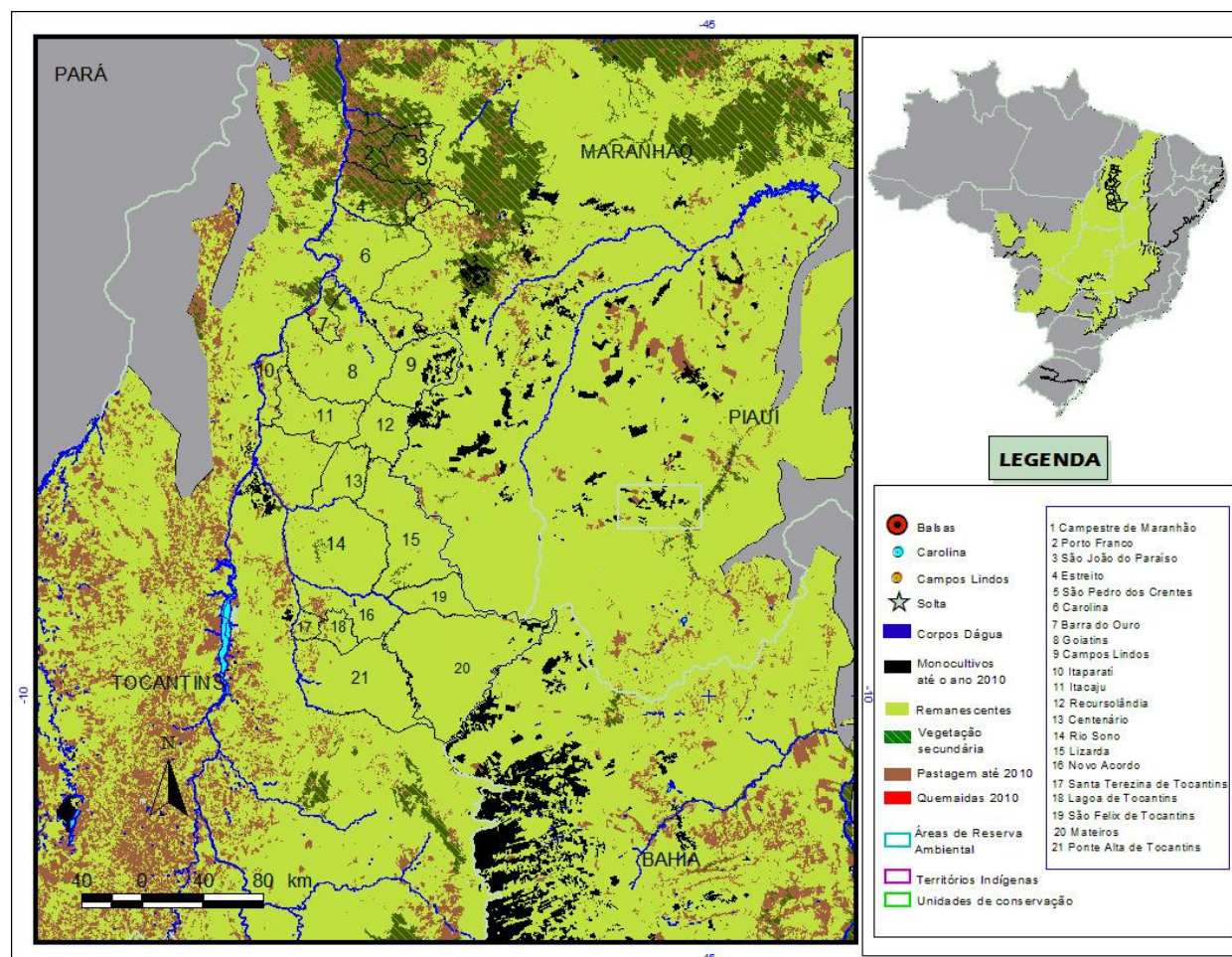
Quando se analisa o processo de desmatamento que atinge as microrregiões analisadas, observa-se na parte norte da microrregião de Porto Franco, nos municípios de Campestre do Maranhão, Porto Franco, São João do Paraíso e Estreito, o processo de ocupação e latifúndio mais antigos, vinculados às atividades agropecuárias. No sul da microrregião de Porto Franco no município de Carolina, verifica-se grande porcentagem de vegetação nativa, ainda que este município venha sofrendo com o desmatamento intensivo na região. (Mapa 13)

No nordeste da microrregião de Jalapão, nos municípios de Campos Lindos e Recursolândia, localizados no limite sul do Maranhão, pode-se constatar a evidente expansão de cultivos extensivos de soja e de milho, bem como, plantações de eucalipto. O município de Campos Lindos tem limite territorial ao norte com Carolina, onde se pode notar o mesmo processo de expansão dos monocultivos sobre influência do pólo agroindustrial do município de Balsas. Cabe destacar que estas informações foram verificadas e georreferenciadas em campo, tanto dos monocultivos agrícolas como as plantações de eucalipto mostrados em mapas anteriores. (Mapa 13)

No caso do Sul da microrregião do Jalapão, o município de Mateiros é prioritariamente pressionado e atingido pela expansão do agronegócio proveniente da imensa região agrícola capitalista do oeste da Bahia, que representa uma das maiores regiões de monocultivos mundiais. Expansão que se encontra no interior do município e, inclusive, nos limites territoriais de conservação da vegetação protegida por lei. (Mapa 13)

Ainda que o processo de desmatamento seja intenso nas microrregiões, pode-se notar ainda regiões muito bem conservadas e de grandes dimensões territoriais fora dos limites territoriais das áreas de proteção ambiental, onde os povos agroextrativistas podem ou poderiam exercer suas atividades tradicionais segundo suas possibilidades e motivações. No entanto, a maneira como se tem intensificado a exploração da terra pelo agronegócio, mineração e hidrelétricas, esses corredores verdes que interligam áreas de preservação ambiental do bioma Cerrado têm gerado diversas contradições na forma como as políticas governamentais olham para o crescimento econômico propagado por estes grandes empreendimentos. (Mapa 13)

Mapa 13. Vegetação remanescente e uso de solo no Bioma Cerrado. Microrregiões do Jalapão-TO, Porto Franco-MA, e entorno, 2010.



Fonte: MMA, 2011; IBGE, 2011, UFG, 2012. Elaboração própria

Em contrapartida aos financiamentos do agronegócio nas microrregiões, como os investimentos japoneses através de sua agência de cooperação JICA, já abordada nos investimentos do agronegócio no Cerrado, existe um projeto com a ICMBio em conjunto com esta agência para implantar o Corredor Ecológico do Jalapão, que abrangeria as áreas de conservação menores no entorno da Estação Ecológica Serra do Tocantins e do Parque Nacional das Nascentes do Rio Parnaíba, abrangendo 17 municípios da Bahia, Maranhão, Piauí e Tocantins.

De acordo com as informações obtidas do documento que promove o projeto do corredor ecológico, a área destinada ao corredor ecológico proposto sofreu menos desmatamento que seu entorno, apontando um avanço a criação de um corredor ecológico para preservar a região. Porém, não apontam que esta região é uma área de expansão do agronegócio de forma evidente, e que o avanço do desmatamento nos últimos dez anos é crescente na região e a proporção do incremento anual do desmatamento pelo agronegócio na região não é analisado (ICMBIO, 2011).

O fato mais evidente do contraditório interesse em preservar a região é a falta de preocupação com o desmatamento que ocorre dentro das UC's, que demonstra a ausência de fiscalização e penalização dos grandes empreendimentos agrícolas e atividades extração de minérios nos limites territoriais das UC's pelo seu órgão gestor, a ICMBio (ICMBIO, 2011).

A outra UC localizada nessas microrregiões também é um efeito adverso dos empreendimentos do agronegócio, pois foi criado o Parque Nacional da Chapada das Mesas para mitigar o impacto do alagamento de uma área para a criação da Usina Hidrelétrica de Estreito, com financiamento de multinacionais extratoras de minérios, como a VALE, a ALCOA, e a segunda maior empresa de cimento do país, a Intercement, do Grupo Camargo Corrêa. Toda uma rede de infraestrutura energética, criada para a extração de minérios e para o agronegócio:

Em 2005, foi criado estrategicamente por conta da barragem de Estreito, o alagamento de Estreito, então foi criado o Parque Nacional Chapada das Mesas, 190 mil hectares foi criado o Parque Chapada das Mesas 90% no Município de Carolina. (Rosalves de Sousa. Entrevista concedida em junho de 2012).

Os planos de infraestrutura para os grandes empreendimentos agroindustriais e extrativos nas microrregiões envolvem ainda a construção de três usinas hidrelétricas em Ponte Alta do Tocantins, Mateiros e Rio Sono; e uma ferrovia que dinamizará a distribuição e circulação dos grãos, celulose e minérios, que interligará o município de Ilhéus-BA a Figueirópolis-TO, com 1.527 km de extensão, denominada Ferrovia da Integração Leste-Oeste, integrante do modal da Ferrovia Norte-Sul, para escoar a produção de grãos pelo porto de Ilhéus (ICMBIO, 2011).

CAPÍTULO 3. AS DISTINTAS DIMENSÕES DO AGROEXTRATIVISMO NO CERRADO DAS MICROREGIÕES DE PORTO FRANCO – MA E JALAPÃO – TO

O pequi que virou carvão é, assim, a mudança radical de uma matriz de racionalidade a outra; de uma que produzia riqueza, através de um modo de vida que transformava o cru em cozido, isto é, a natureza local e regional em cultura: o pequi em refeição, em licor, para uma outra racionalidade preocupada com a expressão monetária da riqueza, o dinheiro que não é riqueza.

(PORTO-GONCALVES, 2008, p. 218)

O uso e consumo dos recursos que a natureza do Cerrado fornece, como os frutos nativos que são colhidos, cultivados, manejados e, por vezes, trocados e comercializados pelas populações, são de suma importância na construção do agroextrativismo. Seus povos oferecem diversos elementos culturais, materiais e simbólicos que representam estas atividades agroextrativas em seu cotidiano. Por exemplo, o conhecimento dos povos indígenas foi transmitido, em grande parte, para a “sociedade sertaneja” que se alojou no Cerrado (MAZZETO SILVA, 2009).

Muito antes da colonização portuguesa no Brasil, o Cerrado era o habitat privilegiado de um grande conjunto de sociedades indígenas chamadas, pela literatura etnológica, Jê entre eles se podem mencionar os Kaiapó, os Bororo, os Karajá, os Timbira e os Akwen (Xavante e Xerente). Esses grupos dominavam uma vasta extensão de cerrados e a possibilidade de explorarem, simultaneamente, as várias fisionomias vegetais que caracterizam o Cerrado, no que se chama de “cultura de cerrado”. São grupos indígenas extremamente adaptados aos cerrados e acredita-se que ocupam a região há pelo menos três mil anos.

Os camponeses conseguiram adquirir alguns conhecimentos indígenas (sem escapar da existência de complexos confrontos e disputas entre indígenas, homens brancos e posseiros) do uso de plantas e animais do Cerrado, conservando e, ao mesmo tempo, recriando as práticas extrativistas originárias dos povos nativos, forjando identidades camponesas diferenciadas também no âmbito do Bioma Cerrado, segundo a região: como os *geraizeiros* (Norte de Minas), *geraizenses* (Gerais de Balsas/MA), *retireiros* (áreas alagadas do Araguaia/MT), *barranqueiros* e

vazanteiros da beira e das ilhas do São Francisco (MG), *quebradeiras de coco* (Zona dos Cocais/MA, PI, PA e TO), *pantaneiros* (MT e MS), *camponeses dos vãos* (sul do MA) (MAZZETTO SILVA, 2009).

Surgem ainda outras denominações mais gerais, como: *varjeiros* e *ribeirinhos* (ao longo dos rios São Francisco, Grande e Paraná), *caipiras* (Triângulo Mineiro e São Paulo) e *sertanejos* (Norte de Minas, Bahia, Maranhão e Piauí). (ARRUDA & DIEGUES, 2001 apud MAZZETTO SILVA, 2009).

Marx ([1857] 1985) dá a este sistema de apropriação da terra e seus recursos naturais e nativos a pertinência a uma comunidade em sua existência subjetiva/objetiva, no relacionamento da comunidade com a terra, do indivíduo com a terra, sendo esta matéria-prima de produção, instrumento de trabalho e fruto. A este respeito, o autor conclui:

A filiação a uma sociedade naturalmente evoluída é uma condição natural de produção de um ser humano [...]. Sua própria existência subjetiva é condicionada por ela tanto quanto pelo relacionamento com a terra, como seu laboratório. Na verdade, a propriedade é, originalmente, móvel, porque em primeiro lugar o homem toma posse dos frutos disponíveis da terra, inclusive animais e, especificamente, os passíveis de domesticação. Entretanto, mesmo esta situação – pesca, caça, pastoreio, subsistência pela coleta dos frutos das árvores, etc.- sempre pressupõe a apropriação da terra, seja como um local de fixação ou um território para deslocamento, uma pastagem para animais etc. (p. 85-86)

O agroextrativismo conjuga a coleta de recursos da biodiversidade nativa à geração de produtos por meio do cultivo e a combinação de atividades extrativas, com técnicas de cultivo, criação e beneficiamento, direcionado para a diversificação, consórcio de espécies, imitação da estrutura e dos padrões do ambiente natural, bem como, do uso de técnicas geralmente desenvolvidas a partir dos saberes e práticas tradicionais, do conhecimento dos ecossistemas e das condições ecológicas de ambientes regionais (NOGUEIRA & FLEISHER, 2005; BRASIL, 2009).

No caso do agroextrativismo no Cerrado, Mazzetto Silva (2009 p. 160-161) afirma que “a ocupação camponesa tradicional usou e usa as terras das veredas para as áreas de roça e as chapadas intermediárias para solta de gado, extrativismo, construção de moradia e outras instalações”. As chapadas altas sempre foram de difícil acesso, mas, ainda assim, importantes

principalmente para a disponibilidade de caça para a população local, pois constituía um habitat, área de circulação e alimentação da fauna. Ocupação e utilização que mostra a profunda ligação e consciência dos territórios, suas características e as possibilidades de uso e manejo.

No Cerrado, o processo de reconhecimento do agroextrativismo é incipiente e não há uma valorização do modo de vida agroextrativista, dos saberes e dos produtos locais das populações rurais ao nível da sua importância devida, o que traz a consequente perda destas culturas e conhecimentos milenares. A estratégia de conservação do bioma Cerrado deve necessariamente passar pelo fortalecimento dessas comunidades e de seus modos de vida, resgatando suas identidades, fomentando e apoiando a permanência das populações rurais e o acesso aos seus recursos.

O processo histórico agroextrativista incorpora métodos de colheita muito antigos, sobretudo nas comunidades indígenas, e se constituem como sistemas alimentares que combinam, em conjunto com o agroextrativismo, a agricultura, manufatura de artesanato, a pesca e a criação de animais. Apresentam-se diferentes processos de territorialização em constante evolução, onde babaçuais, pequizeiros, castanhais, açazeiros, seringais, entre outros, sob este prisma, não significam apenas incidência de uma espécie vegetal numa área, têm também uma expressão identitária traduzida por extensões territoriais de pertencimento e de luta, de empoderamento, de participação e cuidado ao meio ambiente (IANNI, 1979; ALMEIDA, 2009).

Os seringueiros do estado do Acre, na Amazônia Ocidental brasileira, por exemplo, se organizaram para enfrentar as situações impostas pelos “novos agentes econômicos”. Em suas posses, formadas pelas chamadas colocações, discutiram com os poderes públicos formas específicas de regularização fundiária que atenderam as formas de ocupação e uso de seringais. A Portaria nº 647, de três de julho de 1987, que foi incorporada ao primeiro Programa Nacional de Reforma Agrária – PNRA, que autoriza a criação de Projetos de Assentamentos Extrativistas – PAEx, sob responsabilidade do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA, “destinado a exploração de áreas dotadas de riquezas extrativas, através de atividades economicamente viáveis e ecologicamente sustentáveis, a serem executadas pelas populações que ocupam ou venham a ocupar mencionadas áreas” (SHIRAISHI NETO, 2001, p. 57-58).

No entanto, as Reservas Extrativistas – RESEX já criadas e decretadas legalmente tanto no Cerrado como na Amazônia e suas áreas de transição, lutam ainda hoje pelo reconhecimento

de uso destas áreas e sua defesa ante ao aumento dos monocultivos do agronegócio, plantações de eucalipto e o desmatamento madeireiro, sendo até agora ações insuficientes. A criação dessas reservas foi conseguida pela pressão e luta histórica exercida, e pelas reivindicações das famílias, organizações e movimentos sociais já atuantes nas regiões onde foram delimitadas, na procura da verdadeira sustentabilidade através de seus povos, mesmo assim, estas reservas foram criadas com grandes dificuldades, e hoje apresentam inúmeros problemas, inclusive sobre a demarcação, indenização dos povoadores antigos e falta de apoios técnicos e sociais.

Os territórios extrativistas propostos, desde 1985, pelos seringueiros e castanheiros do Acre e de Rondônia foram planejados para administrar comunalmente, sendo a propriedade da terra retida pelo governo, de maneira semelhante às reservas indígenas. Entretanto, o sistema não foi constituído como forma de coletivização dos recursos, embora não tenham as famílias os títulos de propriedade, cada uma delas possuía direito de coletar em seu território tradicional de extração dentro das reservas. A terra não pode ser vendida nem convertida em usos não florestais, embora sejam permitidas pequenas clareiras para cultivo de subsistência³⁰.

A produção da borracha e da castanha foram as principais justificativas para a criação das reservas conservando as florestas no caso da Amazônia, mas Fearnside (1992, p.17) afirma que um bom conselho para os extrativistas é a “diversificação de produtos que se extraem da floresta”. No entanto, os argumentos que não incluíam questões econômicas e utilitárias são em geral descartados de forma pejorativa nas políticas públicas. Tais propostas e decretos foram acompanhados de violência por parte das pessoas que se opunham às reservas, com ameaças de morte e violência, culminando com o assassinato, em 1988, do líder seringueiro Chico Mendes.

As territorialidades diferenciais construídas e as distintas realidades territoriais no espaço agrário implicam tratar cada realidade segundo suas peculiaridades, necessidades, virtudes e carências, pois não existe uma homogeneidade das práticas no campesinato e, assim, no agroextrativismo. Desta forma, as políticas de uma provável regularização fundiária e criação de RESEX devem ser elaboradas tomando como referência as singularidades de cada grupo

³⁰ A articulação entre povos indígenas e população tradicional levou ao surgimento da Aliança dos Povos da Floresta. A defesa do modo de vida sustentável e dependente da floresta foi o propósito crucial para o estabelecimento desta aliança que gerou um movimento de afirmação de uma identidade comum, mesmo diante das diferenças dos segmentos sociais envolvidos. Deste movimento resultou o fortalecimento da voz e da intervenção do segmento popular na criação de políticas públicas como, por exemplo, a proposta de regularização fundiária que visava unir reforma agrária e conservação ambiental: as RESEX e novas alternativas de Projetos de Assentamentos sustentáveis e coletivos (FRANÇA, 2008).

extrativista. Martins (1975) já destacava as decorrências entre a relação homem-natureza na Reforma Agrária, representando uma forma de reorientação das relações entre homem-mulher e a natureza, que implica em mudanças mais ou menos profundas das relações sociais.

Calcula-se aproximadamente 6,5 milhões de famílias camponesas sem terra no Brasil nos dias atuais (OLIVEIRA, 2005, p.171). Dado esclarecedor sobre o déficit existente entre a concentração de terras pelo latifúndio e as pequenas propriedades camponesas e agroextrativistas, que se estende sobre um sem número de situações distribuídas pelo Brasil, resultando em deslocamentos compulsórios e de populações inteiras de suas terras e precarização de seus modos de vida por projetos agropecuários, plantios de florestas homogêneas – pinus e eucalipto-, mineração, construção de hidrelétricas, barragens, bases militares etc.

Almeida (2008, p. 119) fornece dados quantitativos a respeito do agroextrativismo, em sua importância e extensão territorial no sentido das territorialidades específicas:

[...] dos 850 milhões de hectares no Brasil cerca de ¼ não se coadunam com as categorias ‘estabelecimento’ e ‘imóvel rural’ e assim se distribuem: cerca de 12% da superfície brasileira ou aproximadamente 110 milhões de hectares, correspondem a cerca de 600 terras indígenas. As terras de quilombo, estima-se oficialmente que correspondam a mais de 30 milhões de hectares. Em contraste as terras de quilombos tituladas correspondem a cerca de 900 mil hectares. Os babaçuais sobre os quais as quebradeiras começam a estender a Lei do Babaçu Livre, correspondem a pouco mais de 18 milhões de hectares, localizados notadamente no chamado Meio-Norte. Em contrapartida, as reservas extrativistas de babaçu não ultrapassam a 37 mil hectares. Os seringais se distribuem por mais de 10 milhões de hectares e são objeto de diferentes formas de uso. Embora o Polígono dos Castanhais, no Pará, possui um milhão e duzentos mil hectares, sabe-se que há castanhais em Rondônia, no Amazonas e no Acre numa extensão não inferior a 15 milhões de hectares, não obstante a extensão dos desmatamentos.

O agroextrativismo apresenta uma atividade de altíssima relevância cultural, econômica e alimentar para estas populações, fornecendo recursos formidáveis de manejos sustentáveis dos ecossistemas, constituídos historicamente e respeitados por estas culturas tradicionais.

A produção agroextrativista praticada por comunidades tradicionais comercializa, em geral, apenas a matéria-prima bruta, com pouca ou nenhuma agregação de valor. Como consequência, seus modos de sustento tradicionais estão sendo, em alguns casos, abandonados ou

somente praticados durante poucos meses por ano, em favor de sua inserção na economia urbana e como garantia de acesso à educação, transporte e a melhores condições de trabalho.

3.1 MOVIMENTOS AGROEXTRATIVISTAS NO CERRADO: A LUTA PELA PRESERVAÇÃO DA RIQUEZA NATURAL E DE SEUS USOS EM UM BIOMA AMEAÇADO

À medida que se esgotar essa margem de manobra oferecida pela fronteira, [...] os problemas das áreas de tensão que a sociedade brasileira tem criado, recriando e multiplicando, ao longo dessa últimas décadas [...] à medida que se desenvolve, essas dimensões novas do capitalismo no campo, temos uma crescente rearticulação das antigas formas de produção com a nova estrutura econômica brasileira. Isto é, os camponeses, sitiantes, caboclos, moradores, colonos, índios e todos os outros são rearticulados com a produção mercantil.
(IANNI, 1984, p. 147-148).

Um dos documentos importantes sobre as organizações agroextrativistas na procura da Articulação do Extrativismo da Rede Cerrado assinala que “a Articulação do Agroextrativismo da Rede Cerrado é o primeiro passo para a construção de uma nova subjetividade social em torno do Cerrado, por meio do fortalecimento do protagonismo das suas populações”, os Povos do Cerrado (REDE CERRADO, 2005, p. 3).

Uma amostra desta articulação é o resultado dos diversos encontros tanto regionais como nacionais de pequenos produtores agroextrativistas, camponeses, trabalhadores rurais e entidades de apoio, que tem como produtos principais as cartas, manifestos e ações de defesa do Cerrado e, ainda, a criação de projetos relevantes como, por exemplo: Central do Cerrado³¹, o Empório do Cerrado³², Redes do Cerrado³³, Redes de Sementes do Cerrado³⁴, Rede Com Cerrado³⁵ etc. São esforços contínuos e valiosos que têm ganhado algumas batalhas e retrocessos, como aponta a última carta do VII Encontro dos Povos do Cerrado, realizado em setembro de 2012, em Brasília.

No povoado de Pé de Galinha, pertencente ao município de João Lisboa-MA, reside uma das lideranças mais importantes na história camponesa do Brasil, o senhor Manoel da Conceição

³¹ Ver: <http://www.centraldocerrado.org.br/categoria/frutos/>

³² Ver: <http://www.emporiocerrado.org.br/pt-br/>

³³ Ver: <http://www.redecerrado.org.br/HOME/>

³⁴ Ver: <http://rededesementesdocerrado.com.br/>

³⁵ Ver: <http://www.redecomcerrado.net/Site/conteudo/?SecaoCod=5>

Santos, que nos concedeu uma entrevista durante a primeira saída a campo, em junho de 2012. Esta visita foi indispensável para começar a entender alguns processos tanto políticos como históricos de luta no campo e a importância do agroextrativismo no Cerrado e na chamada Pré-Amazônia³⁶ maranhense e sua influência em Tocantins.

O senhor Manoel da Conceição é uma referência viva do processo histórico de construção dos territórios camponeses do Cerrado e sua relação com o agroextrativismo de hoje, figura histórica que sofreu com a ditadura militar no país, época em que foi preso nove vezes, com períodos de exílio na China, Vietnã e também na Europa, Albânia e Suíça, tornando-se pessoa chave para a formação de quadros de luta camponesa e trabalhadora rural do Brasil.

Grande parte da sua experiência e conhecimento foi materializada na formação da Escola Técnica Agroextrativista – ETA, localizada no mesmo povoado em que reside e fornece, dentre outras atividades, programas de educação no campo especificamente vinculados à população jovem das áreas rurais da região do sul do Maranhão. É também fundador do Centro de Estudos do Trabalhador Rural – CENTRU, situado no município de Imperatriz-MA, e se caracteriza como uma entidade de apoio do camponês e agroextrativismo no estado do Maranhão. Constitui-se, ainda, referência tanto no reconhecimento das terras camponesas como na formação das reservas extrativistas agora existentes, com relação estreita com o MIQCB e com outras lideranças camponesas e trabalhadoras, de ONG's e movimentos sociais. (Foto 10)

³⁶ A designação Pré-Amazônia surge com a institucionalização da Amazônia Legal, na década de 1960, onde baseando-se em aspectos físicos e econômicos, incorporaram a parte oriental do Maranhão a Amazônia. (ARAUJO, 2010)

Foto 10. Manoel da Conceição na Escola Técnica Agroextrativista ETA-CENTRU. Povoado Pé de Galinha, Município de João Lisboa- MA.



Autor: Rodrigo Meiners Mandujano, Junho de 2012.

Durante a entrevista concedida pelo senhor Manoel da Conceição perguntamos sobre sua história de vida, seu vínculo com o Cerrado e luta pela terra. Sobre sua história de vida, ele nos informa sua origem camponesa e sua intrínseca relação com o Cerrado:

Eu sou camponês desde pequeno, minha mãe, meu pai, eu sou o primeiro de seis irmãos, eu cuidava deles, comida, tudo, cuidar as crianças, [...] eu fiquei sozinho, ajudei a meus irmãos, muitos deles já morreram, outro desapareceu, só tenho um irmão em São Luís, mas nunca tiveram a discussão do agroextrativismo [...] eu plantei muitas árvores frutíferas, outras coisas [...] Meus pais, minha mãe como meu pai, eram gente ligada para os plantios para o remédio, eles cuidavam, nunca compravam remédio, tudo era feito do mato, eu cresci com aquilo [...] plantio de muita coisa, o Cerrado brasileiro, muita fruta, remédio, aí depois comecei a pensar como adquirir um sistema para cultivar as coisas que nós conhecíamos, alimentos, não sei se científico, sei lá, mas eu me lembro de muitos plantios, cheiros diferentes, então, quando eu fiquei rapaz, casei, comecei a fazer o meu jardim [...] mas como é que nós vamos usar isso, para provar que isso tem um valor [...]. Então, eu digo assim, coisa que tem a vida inteira, tem que servir para algo, não sei se é deus, mas alguém é responsável pelo que tá ali, nós não fazemos, alguém vai precisar disso, tenho uma visão do que tem um valor determinado [...] Não foi nem um capitalista que fez, nós achamos assim, já existia! Eu achei, essa é a parte científica, eu cheguei, achei, encontrei, usando o que é bom! Então, você planta aquilo que você precisa na vida, remédio, madeira, fruta, antes só tinha mato!

Em relação à criação da infraestrutura de apoio ao trabalhador rural e a Escola Técnica Agroextrativista, Manuel da Conceição coloca em suas palavras como é que surgiu a ideia de transcender o conhecimento, mas também, o potencial extraordinário da natureza do Cerrado, que condiz com a falta da sistematização e da comprovação científica do conhecimento camponês, da concepção de natureza que estava antes do homem chegar, o seu respeito, e necessidade de difusão para entender a sua importância:

[...] nós não temos o conhecimento científico, para justificar o que nós fazemos, eu plantei aqui pé de muitas espécies do Cerrado [...] a prefeitura acha que isso não serve que nós fazemos, eles só querem saber de soja, nós temos outra proposta. Estamos aqui devagarzinho vivendo [...] Mas como é que nós vivemos com a natureza, destruir ela, têm coisas que acontecem que alguém fez, eu não vi coisas existirem que ninguém fez tá aí na natureza, os animais, tudo, mas eu fiquei pensando tudo que tem aí tem um valor[...] eu queria um local para nós estudarmos aquilo que a gente fazia antes, pensando nessas ideias novas, uma libertação, pensando na natureza, depois plantar essas coisas, plantar, e aqui os movimentos sindicais, corporações sociais, e as plantas, não é ciência comprovada, é só aquilo que achei que já estava lá na terra. O movimento dos trabalhadores do campo, muitos companheiros.

No que diz respeito à luta, da necessidade da defesa da terra, do trabalhador rural, dos seus modos de vida e conhecimentos é relevante apontar seus princípios, o respeito pela natureza, à libertação do homem, o valor e a ética do camponês diante das injustiças que aconteceram e ainda acontecem nos territórios do Cerrado, a promessa de Manoel da Conceição para nunca deixar de lutar pela terra:

Meu bisavô tinha comprado terra e um forno de cobre, porque meu bisavô e avô não tinha documento da terra, era posseiro, não tinha esse negocio de venda de terra, por causa desse conflito, eu resolvi deixar atrás, meu pai ficou sozinho, para eu continuar lutando! [...] Eu conhecia muita gente de Santa Lucia, Copaíba, terra devoluta sem dono, nessa área, era onde muita coisa para comer, remédio, aí um dia o senhor que era da região, inventou tomar nossas terras, como nós não saíamos, depois me convidaram pra fazer uma reunião na comunidade, mas então chegou um caminhão que estava cheio de gente, mas era só pistoleiro, “não corre ninguém” umas quatro pessoas saltaram do caminhão, esse dia mataram uma criança, uma velhinha, três rapazes, e eu saí com a perna ferida, não me mataram porque quando eu corri, passei no meio das plantas, as frutas me esconderam de noite, quando eu voltei que foram embora, eu resolvi convidar e juntar a comunidade para fazer uma oração, nessas orações eu jurei ante deus e a comunidade, que a partir daquele dia até que morresse eu ia lutar por a nossa terra, defender toda minha vida por nossa terra!

Depois de tantos anos de luta, o Seu Manoel faz questão de falar sobre a importância do corporativismo, da área sindical e a luta social, reforçada pelo conhecimento científico e tecnológico, desde e para os trabalhadores do campo e da cidade, com objetivos comuns e politizados, pois a simples relação de compra e venda, sem empoderamento, sem politização, sem consciência de classe, não leva a lugar nenhum:

Eu quero que nós faça um trabalho na área sindical, na área social, na área do cooperativismo, na área da vida política, para nós ter as ferramentas dos conhecimentos científicos, que nós precisamos, porque se não temos conhecimento científico, para onde nós vamos? Uma área de empoderamento coletivo dos trabalhadores e trabalhadoras, principalmente os que estão nessas áreas que precisam na sua mudança de seu dia a dia, de sua vida, e se nós não tiver essa mudança, começa divagar, ao longo prazo, mas divagar, consciência, acumulando o que nós queremos como sociedade, no momento do futuro. Nós não temos um plano para onde queremos ir, e nós tem que ter nosso plano de sociedade, nosso coração, na nossa vida e nossa sangue, se não fazemos com o coração, nós não chegamos lá. [...] Nós vamos nós organizando e construindo nosso instrumento de luta, e que está no sindicalismo, no cooperativismo, para reforçar a nossa luta [...] Nós não temos essa consciência de um povo articulado não, nós temos só a vontade de melhorar de vida, tem babaçu para quebrar porque precisa, porque está com fome, vai melhorar de vida, mas se a quebradeira de coco não entender que esse é um instrumento de poder, isso nós vamos ficar toda vida para vender para quem te dinheiro, para comprar no preço que quer [...] e ficar na mão deles. Eu estou preocupado se nós perder esse sentimento que nós temos, humano, de classe, e de relação de trabalho, não vai a lugar nenhum, nós temos a obrigação de começar a entender, de ter a força que nós queremos, nós temos que estar junto nessa guerra, tem que estar juntos, então, nossos trabalhadores e trabalhadoras do campo e da cidade!

Outra referência de suma importância para o movimento de luta pela terra no Cerrado e também da Amazônia é o Movimento Interestadual de Quebradeiras de Coco Babaçu – MIQCB³⁷, que abrange representações dos Estados do Pará, Maranhão, Piauí e Tocantins. O MIQCB constitui-se o movimento agroextrativista com maior abrangência regional e estadual de mulheres agroextrativistas no Brasil, como também, possivelmente do mundo.

Durante a primeira ida a campo visitamos a sede do movimento regional de Imperatriz, localizada no Sindicato de Trabalhadores Rurais de Imperatriz- STRI, em Imperatriz, com o objetivo de entrevistar as lideranças do MIQCB. Na ocasião tivemos a oportunidade de

³⁷ Ver: <http://www.miqcb.org/>

entrevistar a senhora Maria Querubina da Silva Neta, coloquialmente chamada de “Querubina”, liderança histórica do movimento das mulheres quebradeiras de coco babaçu do Maranhão.

Durante a entrevista com Querubina buscamos resgatar a importância do agroextrativismo, da questão das mulheres no campo, da defesa dos saberes tradicionais agroextrativistas e da identidade territorial que o babaçu tem no Cerrado. Sobre a importância da mulher agroextrativista relata:

[...] e esse pouco trabalho que a gente já tem é uma dificuldade danada de organização, porque é muito difícil trabalhar como mulher, porque a mulher é a mãe, empregada doméstica, recadeira, costureira, pescadeira, sabe? a mulher é uma mesa que não mede esforço, não é desqualificando o homem, mas a pesquisa de verdade, o homem espera o anoitecer, esperando a janta, a mulher faz mil e uma coisa, nós extrativistas trabalhadoras rurais é desse jeito, com 50 anos tá morta de cansada, se casa muito cedo, não sei pensando em que. Mas tem esse defeito, aí nasce menino e acabou a vida boa, com 50 anos tá totalmente baqueada, nós quebradeiras é um movimento que já levantou várias bandeiras de luta, logo do início a gente tem 14 anos, já articulados, que se junta que troca experiência, os primeiros anos a gente não fazia projeto porque era movimento, tinha quem apadrinhava em alguns momentos como o CENTRU, CDH, CPT etc.

A luta pela terra e a devastação do Cerrado e a Pré-Amazônia decorrentes da ocupação pecuária histórica, semelhante ao que relata Manoel da Conceição, foi a principal motivação para conformar um movimento agroextrativista de mulheres. Os modos de vida da mulher agroextrativista de babaçu têm também sua origem nesta história de luta, como descreve Dona Querubina:

[...] nós não tinha computador, assessoria, nada, era só as mulheres mexendo ali, depois com o sindicato que as quebradeiras são associadas, conseguiu uma parceria para permanecer no sindicato, então, as bandeiras de lutas que nós travamos que chamou a atenção, é a questão da devastação que começou como a pecuária, foi muito grande a devastação dos pecuaristas! De Bahia, Minas para a região, e foram os que compraram mais terra, os mineiros e os baianos, a devastação começou muito grande, exageradamente, a grilagem da terra, porque comprava 10 alqueires e cercava 20, era uma coisa muito, imaginava que era do Estado, mas era para o latifundiário, foi uma das bandeiras de luta do movimento, que nós conseguimos fazer vários movimentos contra a devastação dos babaçuais, nos anos 80's foi que a gente conseguiu ir para rua mesmo, passeatas, audiências com autoridades [...] nós fizemos muita divulgação, as mulheres começaram a se empolgar, a produzir bastante, tem que produzir, tem que produzir, aí surgem outras questões muito sérias, a maioria das extrativistas não tem terra, como a gente essa questão das ocupações era muito difícil com muito conflito, a

gente começou a contar a história de Chico Mendes, das RESEX etc. aí a gente começou a bandeira das criações, da bandeira extrativista.

Mesmo sendo a luta muito intensa, a atividade extrativista do coco babaçu foi diferente em algumas questões das relacionadas ao extrativismo da borracha e da castanha do Pará, mais ao norte da região dos babaçuais. O que se deve ao que Azanha e Ladeira (1998) concluem que o coco babaçu, por ter menor preço, não sofreu com as variações do mercado internacional, como a borracha ou a castanha, e jamais chegou a envolver o conjunto da população. O que favoreceu a atividade sem bruscas mudanças econômicas e sociais na população tradicional, entre eles os povos indígenas.

Mas atualmente a procura da compra do coco babaçu inteiro tem aumentado, principalmente no Pará, Tocantins e Maranhão, para a transformação em carvão para a indústria siderúrgica e para a comercialização em grande escala de subprodutos do babaçu, como a indústria TOBASA na cidade de Tocantínia- TO, que produz carvão ativado, óleo bruto e clarificado. Esta indústria tem trazido crescentes dificuldades para a colheita do modo tradicional das quebradeiras, atividade que se contrapõe a uma das estratégias de reprodução social do agroextrativismo tradicional do babaçu, que está baseado no aproveitamento integral dos babaçuais (ROCHA, 2011).

As mulheres quebradeiras têm que competir hoje nos territórios tradicionalmente utilizados por elas com catadores específicos que fornecem o coco inteiro para essa agroindústria de forma predatória e em grandes quantidades, incluindo coleta indiscriminada e corte dos cachos verdes. Mesmo com esses grandes problemas, graças à organização do movimento social MIQCB, hoje os saberes tradicionais das quebradeiras também começam a materializar-se em alguns benefícios, principalmente na luta do reconhecimento dos seus saberes tradicionais. A prova disto é a venda do produto, mas também do saber, para a empresa de cosméticos NATURA, o que significou uma luta ganha pelo movimento.

As mulheres quebradeiras de babaçu vendem além da matéria prima do coco babaçu uma porcentagem de seus saberes tradicionais, ou como a mesma senhora Querubina relata “seu saber científico”. O que complementa e em certa forma contrasta com o afirmado por Manoel da Conceição no sentido de que a ETA precisa demonstrar o conhecimento científico através do

desenvolvimento de métodos de comprovação dos saberes tradicionais. As quebradeiras se autodenominam como as possuidoras do saber.

O movimento das mulheres de coco babaçu reparte os ganhos monetários deste acordo comercial num fundo chamado FUNDO BABAÇU. Acordo entre o movimento e a empresa que é relatado na entrevista com Dona Querubina:

Temos conseguido fazer alguns convênios, o movimento fez um convênio com a NATURA, os batons que usam têm babaçu no meio, cremes etc. Em Lago do Junco começaram sem contrato, sem papel, eles não queriam fazer [...] nós conseguimos fazer um contrato e ela paga uma porcentagem pela questão do saber, que só as quebradeiras sabem como é uma empresa de cosméticos, não vai tirar o nome dela para pôr o do movimento, mas como é um produto que contribui para a saúde das mulheres. [...] O nome tradicional é a massa do coco mesocarpo é a maneira científica de falar, nós também chamamos de “farinha de babaçu”, ela [a NATURA] viu que era vantajoso vender a massa sem o conhecimento, para nós não é interessante assim, então eles pagam pelo saber científico das quebradeiras, nós conseguimos isso, foi complicado, tanto interna como externamente no movimento para conseguir vender [...] o talco do babaçu é muito rico para a pele, é muito boa, a pele fica uma delícia, se eles não tivessem descoberto isso, por isso que nós questionamos a empresa. Por exemplo, uma menina manchada na cara, umas manchas pretas, com o talco de babaçu limpou o rosto. De graça não tem contrato, estamos vendendo nosso conhecimento científico!

Um antigo assessor do MIQCB que participou no processo legal do convênio com NATURA, descreve como o acordo foi produto da luta e da defesa dos direitos das quebradeiras em reconhecerem os seus conhecimentos, pois a NATURA alegava não ter tido acesso ao conhecimento tradicional das quebradeiras:

A NATURA tem um padrão de trabalho, eles acham que tem que ser, eles chegaram na comunidade com documentação pronta, com termo de anuência em mãos, com contratos com benefícios prontos, eles ofereciam assim: 60 mil reais, pelo acesso, e 0,05% da receita líquida dos primeiros três anos de vida do produto, a gente nunca tinha ouvido falar de isso, , nunca tinha se discutido isso, [...] e conseguimos estabelecer um fundo, de repartição do benefício que permite pequenos projetos das quebradeiras. E aí a NATURA desenvolveu nada mais e nada menos que um talco vegetal a partir de farinha de mesocarpo de babaçu. A linha de maquiagem em pó chamada UNA, de maquiagem, todos os pós da UNA, as sombras são feitos com esse talco vegetal. Foi um processo muito duro foi a cair na receita federal, foi na sexta câmara de minorias, foi assim um parto realmente, mas conseguimos, com muita luta, [...] mas foi uma novela [...] em quanto eles trabalhar com a farinha do coco eles vão ter que dividir, parte do lucro vai para as quebradeiras. Eles alegaram que não teve acesso ao conhecimento tradicional, a gente tem um hábito de ante uma visita externa

gravar o filmar [...], numa primeira visita que o pesquisador dela vê, a gente fez uma filmagem, e conversando com as quebradeiras, debaixo de uma casinha de palha assim, monte de coco aí, conversando a pesquisadora fala, a mulher pergunta: mas para que vocês usam o babaçu? A gente usa para tudo, é tão bom que quando a gente não tem dinheiro para comprar talco para passar a criança, a gente leva ao pilão bem lavadinho, pisa aí passa na fralda, duas ou três vezes para ficar fininho e passa como se fosse talco, é melhor que talco! E aí, a gente filmou o negócio, aí como eles negaram o acesso ao conhecimento tradicional, a gente foi na diminúria, cara, dum lado da mesa os funcionários da NATURA; as quebradeiras de coco do outro lado, a procuradora do PAC, cara, quando ela olhe-o assim para o vídeo, a gente não falou nada, na nossa. Temos um vídeo aqui! e acaba, teve acesso ao conhecimento tradicional delas. (Mayk Gomes de Arruda. Funcionário da CTI. Entrevista realizada em março de 2013).

O ex-funcionário do MIQCB relata como foi discutida a repartição dos ganhos com a NATURA dentro do movimento:

Numa assembleia elas falaram assim: esse dinheiro não é só nosso, por esse negocio aí de recurso genético é nosso, porque nós que demos a mostra, mas o conhecimento tradicional não é de todo mundo que tem o conhecimento? Então é de toda a quebradeira de coco babaçu! Porque não é só nós que sabe fazer talco de babaçu, e agora? Que, que a gente faz, vamos chamar a quem? Na época a gente chamou a MIQCB, aí a gente fez uma avaliação [...] então trocemos o movimento para a discussão, olha, o que a gente receber pelo conhecimento tradicional associado, vai para o fundo, para qualquer quebradeira de coco acessar. Aqui em Imperatriz, em Tocantins, em qualquer comunidade, todo mundo sabe a historia. (Mayk Gomes de Arruda. Funcionário da CTI. Entrevista realizada em março de 2013).

O segundo grande benefício tangível que tem ganhado destaque é a luta empreendida pelo movimento das mulheres quebradeiras de coco para a promulgação de leis municipais de acesso livre aos babaçuais, pelo fato das extensas terras do Cerrado e da Amazônia brasileira serem ricas em babaçu, mas que muitas comunidades, povoados e cidades estarem fora das áreas das reservas agroextrativistas. O que gera conflitos com os grandes latifundiários, que se apropriam das terras devolutas, fato que faz com que o MICQB venha trabalhando e lutando para conseguir o decreto de acesso a essas terras, para a garantia de seus direitos históricos agroextrativistas, descrito por Dona Querubina:

[...] as leis municipais de acesso livre aos Babaçuais [...] a lei de acesso livre, Cidelândia, Vila Nova dos Martírios, São Pedro, de que caducou que segundo isto, virou lei, Amarante, lei municipal também, quatro, cinco municípios de acesso livre, falta Divinópolis, e vamos criar em Senador La Roque.

Em conjunto com a lei de acesso livre aos babaçuais, o movimento está construindo o projeto da estruturação de uma cooperativa dos quatro estados que participam no MIQCB, onde elas vão comprar e vender coco babaçu como uma cooperativa interestadual com suas próprias representações regionais, destacado por Dona Querubina:

[...] o MIQCB criou uma cooperativa que vai juntar as associadas, os grupos para melhorar a estrutura para a cooperativa vender, dos quatro Estados. Cooperativa do MIQCB a questão jurídica, legal, falta a estruturação, já tem CNPJ três semanas atrás, mas com as dificuldades, deu uma parada, já não tem passeata, audiência pública. [...] Nós criamos uma empresa, já pensou? Pois é, o movimento criou uma empresa. A gente continua de pé. Cada regional vai ter que ter uma filial da cooperativa, que vai comprar os produtos das quebradeiras dos grupos, se tiver a exigência da vigilância [...] Os grandes problemas é a questão da estruturação, produzir os grupos, ter cara de pequena indústria, pois tem que ter cara de indústria, comprar, vender, vendendo e comprando, superar as dificuldades do transporte, a produção. (Entrevista realizada em junho de 2012)

Essa cooperativa está já em funcionamento hoje, a CIMQCB organiza as quebradeiras de coco em grupos comunitários produtivos visando o aproveitamento integral do coco babaçu e a comercialização de seus subprodutos, está organizada em seis filiais, Nas seis filiais a CIMQCB conta com 141 associadas, que são membros de 35 grupos produtivos que trabalham com o beneficiamento do coco babaçu, elaborando produtos como sabão de coco babaçu, sabonete babaçu, azeite de babaçu, farinha (amido) de babaçu e artesanato da palha e endocarpo do babaçu.

No entanto, tais conquistas não coincidem com o término da constante luta pelo reconhecimento dos direitos e luta pela terra. Durante a Reunião da Câmara Técnica da Sociobiodiversidade, realizada em Divinópolis-TO, nos dias 29 e 30 de junho de 2012, uma representante do MIQCB, da regional de Tocantins relata a situação da RESEX Extremo Norte, na região do bico do papagaio, em Tocantins:

Se tem tido ameaças das mortes da questão da terra é uma questão gritante lá, e os políticos atuam com fazendeiros e alguns deputados dizendo que não existia mais quebradeira de coco, que não existia mais coco babaçu na RESEX, que é um povo pleiteio, que lá é fazenda de gado. E agora, depois de 20 anos do decreto, eles vem novamente dizendo, a “queridíssima” Kátia Abreu dizendo que quer acabar com a RESEX onde nós temos muitas famílias no Bico e quem conhece a região de lá sabe do babaçu, tem muito em grande escala. A RESEX toda é de babaçu, e os políticos dizendo que não tem babaçu quando nunca pisou por lá, a gente fica triste com esse

tipo de coisas, pessoas que nunca pisaram e os fazendeiros falando que não existe mais quebradeiras de coco na região. (Maria do Socorro Teixeira Lima, depoimento em junho de 2012)

A questão da proteção e valorização dos saberes agroextrativistas tradicionais, do acesso livre aos babaquais dentro e fora das RESEX, da conformação de um movimento regional e interestadual das magnitudes do MIQCB, suas lutas, assim como, a experiência de Manoel da Conceição são fontes empíricas fundamentais para embasar a estruturação de outros movimentos, organizações, associações e empresas que tomem em consideração a enorme diversidade de frutos e coqueiros do Cerrado, vinculando o respeito à natureza e o acesso a terra.

Os territórios indígenas dos povos Timbira do Norte de Tocantins e Sul do Maranhão vivem ameaçados e pressionados pela expansão do agronegócio, principalmente pela soja, o eucalipto e atividade pecuária. Mas os povos indígenas do Brasil vivem hoje uma nova ofensiva através das leis e projetos de emenda constitucionais pelos congressistas brasileiros da chamada bancada ruralista.

A primeira destas propostas é a PEC 237, que permitiria a posse direta das terras indígenas por produtores rurais. Esta proposta é justificada na busca de realizar pesquisas, cultivos e a produção agropecuária nas terras tradicionalmente ocupadas pelos índios, tendo em vista o “interesse nacional”. O argumento baseia-se na suposição de que a vida financeira dos índios vem se deteriorando pela miséria, doenças, tráfico de drogas e o consumo de álcool, que avançam nas terras indígenas. Assim, os ruralistas poderiam contribuir com a qualidade de vida dos índios através da geração de renda por meio da transformação da vegetação nativa em monocultivos, como soja e eucalipto, e pastagem para gado.

A segunda proposta polêmica é a PEC 215, que está entre as principais prioridades dos ruralistas, propondo transferir do Poder Executivo para o Congresso Nacional a demarcação e homologação de terras indígenas e quilombolas, além de rever os territórios com processo fundiário e antropológico encerrado e público. Caso aprovado, isto significa o fim da demarcação das terras indígenas e quilombolas. Esta proposta vem acompanhada de diversas manifestações, argumentações e polêmicas levantadas pela própria bancada ruralista. As elites congressistas dos ruralistas e latifúndios brasileiros apontam as “injustiças” cometidas nos processos de demarcação e das ilegais ocupações de fazendas feitas pelos grupos indígenas, e textualmente mencionam: “os produtores que são tirados de suas terras são injustiçados. Se os índios foram

injustiçados, hoje os injustiçados somos nós [...] que se cumpra a lei e nos deixem produzir em paz"³⁸.

Outra emenda é a PEC 038, que dá ao Senado Federal competência para aprovar processos de demarcação de terras indígenas e determina que a demarcação destas terras ou de Unidades de Conservação Ambiental respeite o limite máximo de 30% da superfície de cada Estado. De acordo com esta emenda, têm sido demarcados territórios desproporcionais às populações indígenas a que se destinam, o que torna amplas áreas dos Estados brasileiros inviáveis economicamente para o desenvolvimento do país.

No entanto, a procura de justiça, de organização e debate da questão indígena dentro de seu próprio cerne aparece nesta disputa territorial, por exemplo, perante esta situação os próprios indígenas Apinajé mostraram estas propostas emendas num papel impresso na segunda saída a campo desta pesquisa. Os povos indígenas buscam o reconhecimento de justiça e a lei, e tem mostrado nesta luta sua capacidade de diálogo. Os diversos grupos indígenas têm feito reuniões no Congresso Nacional, sedes regionais de seus povos e reuniões de articulação com outros movimentos sociais, indígenas e camponeses, para impedir que estas propostas sejam aprovadas.

Exemplo disto, na Sessão: 0316/13 da câmara dos Deputados em Brasília, o dia 16 de abril de 2013, se gerou uma comissão externa para debater as Propostas anteriormente citadas e à Portaria nº 303 da Advocacia-Geral da União – AGU, sobre as salvaguardas institucionais às terras indígenas. Neste debate, acederam representações e lideranças do país inteiro, incluídas os povos Timbira. Recupera-se a fala da liderança Wagner Krahô-kanela nesta importante reunião:

Estamos numa delegação de 47 pessoas do Estado do Tocantins, mas o que quero dizer é que estamos juntos aqui em uma só luta. Não só nós do Tocantins, mas também todos os indígenas do Brasil inteiro. Quero dizer que nós indígenas não queremos a paralisação só por 1 semana da situação da Portaria nº 215. Nós queremos que ela seja acabada, paralisada totalmente. Nós não precisamos da PEC 215, nem da 038 nem da 303. Nós precisamos de nossas terras demarcadas, nós precisamos que a Constituição Federal de 1988 seja respeitada nos artigos 231 e 232. Aqui eu quero citar a situação dos nossos parentes indígenas avá-canoeiros, lá do Tocantins. É um povo que, no passado, quase acabou e hoje tem apenas 20 pessoas. E estarei lutando pela demarcação do seu território. Queremos aqui dizer que estamos juntos na luta com eles. Queremos pedir força também para todos os parentes e à Comissão, aqui onde estamos, da Câmara dos Deputados³⁹.

³⁸Ver: <http://www.estadao.com.br/noticias/impresso,ruralistas-protestam-contra-demarcacoes-,1042614,0.htm>

³⁹ Depoimento inteiro desta reunião está disponível em: <http://www.camara.leg.br/inter-net/sitaqweb/textoHTML.asp?etapa=11&nuSessao=0316/13&nuQuarto=0&nuOrador=0&nuInsercao=0&dtHorario>

No período de 08 a 11 maio de 2013, os povos timbira também tiveram um encontro na aldeia Irep-xi, localizada na terra indígena Apinajé no município de Tocantinópolis, norte do Tocantins, com participação de representantes dos povos Timbira dos Estados de Tocantins e Maranhão, onde se reuniram os epresentantes das organizações dos povos Apinajé, Krahô, Krikati, Gavião, Apaniekrá, Romkokamekrá e Krahô-Kanela, e os Coordenadores e técnicos da FUNAI de Palmas-TO, de Tocantinópolis-TO, Carolina-MA, Imperatriz-MA e Barra do Corda - MA, somando aproximadamente 100 participantes.

Nesta reunião foi gerado um manifesto de repúdio intitulado “Carta de repúdio dos povos Timbira de Tocantins e Maranhão” diante das propostas dos novos procedimentos de demarcação de terras indígenas. Defendem o “fruto de uma árdua luta dos povos indígenas brasileiros, sedimentada no reconhecimento, pela Constituição Federal de 1988 de nossos direitos originários sobre nossos territórios tradicionais” (UNIÃO DAS ALDEIAS APINAJÉ, 2013).

A ameaça do agronegócio e os grandes empreendimentos agroindustriais e mineiros estão sendo elaborados a partir dos mais profundos interesses capitalistas. A aprovação de leis pelos parceiros e representantes do agronegócio no poder legislativo brasileiro e a anuência do governo federal estão gerando repercussões profundas no bioma e na pauperização dos povos tradicionais. As propostas são messiânicas em suas justificativas e ameaçantes em seus objetivos. As lutas dos povos estão presentes na busca pela garantia mínima de seus direitos e para evitar os retrocessos na política agrária e demarcação de terras indígenas.

3.2 O PEQUI E SUA IMPORTÂNCIA AGROEXTRATIVA NO CERRADO

A palavra pequi provém da língua indígena Tupi, onde Pequi “py” significa pele e “qui” espinhos, por causa dos pequenos espinhos no caroço, e caryocar refere-se a caroço “caryon” significa núcleo ou caroço, dentro do fruto grande e redondo (“kara” quer dizer cabeça) e brasileiro significa originário do Brasil. (OLIVEIRA E SCARLOT, 2010)

O pequi (*Caryocar brasiliense* Camb.) encontra-se distribuído amplamente no bioma Cerrado, ocorrendo também em amplas zonas de transição do bioma para a Floresta Amazônica, para a Caatinga e Mata Atlântica, pelo que se distribui nos Estados de Bahia, São Paulo, Ceará, Distrito Federal, Goiás, Maranhão, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Minas Gerais, Pará, Rio de Janeiro, Piauí e Tocantins (ALMEIDA *et al.* 1998; LORENZI, 2002; MELO JUNIOR, 2004; AQUINO *et al.*, 2008; CARRAZZA & ÁVILA, 2010) (Mapa 14)

Mapa 14. Distribuição geográfica do Pequi no Brasil.



Fonte: Aquino *et al.* (2008). Distribuição geográfica das espécies *Acromia aculeata* (Jacq.) lood. Ext mart. E *Caryocar brasiliense* cambess. no bioma Cerrado. In: **IX Simpósio Nacional do Cerrado e II Simpósio Internacional das Savanas Tropicais**, Brasília, DF, 12 a 17 de outubro de 2008.

A árvore do Pequi pertence à família Caryocaraceae, gênero *Caryocar*; este gênero conta com diversas espécies, sendo que Oliveira *et al.* (2008, p. 11) propõe a existência de 20 espécies, das quais a *Caryocar brasiliense* camb. é a que ocorre amplamente no Brasil, com maior presença no Planalto Central. A espécie *C. coriaceum* wittm é distribuída na Chapada do Araripe no Ceará (Peixoto, 1973 apud Oliveira et al, 2008, p. 11). O pequi também pode não ter espinhos no caroço, com uma espécie encontrada no Parque Indígena do Xingu, no norte do Mato Grosso

(Oliveira & Scarlot, 2010). E a espécie *Caryocar villosum* (Aubl.), melhor conhecida como Piquiá, encontra-se na Amazônia (KERR *et al.* 2007). (Foto 11)

Foto 11. Pequizeiro da espécie *Caryocar brasiliense* camb. Município de Estreito – MA, 2013.



Autor: Rodrigo Meiners Mandujano, março de 2013.

A concentração de árvores na vegetação é estimada em 40 plantas por hectare para o *C. brasiliense*, o que é o esperado nos ecossistemas tropicais. Não entanto, no Cerrado é comum ocorrer em média 25 pequizeiros (também chamados de pequizais) por hectare, podendo chegar a 100 em algumas vegetações mais fechadas. Padrões variáveis foram observados para *C. coriaceum* no Piauí, com 48 plantas por hectare no Centro-Sul do Estado, similar ao padrão observado para *C. brasiliense*, e 78 plantas por hectare no extremo Sul e Sudoeste, valor superior à média do estado (OLIVEIRA, MEB *et al.*, 2008).

Oliveira, MEB *et al.* (2008, p. 12) mencionam que nenhuma das espécies de *Caryocar* é domesticada; até mesmo a espécie *C. brasiliense*, a espécie mais explorada comercialmente. Mas, estudos da domesticação do fruto pelos índios Kuikuro do Alto Xingu procuram que o pequi também pode ser domesticado, segundo Smith (2013, p.24):

A alta diversidade morfológica de pequis cultivados no Alto Xingu está associada à existência de uma rede social de circulação de sementes desta planta em diferentes escalas espaciais e temporais; às práticas e técnicas locais de plantio e manejo; além de características reprodutivas da espécie.

Smith (2013) faz ênfase em que os estudos sistêmicos da domesticação e biodiversidade não necessariamente tomam em conta as variáveis e evidências culturais integradas à natureza, como dimensão biológica e ecológica de reprodução desta espécie no contexto do sistema agrícola dos povos. O cultivo e manejo do pequi no Xingu, segundo a pesquisadora, “participam nove povos indígenas, entre eles, o povo Kuikuro. Embora cada um destes povos tenha características próprias, o manejo de pequi é um dos denominadores comum entre eles” (p. 19).

As plantações de pequi dos índios Wuará também do Alto Xingu, segundo Coelho (1991-1992, p. 37) tem um padrão particular diferente aos outras frutas e a roça, que é muito comum nestes povos, assim como a existência de donos específicos de cada pé de pequi⁴⁰:

[...] obedecem a uma distribuição diferente das de mandioca: não estão dispostas em roças de propriedade individual, mas concentram-se, na sua maioria em um grande pequizal a entrada da aldeia. Um outro pé pode ser visto fora dessa concentração, embora haja poucos exemplos disso. Ao contrário do que acontece com as roças de mandioca, nas quais também se planta urucu e várias frutas, dentro do pequizal encontram-se poucas árvores de outras espécies, e estas são nativas, como por exemplo o tucum [...] embora não haja nenhuma divisão interna de pequizal, cada pé de pequi tem seu proprietário individual. Quando eu caminhava por ali com um informante, este ia apontando as diferentes árvores e indicando: este é de fulano, este é de sicrano”, e assim por diante. Apesar disso, na época da colheita, os frutos dessas árvores podem ser colhidos por qualquer pessoa, tanto para consumo pessoal como para uso em cerimônias de caráter coletivo [...] o pequi é um alimento muito apreciado como complemento da dieta. Pode ser consumido cru, sozinho ou misturado ao mingau de mandioca ou então cozido, separando a polpa em pequenos pedaços ou reduzindo-a a forma pastosa, até obter-se um doce de sabor muito agradável. Sua castanha, além de ser servida em ocasiões festivas [...] é uma das iguarias mais finas da culinária indígena. [...] Para processar pequi, as mulheres Wuará servem-se de pequenas conchas fluviais que não encontram substitutos em instrumentos de fabricação industrial [...] Os Wuará conhecem 20 variedades de pequi.

⁴⁰ Esta história é confirmada no documentário produzido em 2006, intitulado “O cheiro de Pequi” (Imbé Gikegü) e produzido pelos próprios indígenas kuikuru do Alto Xingu. Disponível em: <http://lugardoreal.com/video/cheiro-de-pequi-imbe-gikegu/>

De acordo com Smith (2013, p.87) “no contexto do sistema agrícola, o pequizeiro é uma árvore que se destaca por ser um dos únicos recursos perenes a ser apropriado pelas famílias por várias gerações, podendo ser repassado como herança”. Nesta mesma pesquisa, (p. 134-135) foi constatado que a preparação de mudas a partir de sementes e o transplante, são atividades preferencialmente masculinas, com algumas exceções, pois entre as 23 pessoas que disseram já ter plantado pequi na aldeia Ipatse, havia apenas três mulheres. Já a coleta é feita pelas mulheres ajudadas pelos filhos e/ou sobrinhos.

As mulheres saem para coletar pequi nas primeiras horas da manhã e vão de preferência acompanhadas. Seguem de bicicletas e levam grandes painéis de alumínio para trazer os frutos. [...] Primeiro sentam-se debaixo das árvores prediletas ou daquelas com muitos frutos no chão e começam juntar os frutos. Em seguida, descascam-nos *in loco* e enchem a panela com os “caroços” (putâmens) Quando o trabalho é finalizado, voltam com a panela cheia para casa, onde trabalham no processamento dos frutos (p.135)

Pesquisas feitas por Schmidt (2006) nos inventários realizados sobre as populações de pequizeiros, no território do Xingu, obtiveram um resultado estimado de 14.000 pés de pequi plantados pelos indígenas. Dados que foram sistematizados em campo por Smith (2013), fazendo uma análise detalhada sobre a dinâmica, antiguidade e usos dos pequizeiros nas terras indígenas Kuikuro do Alto Xingu.

Por sua importância cultural, religiosa e alimentar histórica, os pequizeiros dos indígenas Kuikuro têm uma importância territorial tanto de identificação de lugares rituais como na luta de novas remarcações de seus territórios:

[...] para identificar locais de antigas aldeias ou sítios (*hihitsingoho*) na floresta do Alto Xingu. [...] pequizeiros antigos como o *Naruvoto* têm sido relevantes inclusive para a reivindicação de terras de uso tradicional indígena que ficaram excluídas dos limites demarcatórios (SMITH, 2013, p. 136).

O pequi faz parte transcendental nas cerimônias de alguns grupos indígenas, especialmente na festa da honra aos mortos, sendo o ponto mais alto do calendário ritual Alto-Xingano dos índios Waurá e também dos Kuikuro A festa do pequi é objeto de mitologias e múltiplas histórias relacionadas ao jacaré, o morcego, ao beija flor, a baitaca, o grilo e o uso do

zunidor⁴¹. Cabe destacar que a identificação cultural não é presente unicamente nos povos indígenas, pois a cultura camponesa do Cerrado também mantém uma íntima relação alimentar e cultural com o fruto (COELHO, 1991-1992; SMITH, 2013).

Aproveitando-se das variedades de pequi domesticadas ou semidomesticadas já existem algumas plantações comerciais de pequi sem espinho, como também, de variedades de pequi chamadas de gigantes, como no município de Canarana em Mato Grosso-MT⁴². Em geral o registro que se tem de plantações de pequi comerciais com ou sem espinho; variedades chamadas de “gigantes”; e pequis de sabores mais doces, ignoram a indicação da preexistência de plantio e manejo dos povos indígenas do Xingu.

Duas pesquisas financiadas pela Embrapa Cerrados mostram o interesse nestas variedades de pequi que estão sendo comercializadas em monocultivos e não fazem referência aos saberes dos indígenas sobre a domesticação do pequi: o primeiro projeto é intitulado “Propagação de pequizeiro por cultura de tecidos como alternativa tecnológica para produção de mudas no Distrito Federal e Entorno” coordenado pelo pesquisador desta mesma instituição, o Dr. Sebastião Pedro da Silva Neto, quem também trabalha intensamente em sistemas de cultivos agroindustriais de soja no Cerrado; e o segundo denominado “Enxertia de mudas de pequizeiro”, desenvolvido por Ailton Vitor Pereira e Elainy Botelho Carvalho Pereira (EMBRAPA CERRADOS, 2013).

O pequizeiro é uma árvore protegida por lei (Portaria n°. 54 de 03.03.87 – IBDF) que impede seu corte em todo o território nacional, pois o desmatamento extensivo e a ação extrativista intensa dos frutos de pequizeiro também tem alterado sua regeneração natural, o que leva à diminuição do seu número populacional. Em alguns locais a proibição de corte das árvores é respeitada, mas isso pode não ser suficiente para garantir a conservação dos pequizeiros, que também depende da fauna nativa do Cerrado, pois para garantir o futuro do pequi é necessário conservar as outras plantas e os animais silvestres do Cerrado. É necessário também esclarecer que as boas práticas agroextrativas são transcendentais para a conservação do Pequi, pois o

⁴¹ O Zunidor é uma peça de madeira achatada e alongada, que é amarrada em sua extremidade por uma corda. Um giro sobre a sua cabeça e o movimento de rotação da peça sobre seu próprio eixo faz vibrar o artefato e, quanto mais rápido for o movimento, maior será o zunidor.

⁴²Ver: <http://www.pequidoxingu.com.br/>

agroextrativismo predatório é um problema importante e recorrente que põe em risco a espécie (LEITE *et al.*, 2006; GRZEBIELUCKAS *et al.*, 2010; OLIVEIRA & SCARLOT, 2010).

A importância ecológica do Pequi é muito grande para a preservação ambiental e a regeneração de solos, seja em sua propagação de forma planejada ou simplesmente para a conservação. O pequizeiro apresenta raízes profundas, mas com marcante capacidade para desenvolver-se horizontalmente em solos rasos e sobre ambientes pobres em nutrientes minerais. Ainda é possível cultivar pequi em ambientes arenosos degradados no Cerrado, o que favorece aos ecossistemas na recuperação dos solos e captação de água no subsolo. O fruto também estabelece interações ecológicas com outros animais, como os polinizadores (morcegos e insetos) e animais que se alimentam de seus frutos (ANTUNES *et al.*, 2006).

Neste mesmo sentido Oliveira & Scarlot (2010, p. 26) assinalam que a produção do néctar das flores “atrai os morcegos e os pássaros. Ao coletar o néctar, estes animais carregam pólen de uma flor para a outra, fertilizando as flores e, conseqüentemente, gerando os frutos”. As formigas que vivem em cima do pequizeiro também são importantes e desempenham o papel de guardiãs do pequizeiro, pois elas protegem as flores do ataque de outros insetos, como as borboletas, que colocam ovos, dos quais surgem larvas que podem provocar grandes perdas, afetando até mais da metade da produção de frutos de uma árvore.

Oliveira & Scarlot (2010) descrevem que as flores do Pequi permanecem abertas por cerca de oito horas, quando então caem no chão e são comidas por animais nativos, como cotias, pacas, veados e tatus. Um dado interessante relacionada com a floração e frutificação e a variabilidade temporal de ocorrência segundo a região pode variar, apontado pelos autores para o estado do Tocantins:

A floração e a frutificação são mais adiantadas quando comparadas com outras regiões mais ao sul. Os frutos amadurecem geralmente de outubro a fevereiro, antes do final da estação chuvosa, três a quatro meses depois das flores aparecerem, mas o pico da safra ocorre nos meses de dezembro e janeiro. Em alguns locais, como por exemplo, o sul de Minas Gerais, pode também ocorrer uma eventual produção temporã, menos abundante, em julho e agosto (p. 21).

Os frutos quando estão na árvore ainda não completaram o processo de maturação, sendo importante destacar também que o amadurecimento do fruto fica completo depois de três dias da queda natural no chão, que é quando tem maior quantidade de vitaminas e proteínas. Se colhidos

antes do tempo, os frutos produzem menos óleo comparado com os que caem naturalmente e permanecem no solo por três dias. (OLIVEIRA & SCARLOT, 2010). (Foto 12

Foto 12. Fruto do Pequi.



Fonte: CIA ECOLÓGICA, 2013.

O fruto do Pequi – polpa, castanha e óleo elaborado tanto da polpa como da castanha – tem uma verdadeira história de amor com a culinária. O forte sabor e o inconfundível aroma fazem dos pratos típicos da região um verdadeiro tesouro culinário, como a “galinhada com pequi”. Segundo o poeta cearense Patativa do Assaré, o pequi é um fruto proibido ou também chamado “viagra do sertão” por as supostas propriedades afrodisíacas, sendo mais comum no ideário popular falar isso sobre o licor elaborado a base da polpa (ALMEIDA, 1994; OLIVEIRA, MEB *et al.*, 2008; SAWYER, 2010).

O Pequi pode ser considerado um alimento multifuncional, pois além de ser fonte rica em vitaminas A, E e C, com teores médios de vitamina C na polpa do fruto em torno de 72,27 mg/100 g. Teor superior aos encontrados em frutos cítricos como a laranja-da-Bahia (47,0 mg), o limão-galego (11,8 mg), a tangerina (46,8 mg)” (FRANCO, 1992). Enquanto os teores de proteína podem variar de 24 % a 54%, na amêndoa, e de 42,2% a 47%, no óleo (OLIVEIRA, MEB *et al.*, 2008).

Sawyer (2010, p.22) coloca também que o pequi é rico em sais minerais, como fósforo, potássio e magnésio. Combate à formação de radicais livres no corpo, prevenindo tumores e o desenvolvimento de doenças cardiovasculares e tratamento de doenças da pele. Dados

corroborados por Roesler *et al.* (2008), Miranda-Vilela *et al.* (2009) e Saraiva (2010), que comprovam a importância da atividade antioxidante em suas pesquisas.

Existe um “saber- fazer” popular tradicional tanto na obtenção como nos processos de pós-colheita do pequi, onde se produz o óleo da polpa e das castanhas; tinturas a partir da casca e da polpa; farmacopeia das flores e sementes, mas também, um interesse crescente de investimento na indústria cosmética, além de apresentar potencial de uso para a produção de combustíveis e lubrificantes. Existe inclusive um nutracêutico vitamínico, antioxidante e antimutagênico, a base de pequi, patenteado por Grilosa *et al* (2005).

A movimentação em época de colheita é considerável. O pequi é apanhado diretamente do solo, pois os que ainda estão na planta não apresentam qualidades desejáveis para a comercialização. A coleta do pequi é feita nas próprias terras dos extrativistas; em terras devolutas ou fazendas e chácaras. Alguns proprietários ficam com uma parte do que os agroextrativistas coletam dentro das fazendas em troca da permissão para a coleta. Ainda que a permissão seja negada, os pequenos agroextrativistas levam a cabo estratégias para conseguirem a colheita do fruto, coletando no início da madrugada o fruto nas propriedades rurais sem conhecimento dos fazendeiros, quando o movimento de pessoas em geral é muito menor (OLIVEIRA & SCARLOT 2010; GRZEBIELUCKAS *et al*, 2010)

Possuir pequizeiros na propriedade facilita a coleta, o transporte e a quantidade de frutos que podem ser obtidos de forma sustentável, pode ser maior se os extrativistas plantarem mudas de pequizeiros e plantar estrategicamente cuidando não virar monocultivos. Esta pode ser uma estratégia importante dada à dificuldade crescente de colher frutos em outras propriedades que foram tomadas, griladas, compradas, ou simplesmente desmatadas (OLIVEIRA & SCARLOT, 2010).

Informação valiosa é fornecida também pelo trabalho de Oliveira e Scarlot (2010) onde fazem um cálculo sobre as boas práticas agroextrativas para manter as populações de pequizeiros:

Para que as populações de pequizeiro possam continuar existindo e produzindo frutos no futuro, cerca de dois terços dos frutos produzidos pelos pequizeiros devem permanecer nas áreas de coleta. Parte destes frutos deixados no chão produzirá novas plantas e parte servirá de alimento para os animais selvagens, mantendo assim o equilíbrio da natureza. Dentre os frutos deixados no campo podem ficar aqueles que não servem para consumo humano, conforme descrito na recomendação anterior. Estudos indicam que a cada 10 frutos encontrados,

um deve permanecer no campo para germinar e cinco devem permanecer para a alimentação dos animais nativos (p. 40).

De acordo com os autores (p. 30) “num dia de trabalho, uma família formada pelo casal e um filho, pode coletar até 60 kg de caroços. Esses caroços, quando processados para extração do óleo da polpa, podem render cerca de 6 litros de óleo da polpa. Isso leva em torno de 17 horas de trabalho, ao longo de dois dias”.

Segundo os estudos de Kerr (2007, p. 170), utilizando dados do censo agropecuário de 1996, para o estado de Minas Gerais, apenas 39% da produção de pequi é vendida, evidenciando a importância do pequi para o auto consumo das famílias coletoras. Da parcela comercializada, grande parte (79,4%) é entregue a intermediários, 12,2% se destina à venda direta ao consumidor e 7,3 % vai para a indústria.

A comercialização do pequi pelos atravessadores e os interesses que vem surgindo com cultivos comerciais de variedades de pequi aparecem como agentes externos às comunidades, que olham para esses frutos como potencialmente produtos de investimento e de grande lucro. Demonstrado por Oliveira, MEB *et al.* (2008 p. 10-12) que “a variabilidade do uso e a importância atual do pequizeiro para contingentes populacionais de diferentes regiões do país e avaliando o potencial das espécies de *Caryocar* como planta do futuro”, em que os autores propõem a necessidade de “estudos com a propagação vegetativa para que os plantios sejam uniformes, mais produtivos, e iniciem a produção mais rapidamente”.

Os autores ao analisarem a comercialização do pequi destacam que o sistema produtivo do pequi “continua sendo uma atividade realizada de maneira informal [...]. Por essas características o agronegócio do pequi apresenta potencial para ser explorado de forma competitiva na região” (OLIVEIRA, E *et al.* (2005, p.15).

Perspectivas que obscurecem as reais problemáticas que envolvem a comercialização do pequi pelos camponeses que estão mais ligadas a um sistema de atravessadores muito estruturado, carência de apoios, concentração de terras, desmatamento, poluição, conflitos fundiários, e falta de capacitações que envolvam técnicas, boas práticas agroextrativas, condições fitossanitárias e beneficiamento dos produtos.

Outra concepção muito comum é a assinalada pelo estudo de Grzebieluckas *et al.* (2010, p. 104) colocando que a única forma para preservar o Cerrado é “quando existe uma relação custo benefício entre conservar ou continuar devastando, que serve como alternativa de renda tanto

para o meio rural quanto para o meio urbano, como apresentar o panorama da produtividade de pequi como viabilidade econômica”.

No nosso olhar acreditamos que a relação “custo-benefício” é muito mais complexa, seguir conservando os recursos é uma finalidade integrada também a um modo de vida, “salvar” o Cerrado pela viabilidade econômica de determinados produtos pode parecer simplista.

Antunes (2006, p. 103) ao tratar sobre a viabilidade econômica do Pequi, assinala que “ainda não há iniciativas de grande escala para comercialização ou industrialização”. Enquanto Oliveira, E *et al.* (2005, p. 4) coloca que a “ocorrência de exploração econômica informal de grande parte ou maioria da produção, dificulta a gestão da qualidade dos processos e produtos comercializados”.

A utilização dos chamados biocombustíveis provenientes de produtos nativos, como o pequi, considerado de boa qualidade para este fim é uma temática recorrente (ANTUNES, 2006). Sobre a possibilidade do aproveitamento de biocombustível proveniente do pequi, Oliveira, MEB *et al.* (2008, p. 25) destaca:

[...] é evidente que existe, ainda, uma enorme distância entre esse potencial, e a possibilidade real de viabilização comercial de combustíveis do pequi, em razão da inexistência de sistemas de produção e cultivos do pequizeiro. Entretanto, com a adaptação das espécies de *Caryocar*, existe uma ampla diversidade de ecossistemas e demanda crescente por fontes alternativas de energia, assim em um futuro próximo essa poderá vir a ser a principal utilização do pequizeiro.

Em contrapartida às estratégias mercadológicas em torno da possibilidade comercial do pequi como um monocultivos produtivo ou sua exploração desenfreada, Oliveira, E *et al.* (2005, p.15) aponta que “apesar da indiferença das autoridades governamentais, o arranjo extrativista do pequi apresenta características de sustentabilidade social, econômica e ambiental, que poderiam ser potencializadas para torná-lo atividade estratégica para o desenvolvimento territorial”.

3.2.1 O Pequi e os modos de vida dos camponeses nas Microrregiões de Porto Franco-MA e Jalapão-TO.

O extrativismo do pequi é abundante no dia a dia do camponês e dos indígenas das microrregiões, o fruto é amplamente distribuído e atrativo para o consumo, pois segundo relatos coletados com os locais, é mais carnudo e saboroso que de outras regiões do Cerrado, atraindo, inclusive, atravessadores de municípios próximos e outros Estados do Sudeste e Nordeste.

O agroextrativismo é conformado na roça de toco, como a plantação da base alimentar do camponês, que é o feijão, mandioca, arroz, abóbora e outros legumes e frutas, como mamão, banana, manga, melancia, entre outros (Foto 13). Processo que inclui o extrativismo dos frutos do Cerrado, onde se interconectam funções para a construção da moradia, cerca viva, cestaria, artesanato, produtos de limpeza e remédios:

Agroextrativismo, a roça de toco, feijão, mandioca, batata doce, quiabo, melancia, abóbora, essas coisas... E o agroextrativismo é natural de nosso povo tradicional, bacaba, buriti, artesanato, inclusive utensílios do sertão, tudo isso, com buriti. O agroextrativismo já é uma identidade natural, não tinha esse nome antes porque com o tempo, depois foi classificado, né? Eu cresci comendo cajá, bacuri, juçara, bacaba, tudo isso do Cerrado, tirava lá do sertão e tirava farinha então, pequi cozido, gosto, com tempero coloca no arroz, galinha. (Ronaldo Silva Souza. Entrevista realizada em março de 2013).

Nós faz mutirão também para a colheita, de aqui a 6 km nos vamos lá, tem vez que a gente chega aqui as 5 ou 6 horas da tarde. Todo mundo te sua boa vontade, sua disposição, seu sacrifício [...] O pequi vão buscar no mato, uns tem pequi, pequi geralmente tem quase em geral, mas outros não tem juçara, outros já não tem buriti, a juçara inclusive nós compra no município de Riachão, nós compra e traz para aca, cajá e bacuri vamos buscar no mato. (Seu Neto, entrevista realizada em junho de 2012).

Foto 13. Casa confeccionada com palma de buriti. Município de Pequizeiro-TO, 2013.



Autor: Rodrigo Meiners Mandujano, março de 2013.

O trabalho da terra na roça de toco ou coivara consiste na queimada de uma área de mata ou capoeira no fim do período de estiagem, em outubro, a mineralização da biomassa vegetal permite a absorção das plantas que foram plantadas no terreno. Este sistema de cultivo inclui um período de rotação das parcelas da propriedade. As terras dos camponeses podem variar de meio e cem hectares, aproximadamente, com cultivo intensivo de dois anos em algumas parcelas e depois descanso de mais dois anos nas mesmas parcelas, tempo em que segue a rotação para outras partes do terreno.

A terra é limpa através de derrubada e queimada da vegetação, tarefa quase exclusivamente feita pelos homens. A propriedade pode ser trabalhada de forma individual, familiar ou coletiva, mas os mutirões são cada vez mais escassos. No caso do milho e do feijão cultivados pelos camponeses, foram identificadas nas saídas de campo variedades crioulas, tendo também na sua propriedade pequizeiros que são utilizados para o autoconsumo. As sementes são guardadas ano trás ano para o cultivo e melhoramento de seus cultivos, por meio da seleção das melhores sementes. (Fotos 14-15)

Foto 14. Feijão crioulo cultivado em quintal. Município de Pequizeiro-TO, 2013.



Autor: Rodrigo Meiners Mandujano, março de 2013.

Foto 15. Milho crioulo na propriedade de Domingos Ramos da Silva. Município de Carolina-MA, 2013



Autor: Rodrigo Meiners Mandujano, março de 2013.

Os indígenas dos povos Timbira das aldeias das etnias Krahô e Apinajé, que foram visitadas na segunda ida a campo, também mantêm a sua roça para autoconsumo. Os Apinajé trouxeram variedades de milho crioulo de aldeias dos Timbira do Mato Grosso, por numa viagem de um dos integrantes da aldeia há alguns anos, variedades de milho que continua cultivando para aumentar sua reserva de sementes. (Foto 16)

Foto 16. Variedades de milho crioulo trazidas das aldeias dos Timbira, no Mato Grosso por Elias Apinajé. Aldeia do Prata, Município de Tocantinópolis, 2013.



Autor: Rodrigo Meiners Mandujano, março de 2013.

Os indígenas também mantêm criações de animais domésticos, os Krahô criam galinha e gado de corte, e os Apinajé, galinha e porcos. Nimuendajú ([1956] 1983) já destacava a vocação agrícola dos Apinajé das vezes que visitou o território dos Apinajé, na década de 1930. O etnólogo destaca, inclusive, como a lavoura dos Apinajé foi decaindo conforme as mazelas que sofreram com a penetração dos brancos em seus territórios:

Até em época recente, não obstante sua decadência social e econômica, os Apinayé nunca deixaram de levar, ainda que, ocasionalmente, pequenas quantidades de produtos da roça para vender em Boa Vista; aldeia de Bacaba, pelo menos, produz mais do que o necessário para seu consumo. Hoje a lavoura dos Apinayé quase não se distingue da dos seus vizinhos neobrasileiros. Inclusive a antiga e típica planta de cultivo dos Timbira, Kayapó e Xerente, a *kupá*, hoje só excepcionalmente é cultivada. Os Apinajé conheciam tanto a mandioca amarga como a doce antes de seu contato com a civilização. A família é a proprietária da roça. Que no fundo a proprietária é somente a mulher (p. 69).

A roça e a coleta de frutos entre os camponeses é uma tarefa especializada entre os sexos, a roça é prioritariamente trabalhada pelos homens, e a coleta de frutos preferencialmente pelas mulheres, o mesmo ocorre entre os indígenas. O extrativismo é uma atividade que envolve ações realizadas quase que exclusivamente pelas mulheres, desde a coleta até o preparo do fruto:

Tem uma relação bastante interligada, porque algumas atividades dentro do processo do agroextrativismo são as mulheres que fazem, tipo: raspar buriti é um trabalho que as mulheres que fazem, raspar o pequi, descascar o pequi, geralmente as mulheres que fazem. Tem uma relação muito forte, por uma questão tradicional, boa parte das atividades são as mulheres que fazem, acabam sendo muito importantes. Na Associação Agroextrativista de Pequenos Produtores de Carolina - AAPPC tem mulheres que participam no processo, é tudo junto, porém elas têm uma importância no processo, porque algumas atividades as mulheres que fazem acontecer, normalmente elas que fazem. As quebradeiras, elas são as lideranças mesmo, elas são as líderes, a frente da coisa, aqui não, esse agroextrativismo tem pouco dessa questão. Não existe homem quebradeira de coco, não tem essa identidade não, são as mulheres mesmo. (Ronaldo Silva Souza. Funcionário da AAPPC. Entrevista realizada em março de 2013).

O pequi é consumido principalmente na época de colheita, comem o fruto cru ou cozido, e na culinária da região, os pratos mais apreciados são o frango com pequi, arroz com pequi e a farinha com pequi. Os indígenas ainda comem tapioca com pequi:

O pequi com farinha ao meio dia no mesmo Cerrado, você come porque é outra comida que tem lá, é bom de mais! (Hpyhi Krahô. Representante dos Povos Timbira na FUNAI. Entrevista realizada em março de 2013).

Aqui tem pequi demais. A gente come cozido, come cru também, e também com galinha, com arroz. Faz tapioca, mandioca, pra comer com carne, faz o bolo, mistura com a carne, pra fazer a massa e a carne. (Elias Apinajé. Aldeia Prata. Entrevista realizada em março de 2013).

Como nós somos civilizados, né? A gente faz mistura, mistura com arroz, frango caipira, é bom! (Evaldo Apinajé. Aldeia São José. Entrevista realizada em março de 2013).

No entanto, o consumo de pequi na culinária varia entre os indígenas da região, pelo gosto e costume da etnia:

O krahô come pequi, mas não tanto, mas eles comem. Apinajé como pouco, uma vez e pronto, o pequi é forte de mais, se comer todo o dia, mas tem muito pequi. (Hpyhi Krahô. Representante dos Povos Timbira na FUNAI. Entrevista realizada em março de 2013).

Pequi os krikati consomem muito, nossa, eu conheço muito os krikati porque minha família é de Montes Altos-MA, do município, eu cresci na região, a terra que era da minha família, hoje tá dentro da reserva indígena krikati, meus bisavós estão enterrados lá, entendeu, a gente é da região, e minha avo era índia krikati, [...] lá

região lá tem muito pequi. (Mayk Gomes de Arruda. Funcionário da CTI. Entrevista realizada em março de 2013).

Para os indígenas da etnia Apinajé, a galinhada de pequi também faz parte de um festejo anual, a corrida de toras, que acontece na época de colheita de pequi:

Porque quando a gente faz uma corrida assim para estar disputando, corrida de tora se chama, agente faz em julho, escolhe não chover porque a tora é pesada, mais de 70 quilos, para não acontecer acidentes, né? Cair em cima de alguém e machucar, escolhe o mês de junho, julho e agosto, três meses, a corrida é assim: são dois partidos disputando, nós corre com a tora e o que chega primeiro ganha cozinhada de pequi misturada com frango. Algumas coisas assim, todo no pátio entre eles vão dividir, os que perdem ficam quietos, para uma próxima vez, todo o dia até completar, é muito cansativo, em junho vai ter uma. Tem quem corre sem calça. (Evaldo Apinajé. Aldeia São José. Entrevista realizada em março de 2013).

A farinha de pequi é o alimento processado do pequi mais consumido. O doce de pequi não é tão difundido e apreciado pelo paladar dos locais. As conservas de pequi também não são desejadas, preferem congelar o fruto, pois dizem que o sabor se mantém melhor que na conserva, sendo o fruto prioritariamente consumido somente na época de colheita. (Foto 17)

Foto 17. Camponês no Sindicato dos Trabalhadores Rurais mostrando fruto de pequi guardado no período entre safras. Município de Tocantínia-TO, 2013.



Autor: Rodrigo Meiners Mandujano, março de 2013.

Os camponeses desconhecem o suco de pequi, este é consumido somente pelos indígenas, mas não é apreciado pelos Apinajé e Krahô dos povos Timbira, ao contrário dos indígenas da etnia Suyá, também do Alto Xingu, como relata Hpyhi Krahô na sua visita à aldeia do Alto Xingu:

Quando eles têm vontade vão, o cacique manda tirar, comem a polpa, eles guardam no rio, quando eles têm vontade, tiram para fazer suco para tomar. Todo dia eles tomam um copão de suco para tomar, eu não tomei não, eu falei: parente, desculpe parente, eu não quero tomar pequi de caldo não, nunca tomei. O beiju eu comi, mas de calda nunca tomei não. Andava 16 pessoas, como eu era o chefe das pessoas, aí botava a tomar os outros para tomar e eu não tomava não, eu não quero ter problemas com vocês, mas eu não tenho costume disso. (Hpyhi Krahô. Representante dos Povos Timbira na FUNAI. Entrevista realizada em março de 2013).

Além do fruto, a castanha também é consumida pelo camponês e é utilizada na culinária por algumas etnias indígenas, que fazem um prato específico da castanha de pequi com a farinha de mandioca:

Os Suyá, eles gostam de pequi, colhem todo o pequi, a castanha botam para secar, quebram. Eu fui lá fiquei duas semanas, eles fazem um negócio de pequi, eles colocam uma, enchem de pequi até encher, a castanha botam para secar, pisam tira a leite da castanha com pequi e comem com beiju (farinha de mandioca). (Hpyhi Krahô. Representante dos Povos Timbira na FUNAI. Entrevista realizada em março de 2013).

O óleo de pequi não é tão utilizado na culinária nas microrregiões de Porto Franco e Jalapão, pois como na região também abunda o babaçu e o buriti, estes são óleos mais consumidos na culinária regional. Mas o óleo de pequi é empregado na farmacopeia popular, como expectorante:

O pequi como alimento e tira o caroço, tirando o óleo serve para criança, para combater a gripe. (Evaldo Apinajé. Aldeia São José. Entrevista realizada em março de 2013).

O licor de pequi também é apreciado, sendo elaborado de forma caseira e consumido durante o ano todo. Outros usos empregados são os galhos do pequizeiro que é utilizado como cerca viva pelos camponeses e indígenas, e a elaboração de sabão doméstico, sendo esta uma atividade exclusivamente feminina, tanto para o camponês quanto para o indígena:

O pequi só para extração da casa mesmo e a minha mulher que mexe com sabão caseiro e ela aproveita pequi, mas não tem comércio para pequi, tem bastante pequi. Lá na minha outra área tem um Cerrado alto, só pequi, tem bastante, muito pequi, ela mesma vai lá, pega e faz o sabão. (Domingos Ramos da Silva. Camponês. Entrevista realizada em março de 2013).

Os mais antigos da aldeia faziam com o pequi sabão, hoje todo mundo na maioria não sabe. Já a mais velha sabe e foi passando de geração em geração, mas chegamos até hoje e só tem uma pessoa que sabe fazer, ela faz uma lata grande, ela corta, põe no sol, aí não tem necessidade de comprar. Então o desperdício de pequi na reserva Apinajé é muito grande, ninguém dá conta. (Evaldo Apinajé. Aldeia São José. Entrevista realizada em março de 2013).

Quando se trata da comercialização do fruto pelo camponês ou indígena, existe um mercado informal local, que inclui os mercados centrais e feiras, e regional, dos atravessadores que buscam o fruto para a venda em outras regiões. O pequi é coletado já no solo, pois atinge seu melhor ponto de maturação quando cai, sendo este fruto coletado para o autoconsumo e venda no mercado local, mas com a existência de interesse dos atravessadores para o comércio regional, o fruto passa a ser também colhido diretamente da árvore, ainda verde, prejudicando o processo natural de seu ciclo de vida e fauna nativa que se alimenta do fruto:

Este ano deu uma média até boa, deu bastante pequi, a gente colhe do chão. Aqui no município de Riachão, onde eu morava, eu colhia pequi, aí tinha uns caminhão para ir pegando para ir para o Nordeste, aí o pequi que eu colhia lá eles chegavam no pé que já tinham um bocado, tirava a carga toda lá, e aí o caminhão ia embora para lá. Aqui não, aqui só o maduro que cai no chão. Já vendi lá quando morava no município de Riachão, aqui não vendem, eles compram de Riachão para lá, aqui em Carolina eles nunca compraram. Uma mulher veio aqui a falar comigo que eles querem comprar, eu juntei aí um montão e já quando tinham que vir, não vieram, aí perdeu o pequi, era uma caixa cheia na caminhonete para lá, mas perdeu. (Domingos Ramos da Silva. Camponês. Entrevista realizada em março de 2013).

O fruto não presta quando não colhem do chão, o pessoal faz muito isso para vender para fora. Aqui na região não tem uma cultura de exploração de pequi, mas vem muita gente de fora a comprar, tem muitos caminhões quando tem época de pequi, aqui na estrada que vai para Balsas você vê vários caminhões comprando, as carretas e ficam com caminhonete entrando nas matas e levando. Os atravessadores pagam preço muito baixo. (Mayk Gomes de Arruda. Funcionário da CTI. Entrevista realizada em março de 2013).

[...] teve um época que fizemos uma carroça de pequi, para Marabá aí ele levou para vender em Marabá, agora aqui tem Pequi demais [...] Rapaz nós vendemos essa vez a 10 reais o saco de pequi, não sei a quanto que ele vendia lá, né? Isso foi em 2007, ele não voltou mais, ele estava trabalhando com nós, era motorista do transporte que

levava aos alunos, a empresa tomou o ponto, tomou o lugar dele aí foi embora, ele morava lá em Pará e foi embora. (Elias Apinajé. Aldeia Prata. Entrevista realizada em março de 2013).

A divisão entre os sexos das tarefas que envolvem o agroextrativismo delegam às mulheres papel secundário no processo de decisão e organização em associações agroextrativistas, assim como, na luta pelos direitos da terra e de sua categoria social de mulher camponesa ou indígena. O protagonismo da mulher, como o das quebradeiras de coco babaçu na região tocantina maranhense, que é o símbolo movimento social no campo nessa área de transição do Cerrado para a floresta equatorial, não se difundiu para a mulher camponesa e indígena das microrregiões estudadas, onde o coco babaçu é menos frequente, encontrando-se ali, sobretudo, outras variedades de frutos que são mais característicos do Cerrado, dentre outros, o próprio pequi. As mulheres são fator primordial para a perpetuação do agroextrativismo e dos saberes tradicionais que o envolvem, pois são as conhecedoras dos frutos, as que fazem o artesanato, as detentoras dos pratos sertanejos, as que fazem os derivados dos frutos, como o óleo de pequi etc., mas o seu papel subjugado fragiliza a luta pela permanência e resiliência do agroextrativismo.

Tal fragilidade pode ser apreendida pela perda da multifuncionalidade dos frutos do Cerrado. A diversidade de frutos do Cerrado configura-se, nos tempos atuais, como uma espécie de especialização no consumo dos frutos, alguns são os mais apreciados para sucos na região, como o cajá, murici, caju, bacuri, cupuaçu e açaí. Outros são utilizados prioritariamente na culinária, como os óleos de babaçu e buriti, e o pequi. Os doces e sorvetes são feitos com o bacuri, cajá, cupuaçu, caju, açaí e bacaba. Os galhos da palmeira de buriti transformam-se em telhado das casas de adobe e em cestos de uso diário dos camponeses e indígenas. O coco do babaçu é o mais utilizado como lenha. Os galhos do pequizeiro, como cerca viva. A farmacopeia está se extinguindo, ainda que existam usos frequentes de alguns medicamentos populares, os usos e costumes do sertão estão morrendo com as gerações mais velhas.

A diversidade já não é mais explorada pelos povos tradicionais na experimentação e elaboração de novos produtos a partir dos frutos, pois o processo de empobrecimento e pauperização dos camponeses e seus modos de vida, vem acentuando-se com as novas gerações, sendo as transferências de conhecimentos entre as gerações diminuindo substancialmente.

Os camponeses, inclusive, tomam como um fato dado que seus descendentes desvinculem-se do campo, para construírem suas vidas nos centros urbanos. Muitos filhos de camponeses tiveram que migrar para as cidades das microrregiões e também trabalhar nos empreendimentos agroindustriais, devido à vida difícil do campo sem acesso aos serviços básicos, como educação e saúde, e sem apoio governamental de melhoria na infraestrutura voltada ao campo, que não seja destinada ao agronegócio:

Meus oito filhos trabalharam comigo até certos anos aqui, e aí eles foram para a capital, só um deles que trabalha comigo. (Domingos Ramos da Silva. Camponês que vive em Carolina. Entrevista realizada em março de 2013).

Nós planta em nosso quintal, produzimos goiaba, maracujá, mas as pessoas vão esquecendo a roça, da trabalho e não da lucro, é mais para o autoconsumo. (Seu Neto, camponês do povoado de Solta. Entrevista realizada em junho de 2012).

A desvalorização do modo de vida camponês é expressa também na falta de incentivos para o resgate dos saberes tradicionais que vêm se perdendo desde tempos coloniais, a ausência de estratégias de comercialização auto gestionada de seus produtos, aliado aos novos conceitos de mercado, como os selos verdes, que submetem os camponeses a rígidos processos de inspeção sanitária e falta de capacitação e apoio sobre tais procedimentos. O camponês segue, então, subordinado aos interesses do capital, por meio de programas, como o PRONAF, o Programa Nacional de Merenda Escolar e Sistema Único de Inspeção Sanitária – SUASA. Um movimento organizado como o das quebradeiras de coco babaçu demonstra a dificuldade entre as parcerias técnicas e o processo de comercialização do produto:

Demandas gritantes, estar trabalhando, têm muitos técnicos que não entendem praticamente nada, que não conhecem o babaçu, como vai trabalhar com pessoas que desconhecem. Ah! Isso aí que é o Açaí? Não dá gente! Eles não entendem, não conhecem o produto, então isso é muito difícil pra gente, precisamos de pessoas que conhecem as realidades de nossas comunidades, temos discutido bastante as realidades do agroextrativismo. A outra questão é a produção, de extrair o óleo de babaçu, estar trabalhando essa questão, produção já tem, todos os dias tem reunião, e reuniões, mas temos um grande problema que é a comercialização do produto, tá difícil a comercialização. Eles não compram porque é difícil, mas todo mundo gostou, não adianta a reunião e na hora da comercialização nós não temos, a dificuldade é muito grande, o óleo ou azeite, que tem na escola os meninos não gostam, tem que ser

bastante trabalhado. (Quebradeira do Tocantins. Reunião da Câmara Técnica da Sociobiodiversidade, realizada em 29 e 30 de junho de 2012, na cidade de Divinópolis-TO).

Os programas ambientais voltados para a Agricultura Familiar sobre boas práticas agrícolas, diminuição de agrotóxico nos cultivos, preservação ambiental, redução de fogo, não tem continuidade, mesmo tendo resultados positivos no período da execução.

APL's [Arranjos Produtivos Locais] começou a questão das divulgações ambientais da associação da região do Bico do Papagaio, foi fundada a entidade que ficou como entidade executora do trabalho da questão com os agricultores lá do Bico, foi formado aquele programa Pró-ambiente, qual foi à questão? Agentes para trabalhar com os agricultores familiares; como? Ensino da preservação ambiental, redução do agrotóxico, a redução do fogo, né? A gente viu que em esses quatro anos, a gente viu que o agricultor produzia sem agredir a questão do meio ambiente; porque? Trabalhar a roça sem fogo, mandioca, caju, feijão, toda uma área que foi queimada sem derrubar o babaçu, a gente teve um incentivo durante quatro anos, lá na questão do agricultor, e com na questão do fogo, ensinam a fazer os horários da queimada, né? Só que teve o programa, e esse programa acabou, né? Então de aqui a dois anos, três anos de aquele programa desse recurso que era do MMA, já não tem mais, e aí acabou esse programa, só que a gente taba dando certo, né? E a gente não sabe porque acabou esse recurso de incentivo para agricultor. (Antônio Ouquiriba, camponês do município de São Miguel-TO. Reunião da Câmara Técnica da Sociobiodiversidade, realizada o 29 de junho de 2012, na cidade de Divinópolis-TO).

A destruição do Cerrado pelos interesses capitalistas das grandes empresas e é corroborado pelos latifundiários, que compõem as elites dominantes do governo federal e regional, aprisionam o camponês em um modo de vida cada vez mais difícil de ser perpetuado, com sua roça cada vez mais escassa, a diminuição das áreas de vegetação para colheita e roça de toco, falta de água e peixe, pela poluição dos rios e erosão dos solos nas áreas cultiváveis.

Outro fator que merece destaque é toda a infraestrutura do agronegócio e das grandes indústrias extrativas, com a construção de barragens que interferem diretamente no curso e fluxo da água, com o alagamento das áreas cultiváveis nas margens dos rios, que são as regiões mais ricas em frutos e melhores solos para a roça. As usinas hidrelétricas alteram drasticamente o ciclo de vida dos animais aquáticos e mamíferos terrestres, com grandes porções de água sem vida. Contexto que afeta todo o ciclo biogeoquímico do ecossistema e agroecossistema, que os povos tradicionais sentem diretamente em sua sobrevivência diária e são os que mais lutam pela preservação da natureza, como os movimentos dos atingidos por barragem, os movimentos

indígenas, os sem terra, as quebradeiras de coco babaçu e as pequenas associações extrativistas, numa luta silenciosa diária permeada de violência:

[...] tantas barragens, essas barragens são preocupantes também porque a região das melhores terras é nas vieiras do Rio, onde você pode estar plantando melancia, seu feijão, aí todo é tomado de água, aí o pessoal podia estar plantando, mas agora a onde né? (Hpyhi Krahô. Representante dos Povos Timbira na FUNAI. Entrevista realizada em março de 2013).

As compensações monetárias capitalistas dos grandes empreendimentos, como o Corredor Ecológico do Jalapão, as indenizações da Usina Hidrelétrica de Estreito, em nada contribuem à preservação do Cerrado e dos povos tradicionais, gerando processos de fragmentação e interesses no interior dos movimentos sociais.

3.2.2 Experiências agroextrativistas do pequi nas Microrregiões de Porto Franco-MA e Jalapão-TO.

Em geral, as organizações agroextrativistas trabalham ante a pressão e expansão do agronegócio e seus cultivos extensivos de soja/milho nos municípios do Maranhão e de Tocantins, aliado à crescente presença dos grandes projetos de “reflorestamentos” de eucalipto e das Usinas Hidroelétricas.

O município de Carolina é polo aglutinador das organizações agroextrativistas da microrregião de Porto Franco e norte da microrregião do Jalapão. Na microrregião do Jalapão, as organizações estão concentradas em torno da Estação Ecológica da Serra do Tocantins e o Parque Estadual de Jalapão, que compreende uma boa parte do sul da microrregião e trabalham com o artesanato do capim dourado e buriti. Além do capim dourado e buriti, não foi encontrada nenhuma organização ou município que atuasse como foco de atração das organizações agroextrativistas da região.

Em Carolina, as organizações agroextrativistas atuam em torno da rede criada por uma fábrica de polpa de frutos, denominada FrutaSã. A Fábrica de Polpas FrutaSã foi fundada, em 1993, principalmente pelo trabalho realizado por uma ONG que trabalha com populações indígenas e tem sede em Brasília, intitulada Centro de Trabalho Indigenista – CTI. Nesta época a

CTI coordenou o trabalho feito baseados nos apoios governamentais e do Banco Interamericano – BID e do PNUD para criar uma fábrica de polpa de frutos do Cerrado para os povos Timbira. Nesse contexto, foi criada a Associação Wyty Catë, que seria uma representação das diversas etnias dos povos Timbira no Tocantins e no Maranhão que atuariam na organização indígena para a defesa do Cerrado e atividades produtivas por meio da fábrica. (Foto 18)

Foto 18. Instalações da Fábrica de Polpa FrutaSã. Município de Carolina, 2012.



Autor: Rodrigo Meiners Mandunjano, junho de 2012.

Como o financiamento era direcionado a um trabalho em conjunto com os camponeses e indígenas, foi criada também uma REDE DE FRUTOS DO CERRADO, que incluía associações de camponeses e a associação dos povos Timbira, a Associação Wyty Catë. A rede teria como função fornecer os frutos para a FrutaSã e sua distribuição territorial abrangia os territórios indígenas no Maranhão e Tocantins, e as associações de camponeses de 11 municípios, dos quais dois encontram-se na microrregião de Porto Franco, que são: Carolina e Estreito.

Dessa forma, 50% da fábrica ficaram para a CTI e 50% para os indígenas, por meio da Associação Wyty Catë. A participação dos camponeses na rede de frutos do Cerrado era através do fornecimento dos frutos para a fábrica, que produz polpa de frutos do Cerrado e outros frutos convencionais, como abacaxi, maracujá e tamarindo.

A Rede somente funcionou durante o período de 1996 a 1999 e foi apoiada pelo CENTRU durante sua existência na parte da organização e assessoria das associações agroextrativistas dos camponeses. Dentre as questões, que fizeram a cisão dessa rede aparece as

grandes distâncias para a coleta das produções dos camponeses, difíceis vias de acesso, e a não geração de lucro de todo o esforço em articular tamanhas distâncias dos municípios com a fábrica, que preferiu não incentivar mais o funcionamento da rede. Mas as principais questões que ocasionaram esta ruptura foram às diferenças políticas e ideológicas, além do questionamento das razões da não participação nas ações da fábrica, das razões do por que os indígenas eram donos e os camponeses não:

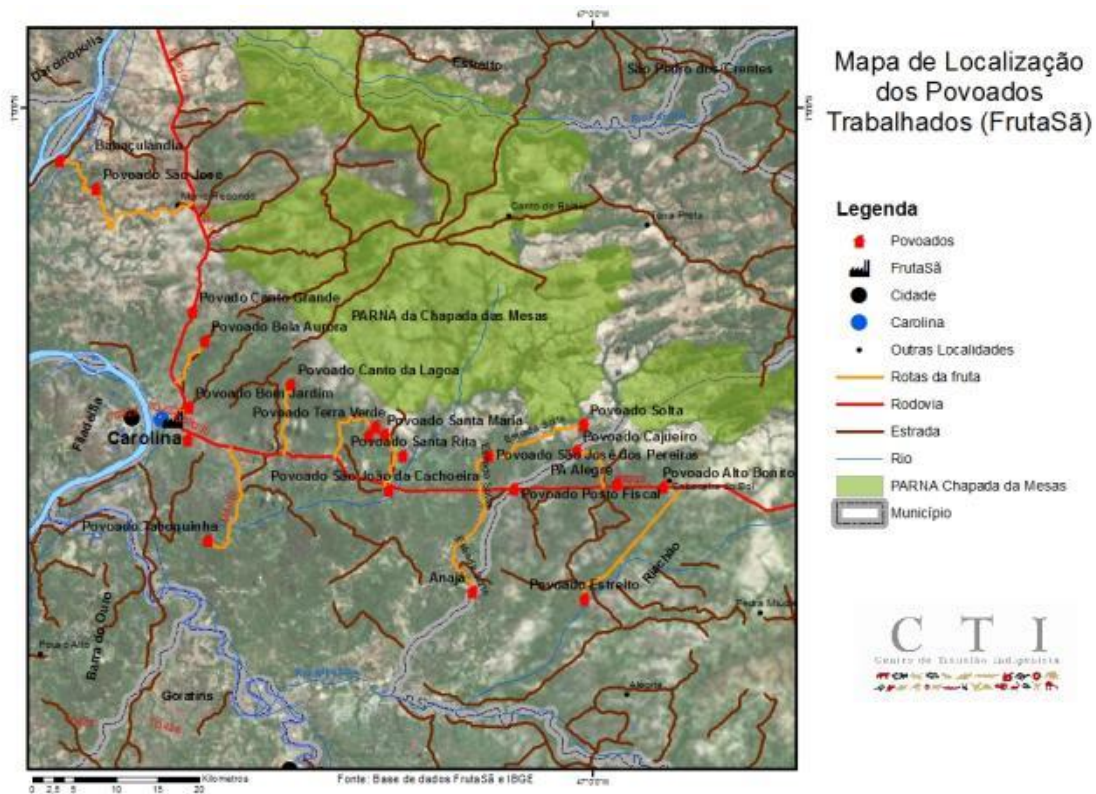
A gente na época conformou 11 municípios com os Sindicatos: Imperatriz, Estreito, aí veio Montes Altos, Amarante, Riachão, João Lisboa, Mangabeiras, Loreto, entendeu? e Santa Maria de Tocantins, formamos esse grupo, Frutos do Cerrado com apoios governamentais e o Banco interamericano, já existia esse recurso destinado para os índios, mas para explorar os Frutos do Cerrado, só era aprovado o projeto com uma condição, para criar a Rede era que tinham que incluírem brancos, por esse motivo foi que eles nos procuraram com essa intenção, que já eram criadas. (Rosalves de Sousa. Presidente da AAPPC. Entrevista concedida em junho de 2012).

[...] foram quatro anos, mas em função do tamanho do empreendimento, que era artesanal, que precisava trazer fruta de 13 municípios, distâncias muito grandes. A ideia de trabalhar com um projeto subsidiado, a gente conseguia trazer frutas dos municípios, mas isso começou a gerar alguns atritos, porque o empreendimento em si não gerava lucro, lucro para o empreendimento, cada pequeno produtor que vendia fruta, conseguia se pagar a fruta, mas o empreendimento não estava se sustentando. E também, começou a questionamento, porque os donos da fábrica são os índios de Wyty Catë e o CTI, e aí começou a surgir um questionamento da propriedade da fábrica, porque os pequenos agricultores também não eram donos da fábrica, já que forneciam. [...] E aí alguns desentendimentos políticos, na verdade isso nunca foi sistematizado, nunca foi de fato explicado, mas essa rede se rompeu. Foi em 1999 que se rompeu, na verdade, então as instituições continuaram trabalhando, o CENTRU continua atuando, as cooperativas, mas já não mais no formato dessa rede voltada para a FrutaSã. (Juliana Napolitano. Funcionária da CTI. Entrevista realizada em junho de 2012).

Quando terminou essa rede, teve uma discussão política muito grande entre o CTI e o CENTRU, tiveram racha, uma divisão, é que a CTI foi muito pragmático, olha a gente não tem estrutura de fazer, a FrutaSã não tem como fazer uma cooperativa, é inviável, são 4 mil sócios, e não vou criar uma cooperativa, e aí isso aí foi um ponto de desequilíbrio e uma divisão, cada um foi para seu lado [...] O seu Manoel da Conceição ele não gosta, ele respeita, ele jamais vai te falar, mas para a gente que é do médio sabe. Ele sabe que é genuíno o trabalho, só não concorda muito com alguns conceitos da CTI. (Mayk Gomes de Arruda. Funcionário da CTI. Entrevista realizada em março de 2013).

Após a fragmentação da Rede, que tinha como função a articulação conjunta dos indígenas com os camponeses, não foi estabelecida nenhuma outra parceria entre estes dois grupos. A FrutaSã somente mantém relação de compra de frutos e mudas com 10 associações de agroextrativistas dos municípios de Carolina e Riachão, que faz divisa com Carolina. Dentre estas associações, somente quatro se mantêm ativas. A fábrica também compra frutos de famílias camponesas na região, que não fazem parte de nenhuma associação, com algumas filiadas ao Sindicato de Trabalhadores Rurais de Carolina e Riachão. Os indígenas, ainda que sejam sócios majoritários, também se inserem no processo de venda dos frutos para a fábrica. (Mapa 15)

Mapa 15. Localização dos povoados trabalhados pela FrutaSã. Município de Carolina-MA e localidades próximas, 2011.



Fonte: FRUTASÃ, 2011. Diagnóstico socioeconômico e produtivo da cadeia de fornecedores de frutas do cerrado do município de Carolina-MA e entorno projeto desenvolvimento da cadeia de frutas nativas do cerrado.

No período de 2006 a 2010 tiveram suas atividades quase que estagnadas devido a um período de dívidas, dificuldades administrativas e perdas de estoque:

Agora um dos nossos objetivos é inserir mais os índios, a gente parecia fazer isso, além das questões, o que limita a gente é a viabilidade econômica dos processos, porque um dos motivos da FrutaSã ter quebrado em 2006 foi a inserção indígena a qualquer preço e a qualquer custo, isso somado ao problema que a gente teve da câmaras frias, com a perda de estoque, quebrou a FrutaSã. A FrutaSã perdeu estoque uma vez em 2006, quebrou, ficamos aí, 2006, 2007, 2008, 2009, 2010, de portas praticamente fechadas, retomamos os trabalhos em dezembro de 2010 (Mayk Gomes de Arruda. Funcionário da CTI. Entrevista realizada em março de 2013).

Se tinham, em torno de 400 mil reais em dívidas, que tinham, direitos trabalhistas, impostos, de fruta, somando isso tudo dava um valor, então se procurou um empreendimento de bancar a dívida. (Juliana Napolitano. Funcionária da CTI. Entrevista realizada em junho de 2012).

A fábrica sempre foi gerenciada pelos funcionários da CTI, que, em 2010, vendeu 25% de sua parte, para sanar as dívidas acumuladas, com 10% vendido para uma organização de cooperação internacional – ICCO, com capital do governo holandês, de igrejas protestantes holandesas e da União Européia, e 15% para uma rede de empresas holandesas do setor agroalimentar – QuaTerNes. A cooperação ICCO-QuaTerNes entrou com capital para melhoria da infraestrutura da fábrica, gestão e capacitação da cadeia produtiva dos frutos, com o objetivo de aumentar a rede produtiva, a qualidade do produto e inserção no mercado internacional. Esta cooperação também recebe apoio do Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID e está aberta a novos investimentos.

A QuaTerNes, por meio da empresa AGRIPLAN, fornece novos equipamentos de processamento de frutas e a capacitação com os coletores de frutos, e da empresa DELIDOR, que atua no mercado internacional de alimentos congelados, para inserção das polpas de frutas no mercado externo.

A QuaTerNes financia projetos vinculados ao desenvolvimento sustentável na nova vertente do capitalismo verde, onde práticas sustentáveis geram maior valorização no capital financeiro das ações de suas empresas:

[...] é uma empresa que foca nessa questão da produção e o desenvolvimento sustentável. É uma empresa grande, parece que eles têm é uma empresa de alimentos que tem ações na bolsa de valores, então o fato de eles apoiarem empreendimentos com esse foco ambiental e social, só o fato deles apoiarem esse empreendimento, o que eles visam não é nem o lucro da fábrica em si, é o lucro do quanto que as ações deles são valorizadas na bolsa, pelo fato de eles terem essa parceria. Dizem que na verdade o que eles já ganharam com a valorização das ações deles, é que já poderiam fechar o empreendimento porque o que eles investiram já recuperaram aqui. (Juliana Napolitano. Funcionária da CTI. Entrevista realizada em junho de 2012).

Não, existe um acordo de acionistas, onde o beneficiário geral disso, do lucro líquido total e real da FrutaSã, é 100% da associação Wyty Catë, nem CTI nem nenhum dos outros sócios podem receber dividendos, do que a gente chama acordo de acionistas. E aí você pergunta, então qual é o interesse desses holandeses malucos, né? aí, qual é a missão da ICCO? A ICCO muitos anos ela financiou diversos projetos do modo tradicional, existe uma entidade, a gente manda direto vocês, executam um projeto. Mas ela está fazendo com a gente um piloto de uma nova forma de cooperação, onde ela deixa de ser um mero financiador, ela se associa a você. A ICCO criou uma personalidade jurídica no Brasil chamada S&S Participações Socioambientais, é uma empresa brasileira sediada na câmara de comércio Brasil- Holanda em São Paulo, ela que legalmente é a sócia da FrutaSã, não é a ICCO, a ICCO é a dona dela, a ICCO é a noda da S&S, e a S&S é sócia da Wyty Catë, A S&S não ganha dinheiro, ela está cumprindo a missão da ICCO, que é promover a desenvolvimento, ajudar a combater a pobreza, geração de trabalho e renda, a DELIDOR ela ganha o selinho verde, que é a empresa de fato holandesa, ela acesa a uma série de recursos governamentais da Holanda, ela é muito grande, elas tem diversas empresas, não sei nem quantas, no mundo inteiro, China, Albânia, em África, a chefona é QuaTerNes. Agriplan e a DELIDOR é a empresa de alimentos, a QuaTerNes é a dona da DELIDOR, a DELIDOR é a empresa de alimentos que é a sócia d FrutaSã, é do grupo Quarknet, e a Agriplan é uma empresa de gestão de projetos, do grupo Agriplan. Esse trio está no mundo inteiro. O Johan que é a pessoa responsável com a gente, ele está na China esta semana.

Na parte de produção da FrutaSã, somente três funcionários são efetivos para o controle das máquinas e do processo produtivo em geral. (Foto 19)

Foto 19. Instalações da fábrica de polpas FrutaSã. Município de Carolina, 2013.



Autor: Rodrigo Meiners Mandujano, março de 2013.

A partir da parceria comercial com a QuaTerNes, a gestão da fábrica da FrutaSã passa a ser gerenciada por um funcionário holandês da cooperação ICCO-QuaTerNes, enquanto o trabalho técnico com os indígenas é levado a cabo pela CTI e a representação indígena na fábrica da Associação Wyty Catë, pelo representante dos Timbira na FUNAI. A CTI atua com funcionários trabalhando na parte de projetos de capacitação com os indígenas, por meio do Projeto de Desenvolvimento da Cadeia de Frutas Nativas do Cerrado, financiado pela ICCO e BID, para o período de execução de 2010 a 2014. Mas a CTI também atua na parte organizacional da fábrica. A representação indígena é feita no processo de intermediação de interesses entre os indígenas e a gerencia da fábrica.

A FrutaSã atualmente recolhe os frutos nos povoados e faz todo o processamento e venda das polpas de frutas congeladas em Carolina, no mercado local, com valor de mercado para competir com as outras empresas de polpas de frutas. As vendas ainda não geram renda para as populações indígenas, pois todo o dinheiro obtido com as vendas das polpas é utilizado nos gastos para a manutenção da fábrica.

Entre o período de 2000 a 20012 os indígenas não forneceram frutos para a fábrica, devido às dificuldades em recolher os frutos nas aldeias, mas a partir de 2013, voltaram a vender seus frutos com o preço estipulado pela gerencia da fábrica, que no momento somente recolhe frutos das aldeias do território indígena da etnia Apinajé, que é o mais próximo da fábrica e de melhor acesso. (Foto 20)

Foto 20. Indígena mostrando fruto inteiro de cajá congelado no freezer fornecido pela FrutaSã. Aldeia São José, Município de Tocantinópolis, 2013.



Autor: Rodrigo Meiners Mandujano, março de 2013.

A associação dos indígenas atua principalmente na intermediação dos seus interesses na fábrica, e somente o território indígena dos Apinajé fornece frutos para FrutaSã. Existe intenção da gerência holandesa em ampliar a compra de frutos dos territórios indígenas, no entanto, nenhuma melhoria na infraestrutura das aldeias do território dos Apinajé, que já vendem os frutos, foi feita para o fornecimento dos frutos. Na época da colheita, são emprestados freezers para o armazenamento dos frutos até que a FrutaSã possa buscá-los. Mas como algumas aldeias não têm energia elétrica, nenhum outro apoio é recebido:

Falaram que iam vir para conversar, votar a máquina, levantar a polpa tem que chegar bom lá sem estragar. Estou esperando a que veio para conversar. [...] Estava aqui, aí acabou a fruta aí levaram para outra aldeia Mariazinha, a safra aqui acabou e eles levaram. Falou que o ano que vem vão trazer de novo o frizer. (Elias Apinajé. Aldeia Prata. Entrevista realizada em março de 2013).

Nós somos da Aldeia Apinajé, a gente fez contato com a FrutaSã, antes não tinha negocio de comprar cajá, essas coisas, também não bacuri, e outras frutas, tem um local aqui na reserva lá tem açaí que chamam na Amazônia em geral, nos chamamos de juçara, tem bastante a reserva e também bacaba. (Evaldo Apinajé. Aldeia São José. Entrevista realizada em março de 2013).

Os indígenas Apinajé concordam em vender os frutos, pois até hoje é um recurso que não tem sido aproveitado para a comercialização. No entanto, consideram o preço muito baixo do fruto pago pela FrutaSã:

Este ano é o primeiro ano que estamos vendendo. Eles compram por quilo, o freezer tem capacidade de 315 quilos, e em quanto compra? 80 centavos, não é nada. (Evaldo Apinajé. Aldeia São José. Entrevista realizada em março de 2013).

Há alguns anos, a FrutaSã tinha uma polpa, uns técnicos, em 2002 eu conheci a FrutaSã, a gente conheceu lá e ela veio para cá, e como tem muito cajá. Eles deixaram de vir, agora que estão vindo de novo para mexer com cajá, estamos vendendo a fruta inteira, este ano mil quilos vendemos, trouxeram o freezer muito tarde e perdeu cajá, o quilo o compram a 80 centavos, aí de mil levava a 1 real, eu ganhava só 20 centavos. (Elias Apinajé. Aldeia Prata. Entrevista realizada em março de 2013).

Os lucros da fábrica que são repassados para os indígenas, através de sua associação, são utilizados para a compra de alimentos e um repasse único de recursos em 2005 para festividades, mas não existe muita clareza sobre a participação dos indígenas no processo de verificação das prestações de contas e da forma como os lucros são destinados aos indígenas, se é na forma de efetivo ou na compra pela fábrica dos alimentos que são destinados aos indígenas:

Vou te dar um exemplo claro, os Apinajé quando agente fez a primeira avaliação, o que se está dando bem com a venda do Cajá é o padeiro, porque os índios nunca comeram tanto pão, né? Eles usam basicamente com alimentação, o que eu vejo hoje eles usarem é a comida, compram carne, compra pão do padeiro, eles vão de manha cedo quando ele está vendendo, na qualidade da alimentação. Eu não acho legal ver o índio deixar de comer a farinha dele para comer pão, mas o fato deles terem acesso um pouquinho de grana para fazer isso, acho isso muito positivo, né? Essa inserção deles, das famílias. E o recurso da Wyty Catë a FrutaSã só fez uma divisão, eu não me lembro, acho que em 2005 um pagamento, e isso foi todo usado pela Wyty Catë, em articulação política, financiou algumas festas, alguns ritos, que eles principalmente dos Krahô [...] Um dos grandes desafios nosso, é fazer isso que os índios entenderem todo esse arranjo, a anuência deles para esse processo, a direção entende muito bem da associação Wyty Cate, as lideranças, eles entendem, mas quando você chega na aldeia você vê a distancia que eles tem do processo, é muito difícil, uma de nossas metas é difundir isso, esclarecer isso para o pessoal. Hoje quem fornece de fato são os Apinajé os Krikati e eles muito pouco. Apinajé já negocia com eles 5 toneladas, já em quantidade maior. (Mayk Gomes de Arruda. Funcionário da CTI. Entrevista realizada em março de 2013).

Chegou-se a falar de vender a fábrica, e os índios nunca quiseram, ainda da fábrica nunca ter gerado lucro, o objetivo é gerar renda dos pequenos produtores e gerar renda da associação Wyty Catë das aldeias associadas por meio do lucro da fábrica, para a gente conseguir bancar os aspectos e rituais que existem nas aldeias, e esse recurso nunca chegou até eles, esse lucro, e mesmo assim, eles nunca abriram mão da fábrica. (Juliana Napolitano. Funcionária da CTI. Entrevista realizada em junho de 2012).

A CTI, ainda que receba financiamento da ICCO e BID para fomentar a cadeia produtiva dos frutos nativos, atua com os indígenas em projetos paralelos, pois não se verifica nenhuma proposta concreta sobre a estruturação de tal cadeia. O representante dos indígenas não tem muita ciência da real situação da fábrica, sobre os projetos e gastos com a fábrica. Não existem funcionários indígenas ou outros representantes dos indígenas no processo organizativo da fábrica, que tem em sua maioria, funcionários técnicos e administrativos da CTI:

A história que eu tenho sobre isso, é assim, a CTI a ONG, através dela, fala que tem uma parte que tem direto também, a fábrica é dos índios, mas que o CTI que assessora os Índios, eles falam que venderam a parte da CTI, a parte dos índios não foi vendida, está do mesmo jeito [...] eles venderam a parte dela, aí que estão fazendo, a parte dela é os holandeses, os holandeses estão fazendo parte, né? (Hpyhi Krahô. Representante dos Povos Timbira na FUNAI. Entrevista realizada em março de 2013).

A partir do exposto, a articulação das associações encontradas na microrregião de Porto Franco gira em torno do processo produtivo da fábrica de polpa de frutas, que não tem como foco trabalhar somente com os frutos nativos do Cerrado, busca trabalhar com os frutos que têm maior inserção no mercado. Atualmente eles trabalham com cinco frutos nativos do Cerrado: cajuín, bacuri, cajá, açaí (juçara), murici e juçara; um da Amazônia: cupuaçu, e seis exóticos: abacaxi, goiaba, tamarindo, manga, maracujá e acerola. (Foto 21)

Foto 21. Polpas empacotadas comercializadas pela FrutaSã. Município de Carolina, 2013.



Autor: Rodrigo Meiners Mandujano, março de 2013.

Os preços das polpas são discutidos na gerencia da fábrica, com parâmetros de custo benefício e de competitividade:

O preço vai mudando, conforme ao mercado mesmo, isso da formação dos preços é discutida na gerencia, a gente tem que trabalhar com minimamente competitivo com a indústria de polpas de frutas que chegam aqui, né? A gente tem que competir com eles, mas ao mesmo tempo, além de ter uma produção mais profissionalizada, ao mesmo tempo, concorre no mercado, e a gente paga bem à fruta, à ideia é pagar um preço justo, por meio disso, aí é que a gente tem que ter custos reduzidos aqui dentro, trabalhar polpas é complicado, porque trabalha com frios, com custos de energia bem elevados, mas o preço muda realmente de um ano para outro, tem que fazer levantamentos de preços no mercado para conseguir, dentro de nossa análise de custo, quanto custa processar e vender uma fruta, com o mercado, para a gente comprar aqui agora é o açaí, porque todo preço regional tem um preço que a gente não consegue comparar, tem muito açaí com preço menor, tem muito em Pará [...] Das outras frutas que acho interessante, cupuaçu que não é nativa, abacaxi, acerola também não, araçá, mas trabalha com essas frutas. Cagaita, cajá, etc. cagaita, goiaba não é nativa, juçara (açaí). Quem tinha um mercado estabelecido, é o bacuri, tem uma demanda muito grande, o bacuri a gente vai com dinheiro no bolso, o bacuri tem um mercado muito grande, em geral a gente pega, faz a contabilidade, e uma semana depois eu te pago, com bacuri tem que ter outras estratégias, porque a concorrência, a gente não consegue, mas em compensação fora o bacuri, as outras frutas não tinham mercado estabelecido [...] Com os holandeses, a gente fez uma renovada visual da fábrica, da marca, o logotipo, novas embalagens da fruta, ficou pronto, nosso foco é vender no Maranhão, e temos conversas em vender no Pão de Açúcar, que é um programa do pão de açúcar, mas eles não têm de frio, estão avaliando a possibilidade para conseguir colocar os produtos no pão de açúcar, para conseguir levar para outras regiões de Brasil além do Maranhão. (Juliana Napolitano. Funcionária da CTI. Entrevista realizada em junho de 2012).

A fábrica tem intenções de produzir o óleo de pequi e está elaborando um levantamento sobre a viabilidade técnica e econômica de produzir óleo de pequi, a partir da amêndoa ou da polpa. Mas, além desta iniciativa, não tem outras pretensões com o fruto, como conservas, licor, farinha etc., ainda que tenha contato com um mercado consumidor em Brasília, que se interessa em comprar o fruto despulpado:

Especificamente o Pequi não trabalha, até o ano 2000, foram testadas as frutas potencialmente para trabalhar da biodiversidade do Cerrado, então foram feito testes com pequi, com bacaba, com buriti e com as outras frutas que a gente trabalhava, são 13. Bacaba, buriti e Pequi tem em abundancia na região mais que não deu certo o processamento. A bacaba o suco de bacaba é uma delicia, tem região aqui que é muito abundante, mas por outro lado a polpa não dá certo, porque ela é muito oleosa, na hora que você congela, descongela, ela coagula, não funciona muito bem, o buriti é a

mesma coisa, além de que o buriti tem certa dificuldade de aceitação do mercado, do sabor, né? O buriti é muito gostoso, a gente sabe que tem um mercado bem regional, o sabor é forte, e o pequi também não, a FrutaSã não trabalha com Pequi. (Juliana Napolitano. Funcionária da CTI. Entrevista realizada em junho de 2012).

A gente tem vontade, está inclusive estudando isso, a ideia agora é, a polpa de fruta, consolidando o processo, consolidando o mercado o segundo passo para projetar o planejamento estratégico são óleos, óleos vegetais, entre eles o pequi, como objetivo maior de aproveitar os resíduos da FrutaSã, não só óleos de base, se não óleos essências também, as duas coisas, e dentro disso dentro da perspectiva de estudar avaliar a produção de óleo, temos o pequi e vamos inserir o babaçu. Do pequi se faz dois tipos de óleo, se faz da polpa e da castanha, a gente tem para produção óleo de base, tem bacuri porque já temos a matéria prima, do babaçu que tem uma quantidade muito boa na região, e na área dos Apinajé têm muito, os Apinajé tem cultura e trabalham com o babaçu, a diferencia dos outros povos timbira que não tem, os Apinajé tem, inclusive eles tem uma parceria com uma empresa de TOBASA, que trabalha especificamente com babaçu, com óleo de babaçu, para utilização da casca da amêndoa, isso. O pequi e o buriti estão dentro desta proposta, esses quatro seriam os quatro do carro chefe, estão sendo feitos do óleo essencial da casca do bacuri, a gente avalia que é possível, um engenheira de alimentos trabalha com a gente, esta querendo fazer testes com outros grupos para fazer testes, a utilização do cajá dos resíduos para óleo essencial também, isso é já testado. [...] Se a fabrica decidir vamos a fazer pequi congelado, nós tenderíamos condições de iniciar, descascado e congelado em caroço, teve muito isso, quem sempre traz essa demanda para gente, são uns clientes que a gente tem lá na SEASA de Brasília, que compravam polpa, está retomando esse contato de venda com eles, e é uma coisa que sempre falam, e o pequi? E pequi? Brasília é um centro de consumo e de distribuição, mas essa região de Brasília, Goiana, Cuiabá, Campo Grande, aqui em Palmas são um centro de consumo, tem um real consumo disso. (Mayk Gomes de Arruda. Funcionário da CTI. Entrevista realizada em março de 2013).

No povoado de Solta-MA do município de Carolina, aproximadamente a 60 km do núcleo urbano, na zona de amortecimento do Parque Nacional Chapada das Mesas e a 1700 metros da divisa com o município de Riachão-MA, encontra-se uma associação de agroextrativistas chamada Associação dos Pequenos Produtores Rurais Bezerra de Moraes – ABM. Fundada em 1996, a ABM compreende 32 sócios em 21 famílias que vivem no povoado de Solta. A maioria dos membros da organização são proprietários de suas terras, que variam de 42 a 100 hectares por proprietário.

A ABM é uma das principais fornecedoras de frutos para a FrutaSã, pois é uma das comunidades mais próximas da fábrica e os únicos a fornecerem o fruto semi processado, pois as demais associações e agroextrativistas fornecem só o fruto inteiro. A associação ainda comercializa farinha e a polpa de pequi no mercado local e regional, inclusive tem conversado

com possíveis compradores do produto em Terezinha-PI e nos municípios próximos, como Riachão-MA. Outra atividade produtiva que desenvolvem é a venda de mel silvestre, que acabaram de construir uma casa de mel. (Foto 22)

Foto 22. Sede da ABM. Povoado de Solta, Município de Carolina-MA, 2012.



Autor: Rodrigo Meiners Mandujano, junho de 2012.

A associação recebeu apoio financeiro da FrutaSã para a criação e ampliação de sua infraestrutura sem a câmara fria, pois fazem o despulpamento dos frutos na própria sede da associação para produzir frutos semi processados: principalmente de açaí e buriti, mas também, acerola, bacuri, goiaba, maracujá, cupuaçu, abacaxi e cajá. Além disso, estão ampliando a sede para o processamento e armazenagem de frutos para a FrutaSa. (Foto 23)

Foto 23. Canteiro de obras nos fundos da sede da ABM. Povoado de Solta, Município de Carolina-MA, 2013.



Autor: Rodrigo Meiners Mandujano, março de 2013.

Sua infraestrutura conta com três freezers e duas despulpadoras, unicamente destinada para a comercialização com a FrutaSã (Foto 24-25). Sobre a relação de parceira entre a ABM e FrutaSã, comentam:

Nós trabalha com a FrutaSã parceria com eles, fornece, despolpa aqui e passa para eles já processado, eles reprocessam, aí eles embalam, nos não temos como divulgar nosso trabalho. A gente diretamente para eles, vende mais cajá, juçara, acerola. (Seu Neto, tesoureiro da ABM, entrevista realizada em junho de 2012).

É um grato parceiro da FrutaSã, desde o início da ABM [...]. Solta agente começou uns cinco anos atrás, as primeiras vendas muito tímidas, 2011 comercializou pouco mais de cinco mil reais, né? Basicamente açai que aqui se conhecem como juçara, 2011 e 2012 a gente começou um trabalho de formação, treinamentos, a fomentar que a Solta funcionasse realmente como um centro de colheita de frutas, então a produção não só da comunidade se não das comunidades vizinhas como Cajueiro, algumas famílias, ela teve condições de aumentar um pouco a produção e trabalhar melhor. A gente agora de 2012 a início de 2013 está fechando quase 60 mil reais de comercialização com a Solta, comprado ate hoje de Setembro de 2012 até agora [março de 2013], menos de um ano 60 mil reais, agente conseguiu comprar da produção deles, só de Solta, [...] por exemplo, este ano 60% de nossa produção de Buriti veio da Solta. (Mayk Gomes Arruda, funcionário da CTI- FrutaSã)

Foto 24. Instalações da ABM. Povoado de Solta, Município de Carolina, 2013.



Autor: Rodrigo Meiners Mandujano, março de 2013.

Foto 25. Freezer da ABM com polpa de cajá. Povoado de Solta, Município de Carolina, 2013.



Autor: Rodrigo Meiners Mandujano, março de 2013.

Com relação à venda do pequi, a ABM tem tido algumas experiências de venda regional de pequi, principalmente na cidade de Carolina, onde tem um pequeno nicho de mercado, eles têm como objetivo ampliar esse comércio devido à procura da compra do fruto e pela qualidade e abundância de pequizeiros em suas propriedades e na região:

O Pequi nós vende mais para fora, não trabalha grandes quantidades, o Pequi na cidade a gente vende o pessoal, não em grande quantidade, pequenas quantidades, porque o pessoal gosta da cidade, aí a gente vende ao pessoal, trabalha com ele, processa ele aqui, aí vende para isso, embala, vota no freezer, eles procuram, e tem, sempre tem, a gente tem, coisinha pouca, não é grande quantidade. Fruto inteiro e a polpa, trabalhamos com a farofa do Pequi, o mousse. O preço não varia, nós cobra

cinco reais por pacote 15 a 20 pequi mais o menos [...] Já hoje o Pequi mesmo aqui a gente viu o valor que tem o Pequi a sua utilidade, [...] ninguém sabia a utilidade que tinha o Pequi, agora clareou mais, fazem pequi, três quilos de pequi, farofa. Faz pra mim! a gente faz então, o óleo é mais complicado, não fazemos o processamento é diferente. (Seu Neto, tesoureiro da ABM, entrevista realizada em junho de 2012).

Um dos maiores problemas que a ABM apresenta para a comercialização de pequi é a falta de infra estrutura para estocagem do fruto, pois conta com somente três freezers no momento, e a incapacidade de seu transporte, porque não têm nenhum automóvel para transportar seus produtos. (Foto 26)

Foto 26. Interior do frigorífico da ABM repleto de pequi em polpa e farinha. Povoado de Solta-MA, 2013.



Autor: Rodrigo Meiners Mandujano, junho 2012.

Em 2012, a ABM tinha um projeto aprovado em conjunto com a FrutaSã para montar uma câmara fria em suas instalações para estocar frutos nativos do Cerrado, mas que permitiria também estocar pequi para vender em maior escala:

Um projeto foi feito e inclusive foi aprovado para montar uma câmara fria com capacidade para duas toneladas de polpa, mas a gente falou que caso acelerasse a produção de fruta na região, a gente poderia aumentar a

capacidade. Eles queriam votar uns de dez mil quilos, dez toneladas por mês, mas a gente falou que vamos divagar, conforme o desenvolvimento da produção em duas toneladas. (Seu Neto, tesoureiro da ABM, entrevista realizada em junho de 2012).

No entanto, no início de 2013, a associação recebeu a informação de que a câmara fria não seria mais construída, a principal razão que comunicou a FrutaSã é relacionada ao gasto de energia. Fato que inviabiliza para a ABM os objetivos de venda de pequi de forma mais estruturada:

Nós congelamos de a pouco, nossa intenção era ter mais produto, mas o projeto de ampliação das instalações incluía uma câmara fria, mas a FrutaSã fracassou, eles vieram aqui, falaram vai ter uma câmara fria, mas falaram depois que era um gasto de energia grande e pouco dinheiro. (Seu Neto, Tesoureiro da ABM, entrevista realizada em março de 2013).

Outra das opções que a ABM tem procurado para conseguir ampliar a produção de produtos de pequi é a estocagem do fruto nas câmaras frias da FrutaSã, mas este projeto também não continuou:

A coisa não vingou eles queriam ver se nós tínhamos condições de armazenar pequi para eles, acho que o Neto foi a Feira dos Povos do Cerrado e fez contato com uma senhora uma empresaria que mexe com isso, então a coisa está um pouco quieta, a gente não ficou avançando na conversa, a própria Solta não continuo, mas já tentaram. (Mayk Gomes Arruda, funcionário da CTI-FrutaSã).

A associação que é responsável pela produção de mudas para os camponeses que fornecem frutos para a FrutaSã é a Associação Agroextrativista de Pequenos Produtores de Carolina – AAPPC, que foi criada em 1995, pelo estabelecimento da rede Frutos do Cerrado e atualmente conta com 35 famílias sócias que vivem na zona rural de Carolina. (Fotos 27-28)

Foto 27. Viveiro Central da AAPP. Município de Carolina, 2012.



Autor: Rodrigo Meiners Mandujano, junho de 2012.

Foto 28. Instalações administrativas da AAPP. Município de Carolina, 2012.



Autor: Rodrigo Meiners Mandujano, junho 2012.

A associação produz mudas de árvores nativas, como caju e cajá, e convencionais, como a goiaba e tamarindo, através de um viveiro que foi criado pela parceria com a FrutaSã com objetivo de distribuí-las entre os fornecedores de frutos. Esse viveiro foi feito por meio da CTI, pelo que começaram um trabalho de busca das frutas no município de Carolina. A necessidade de trabalhar com o viveiro foi determinada após um levantamento e diagnóstico de campo que mostrou a falta de algumas frutas específicas:

Tinha-se que descobrir a onde no município de Carolina tinha as frutas, onde estavam esses produtores de frutas, era uma relação de compra, mas não tinha uma relação de assistência técnica, estimulando a produção de mudas, [...] então agora nosso equipo começou o ano passado neste trabalho de assistência técnica aos produtores rurais [...] A gente terminou e gastou grande parte do tempo fazendo um diagnóstico, então a gente levantou uma demanda de distribuição de plantio, há dois anos, então a gente trabalha com distribuição de mudas, os dois últimos anos, da forma que o projeto foi organizado que comprem suas mudas, conseguiu investir, a AAPPC produz as mudas, a gente fez a rodada de reunião, para discutir a safra, preço, e a estratégia de como pretende trabalhar, em dezembro a distribuição das mudas, no início das chuvas, agroecologia, trabalhar em oficinas da formação, com foco em fertilidade do solo, manejo alternativo de pragas e doenças, técnicas de colheita post-colheita, manejo de sistemas agroflorestais, e a gente distribui as mudas e discutiu muito as questões do quintal, discutir o roçado (Juliana Napolitano. Funcionária da CTI. Entrevista realizada em junho de 2012).

[...] nosso foco hoje é viver de mudas, onde a gente incentiva à produção de mudas, dentro desse processo a parceria funciona muito bem, tem distribuído sempre mudas, que sejam futuras produtivas que o pequeno produtor vai aproveitar. (Ronaldo Silva Souza. Membro da AAPPC, Entrevista realizada em junho de 2012).

A gente entregou 10 000 mudas frutíferas, FrutaSã comprou por um preço, um incentivo, que foram distribuídas para os pequenos produtores, mas foi um projeto junto na época. Juçara, bacuri, bacaba. FrutaSã tem três técnicos que a gente conversa. (Ronaldo Silva Souza. Membro da AAPPC, Entrevista realizada em março de 2013).

Porém, as famílias sócias da AAPPC também fornecem frutos para a FrutaSã de forma independente da associação:

A AAPPC foi criada em 1995, ela foi criada pela necessidade de se criar uma instituição que pudesse trabalhar esse potencial existente dos frutos do Cerrado, na época a CTI que trabalha nesta região, incentivou, ela troce a proposta e nasceu dentro do Sindicato de Carolina, foi uma entidade que encabeçou a proposta, e logo depois nasceu a Associação AAPPC, nasceu dessa necessidade, uma instituição que pudera trabalhar o agroextrativismo. (Ronaldo Silva Souza. Membro da AAPPC, Entrevista realizada em junho de 2013).

Uma avaliação que a gente faz de AAPPC, que é filha da CTI, filha do Sindicato, ajudando a fundação da Associação, diversos projetos, muitos projetos para AAPPC, e a ideia é continuar, tem que definir, trabalhar com sócios da APPC, a gente trabalha, a gente trabalha com Domingos Ramos, Seu Leônidas, a gente compra de todos os sócios que produzem, que tem para vender, a gente compra, só que no caso da AAPPC, a associação não é o eixo comercial, como a Solta, a gente comprou dos sócios individuais da AAPPC. (Mayk Gomes Arruda, funcionário da CTI- FrutaSã).

Alguns membros da AAPPC destacam na quantidade de frutos vendidos para a FrutaSã, sendo beneficiados também na distribuição de mudas no município de Carolina, como o caso do camponês Domingos Ramos da Silva:

Com a FrutaSã a gente começou a ter mais animo, né? e plantar, preservar o Cerrado, deste lado é o caju. Minha demanda maior é caju, tem bastante caju, e bacuri lá na outra área também e cajá e agora goiaba, lá na outra área tem uma área de goiaba também eu plantei tudo os pés de goiaba. Tem entregado para a FrutaSã também. Foi bom, porque a gente aí com a chegada deles, a gente começou a aproveitar os frutos nativos que ninguém aproveitava nada, só consumia, só colhia o que estava nativo, ninguém plantava. Tem, tem muita gente, nós temos a associação aqui, um grupo, tem AAPPC, que faz parte também, e também trabalho no Sindicato dos Trabalhadores Rurais, participei na fundação, participo politicamente no PT. (Domingos Ramos da Silva. Camponês. Entrevista realizada em março de 2013).

A AAPPC também recebe sementes e resíduos orgânicos da FrutaSã para gerar compostagem que serve para o substrato utilizado nos viveiros. A associação tem recebido também investimento para o viveiro de mudas, através de uma indenização do BNDES por causa da construção da Usina Hidrelétrica em Estreito e parte deste dinheiro está sendo investido no aumento das instalações do viveiro:

Agora com a indenização da hidroelétrica aí, abriu um projeto de medida compensatório, o consorcio, acessa recursos do BNDS por contrato, eles tem obrigação de fazer, de operar de recursos do BNDS-social, eles tem que investir tantos milhões de reais para investir em projetos sociais, essa linha foi que financiou a AAPPC.[...] O ano passado para aca e agente teve uma melhoria nas reformas, pois a gente teve um projeto financiado pelo BNDS, via consorcio ESTREITO, a gente entrou com esse projeto em compensação ambiental pedindo solicitude que fosse num apoio e a gente conseguiu essa reforme e a gente tem outras atividades para melhorias, viveiros, melhoria da sua organização, capacitação. (Ronaldo Silva Souza. Membro da AAPPC, Entrevista realizada em junho de 2013).

Eles receberam uma primeira parcela que para o CEST já é uma ação compensatória, mas, mais que isso não, e é um valor irrisório acho que não chega a 300 mil reais, mas é muita questão de articulação politica de pressão mesmo. (Mayk Gomes de Arruda. Funcionário da CTI. Entrevista realizada em março de 2013).

A associação tem participado na organização, buscas de capacitação, de assistência técnica de aproximação aos movimentos sociais, de reuniões dos grupos de trabalho das câmaras técnicas dos produtos da sociobiodiversidade e a busca da integração dos territórios da cidadania do Estado de Maranhão:

Em 1995, o termo agroextrativismo foi uma coisa nova, não existia na região no município, a gente hoje tem uma capacitação em algumas comunidades, conhecem o processo, sabem do potencial do que é o agroextrativismo, do significado, do Cerrado, a importância social dos frutos, articulando organização, por exemplo, a gente tem participação das reuniões dos territórios da cidadania, organismos de Agricultura Familiar, o Sindicato, a AAPPC, através do sindicato, CTI que trabalha com os índios, desde 1995 trabalham em fortalecer o trabalho do agroextrativismo em si, e a agricultura familiar como um todo, graças a esses projetos, as relações que existem, essas parcerias, isso ajuda bastante nas capacitações, as vezes tem seminários, oficinas, capacitações mesmo, reuniões. A gente tem vários documentos gerados através de esses encontros, chamamento aos governos do Estado e Federal, as secretarias de meio ambiente, documentos solicitando respostas, reunião, entendeu? (Ronaldo Silva Souza. Membro da AAPPC, Entrevista realizada em junho de 2013).

Entretanto, na opinião dos funcionários da CTI que trabalham na FrutaSã, a AAPPC tem que estabelecer melhor seus objetivos e trabalhar neles, como também, organizar de melhor maneira os produtores:

Essa relação de compra começou agora a existir de fato, a gente tem dois anos que agente compra as mudas da AAPPC, a gente da continuidade a isso, porem tem alguns aspectos técnicos que eles têm que resolver em termos de controle de qualidade, de registro de espécies. [...]eu acho que a AAPPC está em um momento de reavaliação, se eles entram na linha de realmente fazer um belo trabalho com a produção de mudas no viveiro, isso vai ser nosso carro chefe? Ou assistência técnica?(Mayk Gomes de Arruda. Funcionário da CTI. Entrevista realizada em março de 2013).

A partir de uma aproximação às realidades de uma associação agroextrativista com atuação diversificada (ABM), que atua numa rede produtora de frutos para uma fábrica de polpas de uma associação de indígenas, mas que também comercializa outros produtos, como o mel silvestre, e os derivados do pequi, foco desse trabalho; de outra associação (AAPPC) que se organiza em torno da coleta de frutos para a fábrica e também produz as mudas de árvores frutíferas; e de uma fábrica de polpas de frutos (FrutaSã) que se originou de uma proposta de articulação dos camponeses e indígenas em torno do agroextrativismo, mas que com o tempo se desestruturou e continua de forma segmentada na região, com interesses não tão claros e propostas de trabalho difusas com os indígenas, envolvendo os camponeses simplesmente como meros fornecedores de frutos. Por meio destas realidades, pode-se verificar que as associações agroextrativistas da região vivem do fornecimento dos frutos para a FrutaSã, sendo o pequi delegado para o autoconsumo e comércio informal diretamente nos municípios e com os atravessadores, que compram o fruto na época da colheita para revender em outras regiões.

A FrutaSã seria um potencializador do comércio formal do pequi, pois tem condições físicas e estrutura para a comercialização e circulação dos derivados de pequi. No entanto, não surgiu tal interesse ainda pela organização. Esta iniciativa seria primordial na preservação dos pequizeiros da região, inclusive com reflorestamento de áreas degradadas, através da plantação de mudas de pequi pela AAPPC, que além de sofrerem com a expansão do agronegócio, existe o mercado em torno dos atravessadores, que buscam grandes produções e não se preocupam em coletar o fruto de maneira adequada, comprometendo o ciclo biológico da árvore.

Próximo à microrregião do Jalapão existe uma associação que trabalha somente com o pequi, a associação Ecos do Cerrado, em Pequizeiro-TO. Esta associação recebeu financiamentos governamentais e não governamentais, incluindo fundos internacionais, para comercializar o pequi no mercado local desde sua formação. A cidade de Pequizeiro tem sua origem como ponto de extração do minério cristal, atividade abandonada posteriormente com a queda dos preços do cristal. Algumas referências locais mencionam que existia uma pista de aviões para receber comerciantes de Goiás, Maranhão e Piauí interessados na extração do minério.

A abundância de árvores de Pequi e as negociações dos garimpos embaixo da sombra que os pequizeiros originaram o nome atual do município. Os moradores falam também de um pequizeiro enorme que ficava na margem da pista dos aviões que hoje é a avenida principal da cidade:

Pequizeiro, começando pelo nome, né? Pé de Pequi, aqui era garimpo de cristal, teve muita gente que ficou rica e muita gente que ficou pobre por causa do danado cristal, foi em 1963, tinha um grande pé de Pequi na Secretaria de Educação, eles faziam a compra e venda embaixo do Pé de Pequi. E aí na estrada, a onde vai? Lá em Pequizeiro, a referência era o pé de pequi, e aí o nome ficou. Era muito grande, não tem mais, foi cortado por um prefeito, porque a avenida não era estrada, a cidade cresceu envolta da pista de avião. Depois vieram recursos de Brasília para asfaltar, e cortou o pé de Pequi para dar lugar ao asfalto e as casas, hoje os mais velhos se queixam desse fato, e nós, porque para nossas gerações, para as crianças, só os mais velhos sabem, aqui tem muito pequi, mas esse era enorme, eu não cheguei a ver, eles faziam a extração de Cristal, e faziam negociações embaixo do Pé de Pequi, eles dormiam, comiam, de fora, vinham de Brasil inteiro, aí com o tempo desvalorizou, perdeu valor, ainda existe muito cristal, tem até uma lenda de uma chakra de um Seu Palestra, e foram os garimpeiros e tinha uma pedra muito grande, queriam tirar, mas não conseguiam, sempre tinha um acontecimento, a última vez teve um desmoronamento e desistiram, e falam que é a pedra encantada. (Vice-presidente da Associação Ecos do Cerrado. Entrevista realizada em março de 2013)

Em 2006, por meio de um empreendimento da Agência de Apoio ao Empreendedor e Pequeno Empresário – SEBRAE para criar opções de renda para a população do município, foi criado o pequeno empreendimento chamado DELIS, que depois de três anos virou uma associação, a Ecos do Cerrado, que coleta e produz os derivados de pequi:

O projeto surgiu por um apoio do SEBRAE, nós reunimos com 10 microprodutores do município, para aprender a trabalhar com um produto da região, cada um tinha um produto, para depois vender esse produto na cidade, de forma que gerasse renda, tanto para a cidade, como os produtores, aí surgiu a DELIS, nós fomos os primeiros, aí Valdir resolveu fundar a associação para abranger mais que um projeto membro do SEBRAE. A DELIS em 2003, aí em 2006 que foi fundada, três anos depois da fundação da DELI a Ecos do Cerrado [...] o verdadeiro objetivo da Ecos do Cerrado, foi a comercialização, como fonte de renda, mas também para o município, porque? A Ecos do Cerrado, uma indústria onde nós, vamos estar produzindo as conservas, e todos os outros produtos que nós fazemos do pequi em grande escala, podemos estar levando esse produto para fora do município, quiçá para fora do Estado, vai estar gerando renda para o município, para os associados, e ainda para toda a comunidade, tratando esse produto da maneira correta, colhendo na época certa, nos Ecos do Cerrado espera ao fruto cair, vamos lá pegamos no chão, tendo cuidado de não pegar todos os frutos, tem que deixar alguma porque sempre tem algum animal que sempre vai lá, a se alimentar. [...] E acredito também por ser o nome da cidade, aí nasceu à associação Ecos do Cerrado, que é a associação dos coletores e coletoras dos frutos do Cerrado. Não só pequi, tem o murici, outros frutos do Cerrado, mas o carro chefe de frente é o pequi. (Vice-presidente da Associação Ecos do Cerrado. Entrevista realizada em março de 2013).

Além da comercialização dos frutos e derivados do pequi, a associação criou a festa anual do pequi, evento anual organizado pela associação, em que preparam galinhada de pequi, cavalaria, atividades infantis, concertos musicais, feiras de artesanato e educação ambiental:

Hoje em dia falo assim, hoje Ecos do Cerrado lembra a festa do Pequi, porque lá na frente alguém resolveu fazer a festa do Pequi, e aí virou uma tradição, e aí todos os anos realizou-se a festa do pequi. Nós organizamos a festa o ano passado, teve uma festa pequena, mas foi boa, nós conseguimos, teve sim, mas organizou diminuimos a quantidade de dias, de nove dias nós fizemos três. (Vice-presidente da Associação Ecos do Cerrado. Entrevista realizada em março de 2013).

A associação Ecos do Cerrado sustentava-se exclusivamente da comercialização do pequi na forma de polpa e outros derivados, entretanto vive um processo de transição de local de beneficiamento do fruto, pois antes estava localizava em uma sala fornecida pelo município e agora recebeu financiamento municipal para a construção de uma sede própria. (Fotos 29-30)

Foto 29. Antigo local da sede da Ecos do Cerrado. Município de Pequiizeiro, 2013.



Autor: Rodrigo Meiners Mandujano, março de 2013.

Foto 30. Nova sede da Ecos do Cerrado. Município de Pequiizeiro, 2013.



Autor: Rodrigo Meiners Mandujano, março de 2013.

Dentre os derivados de pequi produzidos pela associação encontra-se a conserva, o doce, sorvete, farofa e licor. Produtos que são armazenados em dois freezers, sendo o processo de despolpamento fruto feito manualmente:

Nós fazíamos produção aqui, [...] se faz conserva, doce de pequi, sorvete, farofa, licor [...] nós fizemos licor, conserva e farofa, e polpa. Os caroços, os mais bonitinhos para conserva. O licor com cachaça açúcar e a polpa, coloca o pequi na cachaça, curtir durante 30 dias, polpa com cachaça. Nós aprendemos com capacitação, vieram pessoas para capacitar. Pequi com arroz, frango, puro, com Ecos do Cerrado a gente aprendeu a fazer estes outros produtos. A conserva esta em agua e sal, sem vinagre

com água e sal dura mais, não altera o sabor, tem validade de dois anos. Têm pequis com até cinco ou seis caroços no fruto, mas geralmente dois ou três. Na minha roça da um caroço muito grande, parece um abacate, só da um dentro, gostoso. (Maria Cristina da Silva, vice-presidente da Associação Ecos do Cerrado. Entrevista realizada em março de 2013).

A associação coleta o fruto das áreas próximas ao município, em terras devolutas e dos fazendeiros da região:

Então nós tiramos pequi com a permissão com alguns fazendeiros da região que ainda não permitem que tirem pequi com vara em suas propriedades, a gente vai e pede permissão aos fazendeiros, e pede para colher o pequi maduro do chão, lá de embaixo. (Maria Cristina da Silva, vice-presidente da Associação Ecos do Cerrado. Entrevista realizada em março de 2013).

Mas esta associação sofreu com a corrupção interna do dirigente anterior, que deixou uma alta dívida, segundo as informações obtidas dos dirigentes atuais da associação:

[...] tivemos dificuldades com ele, nada comprovável para acusação, sem provas, mas até agora do que foi apurado existem alguns desvios do que estava sendo movimentado na associação, certas dificuldades, vamos a fazer uma auditoria. O Fred está como presidente, eu sou a mulher, mas digamos assim que eu fui à fundadora. [...] O Valdir misturou o dinheiro dele com o da associação, pegando mais renda. A pessoa assume uma determinada posição com recurso Estadual ou Federal, e acaba se achando dono, então ela mesma se sente em gratidão que ele merece, ele conseguiu que a prefeitura tivesse funcionários trabalhando lá. Ela hoje é independente da prefeitura, tem que ter apoio, mas associação também apoia a prefeitura, e acabou acontecendo isso, hoje digamos assim, estamos com quitações com o governo do Estado, porque foi cedido um dinheiro, e o dinheiro sumiu, não verdade o dinheiro não teve prestação de contas, nos temos que fazer a prestação de contas para que a organização possa estar novamente tranquila, os acessos federais ainda pode acessar, mas estaduais não. (Maria Cristina da Silva, vice-presidente da Associação Ecos do Cerrado. Entrevista realizada em março de 2013).

Com isso, houve evasão de membros da associação e desilusão com o futuro da associação, ocorrendo perda de estoque, danificação da estrutura física existente, entre outros fatores. A associação está inoperante no momento, mantendo somente a Festa do Pequi:

[...] como a associação hoje nós temos poucos associados, então é um processo muito grande[...] lá na frente o objetivo foi desviado porque o objetivo nunca foi feito [...]Acredito que o pouco incentivo acredito que Delis, perdeu a força, eu ainda estava aqui quando eles perderam a força. (Maria Cristina da Silva, vice-presidente da Associação Ecos do Cerrado. Entrevista realizada em março de 2013).

Os dirigentes da associação seguem com planos de volta das atividades e reestruturação dos vínculos com os antigos integrantes da associação, mas para isso necessitam resolver suas

questões internas, como mudança da sede, organização financeira, reativação do mercado e motivação dos associados:

Com o tempo, a associação hoje, os associados, estão desmotivados, porque o objetivo inicial não foi trabalhado mais, e o pequi nunca deu muito lucro, então muito trabalho, trabalho e não deu lucro, é compreensível, mas não foi fácil [...] Calúnias de que vai ser igual, então a gente fica triste, isso não é para mim, não é para Fred, os outros quatro associados, vamos precisar mais pessoas, de transporte, negociador. Virar associação para cooperativa e achar talvez mais fácil chegar a isso, tem que pesquisar se isso é bom. PPP- Ecos isso foi coisa do Valdir, dinheiro em dólares, foi doado 30 mil dólares, se comprou a moto que está parada, e não tem muita função, essa moto tem a verdade condição para a associação, arrumar antes da festa do Pequi, então da para arrumar, cavalgada, galinhada, etc.(Vice-presidente da Associação Ecos do Cerrado. Entrevista realizada em março de 2013).

As instalações nós estamos fazendo uma mudança, nós ganhamos um prédio, esse prédio está liberado para gente, só que a prefeitura não está conseguindo conseguir um caminhão para a gente poder levar, e como somos poucos associados né? E há muita coisa, então a gente esta aguardando o pessoal chegar, fazer uma reunião e fazer a mudança. (Frederico Paulo da Paixão Silva, presidente da Associação Ecos do Cerrado. Entrevista realizada em março de 2013).

Na festa de Pequi a procura é maior, acredito que falta divulgação para saber que temos o produto aqui, mas o ponto forte é a festa de pequi, depois da festa veio um rapaz de Paraná queira saber se tinham pequi, que estava querendo pequi, perguntou, foi a lanhou-se, foi o último que eu vendi para ele, e durante a festa do ano passado a gente case não vendeu o produto, nós sempre faz uma tenda, mas o ano passado devido pela quantidade de associados não teve condição, chegamos a vender, mas foi pouco, a maior parte foi dado como presente, lembrança, de pessoas que visitaram. (Vice-presidente da Associação Ecos do Cerrado. Entrevista realizada em março de 2013).

A questão da corrupção interna na associação, que ocasionou em desvio dos financiamentos que receberam de diversos órgãos e dos ingressos obtidos da comercialização dos derivados do pequi, revelou a fragilidade com que a associação se estabeleceu e se estruturou. A centralização das decisões e a falta de seguimento dos financiamentos em capacitar os membros da associação para o gerenciamento dos gastos, bem como, das estratégias de comercialização, delegaram a associação sua quase extinção. A única esperança que acena para uma reativação das atividades é a nova sede da associação que ainda não foi ocupada, que poderia gerar um interesse dos membros a retomarem as atividades. No entanto, a desarticulação da associação com qualquer outro movimento social torna essa situação mais preocupante ainda, pois a falta de referenciais e entendimento sobre a coletividade de uma associação a tornam frágil para

conseguir levantar-se dos problemas que surgiram, que são reflexo de uma necessidade de ressignificação enquanto associação agroextrativista.

As populações agroextrativistas nas duas microrregiões se organizam a partir dos usos distintos que fazem com a apropriação dos recursos naturais existentes, tanto para a prática da agricultura de subsistência (que é muito diferente da agricultura de monocultivos para exportação) a agricultura e do extrativismo. Este não somente para recolher frutos para a comercialização com ocorre com a FrutaSã, mas o extrativismo também é uma forma de sobrevivência a partir da obtenção de alimentos e de outros bens naturais necessários a manutenção. A relação entre o extrativismo realizado pelas populações de pequi sofre importante ameaça do seu desaparecimento por conta do avanço dos monocultivos que suprimem a vegetação do Cerrado e toda a sua biodiversidade, especialmente quando se trata de plantas que estão presentes nas chapadas dos Gerais, onde expandem os monocultivos e onde tem a maior presença do pequi.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O pequi é uma árvore de valor identitário para a população das microrregiões estudadas, com a persistência do seu uso nos modos de vida dos camponeses e dos indígenas e que adquire maior relevância, na época da colheita, como complemento alimentar na dieta básica da população.

A atividade agroextrativista em torno do fruto do pequi está baseada no autoconsumo dos locais, bem como, dos camponeses e indígenas, onde o fruto é consumido principalmente in natura. Ainda que possam ser encontrados outros usos do fruto e da árvore, como medicamento, sabão, cercas vivas e derivados alimentícios, como a farinha e o óleo de pequi.

Na época da colheita, pela grande abundância de pequizeiros nas microrregiões é constante a venda a atravessadores, que gera complementos nos rendimentos familiares. Em contrapartida, a inexistência de uma rede articulada em torno do comércio do pequi por organizações, proporciona grandes prejuízos ecológicos, pois não existe uma potencialização da prática agroextrativa adequada.

Condições que fazem com que os usos e saberes relacionados ao agroextrativismo do pequi, com sua importância multifuncional, que pode ser exemplificada no artesanato, gastronomia, cosméticos, farmacopeia etc., venham diminuindo intensamente tanto nos camponeses como os povos indígenas das microrregiões.

Uma proposta de articulação de uma rede de agroextrativismo no Cerrado entre camponeses e indígenas resultou em uma fábrica de polpa de frutos, a FrutaSã, que recebeu apoios financeiros para a criação da fábrica que se instituiria em uma rede de organizações de camponeses e uma organização indígena. Esta rede recebeu capacitação e extensão rural de uma organização referência do Cerrado, o CENTRU. Entretanto, com disputas de interesses e falta de clareza dos objetivos da fábrica, ocasionaram a ruptura da rede logo no início da criação da fábrica. Fato que levou a uma fragmentação das organizações e a inserção de capital internacional no gerenciamento da fábrica.

Atualmente o que pode ser apreendido sobre a estrutura organizativa e os interesses da fábrica é a utilização do slogan indígena para a valorização no mercado financeiro de empresas com selo verde, pelas organizações estrangeiras que são sócias da fábrica, bem como, de fonte de

pesquisa para uma organização não governamental que atua com os indígenas da região, a CTI. Os indígenas e camponeses de atores principais para a formação da fábrica, passaram a meros fornecedores de frutos e imagem, de uma fábrica que tem como objetivos a comercialização de polpas de frutos em geral, sem muitas ambições de multiplicar suas opções, que poderia solidificar a atuação de organizações agroextrativistas em torno do pequi e dos frutos do Cerrado.

A fábrica tem planos que ainda não foram materializados, como melhoria de infra estrutura para a comercialização dos frutos pelos camponeses e indígenas, e projetos de fabricação de óleos vegetais, incluído o óleo de pequi. Mas que atualmente exclui o pequi de seu rol de produtos, que são exclusivamente de polpas de frutas congeladas.

O pequi é comercializado de maneira sistemática somente por uma organização agroextrativista, a ABM, que sem apoio da FrutaSã não consegue melhor estruturar a comercialização dos derivados do pequi, pois não tem local de resfriamento para armazenamento dos frutos entre safras, produzindo somente polpa e farinha de pequi para o mercado local.

Uma organização, chamada Ecos do Cerrado, que seria a referência para a microrregião do Jalapão sobre o processo de estruturação da comercialização do pequi, pois comercializava puramente derivados do pequi. Esta organização recebeu vários apoios governamentais e não governamentais para a sua criação, capacitação técnica e formação de infra estrutura. Mas por questões de corrupção interna e desmobilização dos membros, encontra-se inoperante no momento, funcionando somente uma vez por ano, quando realiza a Festa do Pequi.

Neste sentido, foi observada uma profunda despolitização das organizações agroextrativistas, pois atuam desconectadas dos movimentos sociais no campo, sem muita articulação com outras organizações camponesas, como o CENTRU e MIQCB, com atitudes fragmentadas perante as dificuldades de estruturação da comercialização de seus produtos, sem posturas críticas com a identidade camponesa e com o agroextrativismo. Elementos que fragilizam as organizações para se manterem diante de dificuldades financeiras, disputas de interesses e organização política.

A biodiversidade do Cerrado é pouco utilizada, a multifuncionalidade dos frutos é delegada a especialização nos consumos, onde a transmissão dos saberes tradicionais está perdendo-se a cada nova geração.

Contexto que é originado pela ocupação secular dos latifúndios, que se apropriam da terra, propagam o medo e corrompem as organizações com favores financeiros. O coronelismo é evidente nas formas como as organizações lidam com os governantes e chefes locais, aceitando a instalação de grandes empreendimentos capitalistas, como as empresas agroindustriais, as mineradoras e hidroelétricas, que expropriam grandes áreas de vegetação de uso comum e pagam compensações que, a longo prazo, nada representarão para a sobrevivência destas organizações.

Pelos motivos anteriores, a experimentação, inovação e construção de estratégias para a manutenção do agroextrativismo de pequi e a difusão da sua importância são inexistentes. E, por estas razões, também as disputas territoriais baseadas na estratégia de construção de atividades produtivas diante do avanço dos monocultivos capitalistas carecem de força da população das microrregiões, facilitando a expansão do agronegócio de forma alarmante, como foi constatado na porção norte da microrregião de Jalapão e toda a região de Porto Franco.

As principais razões do fracasso da produção e comercialização do pequi em uma rede articulada de organizações agroextrativista incluem também: a falta de acompanhamento e análise dos resultados dos apoios governamentais e não governamentais recebidos; travas na legislação e falta de capacitação e investimento para cumprimento das obrigações fito sanitárias, que permitam a inclusão dos agroextrativistas da região nos programas do governo de apoio a agricultura familiar; desinteresse generalizado e falta de perspectivas dos jovens das microrregiões para trabalhar o agroextrativismo; ausência da participação e protagonismo das mulheres nas organizações agroextrativistas, o que limita o desenvolvimento das atividades agroextrativas.

O intenso desmatamento observado ao longo da pesquisa tem como principal causa o agronegócio capitalista de monocultivos. As áreas ainda conservadas das chapadas do Maranhão, Tocantins, Bahia, e Piauí serão as principais regiões atingidas pela expansão do agronegócio da soja e o milho transgênico, demonstrado pelas projeções de longo prazo. Estas regiões não têm projetos estruturados e integrais de conservação, são considerados como um vazio demográfico, o que preocupa o futuro do agroextrativismo nestas regiões, de que formas se adaptarão às pressões do capitalismo e que estratégias de camponização e re-camponização acontecerão.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AFONSO, S. R.; ÂNGELO, H. Mercado dos produtos florestais não madeireiros do cerrado brasileiro. **Ciência Florestal**, v. 19, n. 3, p. 317-328, 2009.

ALMEIDA, A. W. B.; SHIRAISHI, N. J.; MARTINS, C. C. **Guerra ecológica nos babaçuais**: devastação dos palmeirais, a elevação do preço de commodities e o aquecimento de mercado de terras na Amazônia. São Luís: Lithograf, 2005. 186 p.

_____. **Terras de quilombos, terras indígenas, “babaçuais livres”, “castanhais do povo”, faxinais e fundos de pastos**: terras tradicionalmente ocupadas. Manaus: PGSCA–UFAM, 2008. 2.^a ed. 192 p.

_____. (Org.) **Economia do babaçu**: levantamento preliminar de dados. São Luís: MIQCB/ Balaio Typographia, 2001. 2.^a ed. 294 p.

ALMEIDA, R. A. **A questão agrária em Mato Grosso do Sul**: uma visão multidisciplinar. Campo Grande: Editora UFMS, 2008. 347 p.

ALTIERI, M. **Agroecologia**: a dinâmica produtiva da agricultura sustentável. Porto Alegre: UFRGS, 1998. 110p.

_____.; TOLEDO, V. M. The agroecological revolution in Latin America: rescuing nature, ensuring food sovereignty and empowering peasants. **The Journal of Peasant Studies**, v. 38, n. 3, p. 587-612, 2011.

_____.; PENGUE, W. A. La soja transgênica en América Latina: implicancias sobre la seguridad alimentaria y la integridad ecológica. **Revista Gestión Ambiental**, v. 11, p. 21-30, 2005.

ALVES, V. E. L. **Mobilização e modernização nos cerrados piauienses**: formação territorial no império do agronegócio. São Paulo: Universidade de São Paulo, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Departamento de Geografia [Dissertação de Doutorado], 2006. 305p.

_____. **Presença do agronegócio e a ampliação dos conflitos agrários na fronteira agrícola dos cerrados nordestinos**. In: Simpósio Internacional de Geografia Agrária, Belém do Pará, 2011.

ALVES, C. E. L. Os cerrados piauienses e a nova lógica de reprodução capitalista. In: RIVERO, S.; PEQUENO, N. **Difusão do agronegócio e novas dinâmicas socioespaciais**. Fortaleza: Banco do Nordeste do Brasil, 2006. p. 235- 260.

ANTUNES, E. C. *et al.* **Utilização do pequi (*Caryocar brasiliense camb*) como espécie recuperadora de ambientes degradados no cerrado e fornecedora de matéria prima para a**

produção de biodiesel. In: I Congresso da Rede Brasileira de Tecnologia do Biodiesel, Brasília, 2006.

ARAUJO, H. F. B. **Memória, mediação e campesinato.** As representações de uma liderança sobre as lutas camponesas da Pré-Amazônia Maranhense. Manaus: Edições UEA, 2010. 210p.

ARTICULAÇÃO DO AGROEXTRATIVISMO DA REDE CERRADO. **Agroextrativistas do cerrado:** avaliando e utilizando indicadores de sustentabilidade. Brasília: Rede Cerrado, 2005. 15p.

AZANHA, G.; LADEIRA, M. E. **Diagnóstico socioeconômico e avaliação de impactos nas terras indígenas Krahô, Krikati e Apinajé, situadas na área de influência do corredor de transporte multimodal centro-norte.** Brasília: CTI, 1998.

AQUINO, F. G. *et al.* **Distribuição geográfica das espécies *Acrocomia aculeata* (Jacq.) Lodd. ex Mart. e *Caryocar brasiliense* Cambess. no bioma Cerrado.** In: IX Simpósio Nacional do Cerrado e II Simpósio Internacional das Savanas Tropicais, Brasília, 2008.

BARTORELLI, A. N. *et al.* Dunas do Jalapão: uma paisagem insólita no interior do Brasil. In: MODENESI-GAUTTIERE, M. C. *et al.* (Org.) **A Obra de Aziz Nacib Ab'Sáder.** São Paulo: Beca-BALL Edições, 2010.

BARTRA, A. Orilleros, polifónicos, trashumantes. Los campesinos del milénio. In: FERNANDES, B. M.; MARQUES, M. I. M.; SUZUKI, J. C. (Org.) **Geografia agrária:** teoria e poder. São Paulo: Expressão Popular, 2007. p. 85-104.

_____. **Tiempo de mitos y carnaval:** indios, campesinos, revoluciones. De Felipe Carrillo Puerto a Evo Morales. México, DF: Editorial Itaca/PRD, 2011. 241 p.

_____. **El hombre de hierro:** los limites sociales y naturales del capital. México, DF: UNAM/UAM/Editorial Itaca, 2008. 213p.

BARTRA, R. introducción a Chayanov. In: PLAZA, J. O. **Economía Campesina.** México, DF: Editorial Centro de estudios y promoción del desarrollo DESCO, 1979.

BOOKCHIN, M. Agricultura Radical. **Memoria GEA**, n. 1, 1978, p. 247-261.

CAMPOS, N. J. **As diferentes formas de uso comum da terra no Brasil.** In: 8º Encontro de Geografos de America Latina, Santiago de Chile, 2001. p. 135-146.

CANUTO, A.; LUZ, C. R. S.; WICHINIESKI, I. (Org.) **Conflitos do Campo no Brasil 2010.** Goiânia: CPT Nacional, 2011. 184p.

CARRAZA, L.; ÁVILA, J. **Aproveitamento integral do fruto do pequi (*Caryocar brasiliense*).** Manual tecnológico. Brasília: ISPN, 2010. 48 p.

CHAYANOV, A. V. **La organización de la unidad económica campesina**. Buenos Aires: Nueva Visión, 1974. 342 p.

CHAPELL, M. J.; LA VALLE, L. A. Food security and biodiversity: can we have both? An agroecological analysis. **Agriculture and Human Values**, v. 28, n.1. p. 3-26, 2009.

COELHO, V. P. A festa do pequi e o zunidor entre os índios Waurá. **Bulletin de la Soc. Suisse des Américanistes**, n. 55/56, p. 37-56, 1991/1992.

CORTES, F.; CUELLAS, O. Lenin y Chayanov, dos enfoques no contradictorios. **Nueva Antropología**, v. IX, n. 31, p. 63-103, 1986.

ECKSTEIN, S. **El ejido colectivo en México**. México, DF: Fondo de Cultura Económica, 1966. 511 p.

ECODATA. Agencia Brasileira de Meio Ambiente e tecnologia da informação. **Revista Ecodata**, ano XIII, n. 3, 2010.

EMBRAPA CERRADOS. Disponível em: <<http://www.cpac.embrapa.br/>>. Acesso em 10 de fevereiro de 2013.

ETC. **ETC Group Communiqué**, n. 102, 2009. 134 p.

FEI HSIAO-TUNG. Peasantry and gentry: an interpretation of chinese social structure and its changes. **The American Journal of Sociology**, v. 52, n. 1, p. 1-17, 1946.

FEARNSIDE, P. M. Reservas extrativistas: uma estratégia de uso sustentado. **Journal Ciência hoje**, v. 14, n. 81, p. 15-17, 1992.

FERREIRA, M. N. E.; FREIRE, N. C. Community perceptions of four protected areas in the northern portion of the Cerrado hotspot, Brazil. **Environmental Conservation**, v. 36, n. 2, p. 129-138, 2009.

FRUTASÃ. Diagnóstico socioeconômico e produtivo da cadeia de fornecedores de frutas do cerrado do município de Carolina-MA e entorno. Projeto desenvolvimento da cadeia de frutas nativas do Cerrado. Carolina: FRUTASÃ, 2011. 56 p.

GRZEBIELUCKAS, C. *et al.* Avaliação do custo de oportunidade relativo à conservação do Cerrado com a produção de pequi: um estudo no Estado de Mato Grosso. **Custos e @gronegócio**, v. 6, n. 1, 2010. Disponível em: www.custoseagronegocioonline.com.br.

HUIZER, G. El potencial revolucionario del campesino en América Latina. México DF: Siglo XXI editores, 1977. 4a edición. 357 p.

IANNI, O. **A luta pela terra**, historia social da terra y da luta pela terra numa área da Amazônia. Coleção Sociologia brasileira, v. 8. Petrópolis: Vozes, 1979. 236 p.

JAMES, C. Global status of commercialized biotech/GM crops: 2011. **ISAAA Brief**, n.43, 2011. 29 p.

KAUTSKY, K. **La cuestión agraria**. México, DF: Ediciones de cultura popular, 1978. 501 p.

KERR, W, E. *et al.* Pequi (caryocar brasiliense camb.). informações preliminares sobre um pequi sem espinhos no caroço. Comunicação científica. **Revista Brasileira de Fruticultura**, v. 29, n. 1, p. 169-171, 2007.

KLINK, C.; MACHADO, R. B. A. A conservação do Cerrado brasileiro. **Megadiversidade**, v. 1, n. 1. p. 147-155, 2005.

LANDERS, J. N. Sistemas tropicales de agricultura-ganadería en la agricultura de conservación. La experiencia de Brasil. **Manejo Integral de cultivos**, v. 5, 2007, 110 p.

LEITE, G. L. D. *et al.* Artrópodes associados a mudas de pequiizeiro. **Arq. Inst. Biol.**, v.73, n.3, 2006, p. 365-370.

LUXEMBURGO, R. **Introdução à economia política**. Trad. Carlos Leite. São Paulo, SP Martins Fontes, 1925.

MARTINS, J. S. **A imigração e a crise do Brasil agrário**. São Paulo: Pionera, 1973. 222 p.

_____. **Capitalismo e tradicionalismo**: estudo sobre as contradições da sociedade agrária no Brasil. São Paulo: Pioneira, 1975. 161 p.

_____. **Os camponeses e a política no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 1981.

_____. **Reforma agrária e os limites da democracia na nova república**. São Paulo: Hucitec, 1986. 152 p.

MARX, K. **Formações econômica pré-capitalistas**. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1985. 4a ed. 119 p.

_____. **El 18 brumario de Luis Bonaparte**. Barcelona: Ariel, [1852] 1971. 171 p.

_____. **El Capital**. Tomo III. [1867-69] 2013. Libro.dot. Versão eletrônica da biblioteca Rafael Andivar, Guatemala. Disponível em: http://biblio3.url.edu.gt/Libros/2011/el_capIII.pdf

MAZZETTO SILVA, C. E. S. Do desenvolvimento forasteiro ao envolvimento dos povos-ecossistemas: a perspectiva das Reservas Extrativistas no Cerrado brasileiro. In: SAUER, S.;

BALESTRO, M. (Org.) **Agrecologia e os desafios da transição agroecológica**. São Paulo: Expressão Popular, 2009. p. 205-234.

_____. **O Cerrado em disputa**. Apropriação global e resistências locais. Série pensar o Brasil e construir o futuro da nação. Brasília: Confea, 2009. 264 p.

MATTOS, C. M. Uma geopolítica pan-amazônica. Coleção Documentos Brasileiros, n. 189. Rio de Janeiro: J. Olympio, 1980. 216 p.

MELO JUNIOR, A. F. *et al.* Estrutura genética de populações naturais de pequizeiro (*Caryocar brasiliense* Camb). **Scientia Forestalis**, v.66, p.56-65, 2004.

MINISTÉRIO DE MEIO AMBIENTE. **Relatório técnico do desmatamento no bioma Cerrado, 2002 a 2008**: dados revisados. Brasília: MMA, 2009. 69p.

_____. Monitoramento do desmatamento nos biomas brasileiros por satélite acordo de cooperação técnica MMA/IBAMA. Monitoramento do bioma cerrado 2009-2010. **Relatório técnico**: dados revisados. Brasília: MMA, 2011. 65p.

_____. **Programa nacional de conservação e uso sustentável do bioma cerrado**. Brasília: MMA, 2003. 56 p.

_____. **Wyty Catê**: Aliança para manter o mundo vivo e o Cerrado em pé. Brasília: MMA, PDA/PPG7/SDS, 2006. 52p.

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO. **Projeções do agronegócio Brasil 2012/13 a 2022/23**: Projeções de Longo Prazo. Brasília: MAPA/ACS 2013, 2013. 96 p.

MIRANDA-VILELA, A. L. *et al.* Pequi fruit (*Caryocar brasiliense* Camb.) pulp oil reduces exercise-induced inflammatory markers and blood pressure of male and female runners. **Nutrition Research**, v. 29, p. 850-858, 2009.

MOTA, F. L.; PESSÔA, V. L. S. **O agronegócio como (re) produtor de um novo território**: Balsas no contexto do agronegócio da soja. In: IV Simpósio Internacional de Geografia Agrária, Niterói, 2009.

MORALES, C. **Las nuevas fronteras tecnológicas: promesas, desafíos y amenazas de los transgénicos**. Santiago de Chile: CEPAL, 2001. 77p.

NEVES, D. P. Agricultura familiar: quantos ancoradouros! In: FERNANDES, B. M.; MARQUES, M. I. M.; SUSUKI, J. C. **Geografia Agrária**: teoria e poder. São Paulo: Expressão popular, 2007. p 211-270.

NIMUENDAJÚ, C. Geographical and historical introduction. In: _____. **The eastern Timbira**. Los Angeles: University of California Press, 1946. p. 1-35.

_____. **Os Apinajé**. Belém: Museu paranaense Emilio Goeldi, 1983. 146p.

NOGUEIRA, M. C. R.; FLEISCHER, S. Entre Tradição e Modernidade: potenciais e contradições na cadeia produtiva agroextrativista no Cerrado. **Estudos Sociedade e Agricultura**, v. 13, n. 1, p. 125-157, 2005.

OLIVEIRA, A. U. **Geografia das lutas no campo**. São Paulo: Contexto, 1988. 101 p.

_____. **A agricultura camponesa no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2001.

_____. A “não reforma agrária” do MDA/INCRA no governo do Lula. **Reforma Agrária**, v 33, p. 165-201, 2006.

_____. **Modo capitalista de produção, agricultura e reforma Agrária**. São Paulo: FFLCH/LABUR Edições, 2007. 184 p.

_____. O programa fome zero e o ronco da cuíca. **Revista Adusp**, p 20-27, 2003.

OLIVEIRA, E. *et al* . **Arranjo extrativista do pequi (Caryocar brasiliense Camb.), na região de Iporá-Goiás: sustentabilidade e dinâmica da comercialização**. In: XLIII Congresso da Sociedade Brasileira de Economia e Sociologia Rural, Ribeirão Preto 2005.

OLIVEIRA, L.; SCARIOT, O. **Boas práticas de manejo para o agroextrativismo sustentável do Pequi**. Brasília: EMBRAPA, 2010. 84 p.

OLIVEIRA, M, E, B *et al*. **Aspectos agronômicos e de qualidade do pequi**. Embrapa Agroindústria Tropical, Fortaleza, 2008. 32 p.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A AGRICULTURA E ALIMENTAÇÃO. **Programa de políticas públicas para la agricultura familiar**. In: 31a Conferencia Regional de la FAO para América Latina y el Caribe, Ciudad de Panamá, 2010.

_____. **Marco estratégico de mediano plazo de cooperación de la FAO en agricultura familiar en América Latina y el caribe 2012-2015**. Roma: FAO, 2012. 40 p.

PAULINO, E.; ALMEIDA, R. **Terra e território: a questão camponesa no capitalismo**. São Paulo: Expressão Popular, 2010. 112 p.

PIERRE GEORGE. **O homem na terra**. A geografia em ação. Portugal: Edições 70, 1993. 184 p.

PORTO-GONÇALVES, C. W. **Paixão da terra: ensaios críticos de ecologia e geografia**. Rio de Janeiro: Pesquisadores Associados em Ciências Sociais, 1984. 160 p.

_____. (Org.) **Os Cerrados vistos por seus povos: o agroextrativismo no cerrado**. Goiânia: MMA, 2008. 300 p.

RAFFESTIN, C. **Por uma geografia do poder**. Tradução de Maria Cecília França. São Paulo: Ática, 1993.

RIBEIRO, D. **Os índios e a civilização**. São Paulo: Círculo do Livro. 1968. 460p.

DE MORAES, M. D. C. Ocupação do Cerrado piauiense: valorização fundiária e consequências ambientais. In: RIVERO, S.; PEQUENO, N. Difusão do agronegócio e novas dinâmicas socioespaciais. Fortaleza: Banco do Nordeste do Brasil, 2006. p. 211-234.

ROCHA, M. G. *et al.* **Dinâmica da produção extrativista de pequi no Brasil**. In: IX Simpósio Nacional Cerrado e II Simpósio Internacional Savanas Tropicais, Brasília, 2008.

ROCHA, M. R. T. **A rede sociotécnica do babaçu no Bico do Papagaio (TO): dinâmicas da relação sociedade-natureza e estratégias de reprodução social agroextrativista**. Porto Alegre, Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Faculdade de Ciências Econômicas. Programa De Pós-Graduação Em Desenvolvimento Rural [Dissertação de Doutorado], 2011. 270p

_____. **Mobilização e modernização nos cerrados piauienses: Formação territorial no império do agronegócio**. São Paulo: Universidade de São Paulo, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Departamento de Geografia [Dissertação de Doutorado], 2006.

ROESLER, R. *et al.* Antioxidant activity of Caryocar brasiliense (pequi) and characterization of components by electrospray ionization mass spectrometry. **Food Chemistry**, v. 110, p. 711-717, 2008.

SAWYER, D. Fluxos de carbono na Amazônia e no Cerrado: um olhar socioecossistêmico. **Sociedade e Estado**, v. 24, n. 1, p. 149-171, 2009.

_____. Uso sustentável da biodiversidade como estratégia de conservação. In: CARRAZZA, L.; FIGUEIREDO, I. (Orgs.) **Cerrado que te quero vivo! Produtos e meios de vida sustentáveis apoiados pelo programa de pequenos projetos ecossociais (PPP-ECOS)**. Brasília: ISPN, 2010.

SANTOS, B. R. *et al.* Pequizeiro (Caryocar brasiliense Camb.): Uma espécie promissora do Cerrado brasileiro. **Boletim Agropecuário**, v. 64, p. 6-36, 2006.

SANTOS, M. G. D. *et al.* **O cerrado brasileiro: notas para estudo**. Belo Horizonte: UFMG/Cedeplar, 2010. 15 p.

SANTOS, M. **A Natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção**. São Paulo: USP, 2002. 379p.

_____.; **Território: globalização e fragmentação.** São Paulo: Hucitec/ANPUR, 2002. 332p

SARAIWA, R. A. *et al.* Topical anti-inflammatory effect of *Caryocar coriaceum* Wittm. (Caryocaraceae) fruit pulp fixed oil on mice ear edema induced by different irritant agents. **Journal of Ethnopharmacology**, v. 136, p. 504-510, 2011.

SEGRELLES, J. A. Una reflexión sobre la reciente expansión del cultivo de la soja en América Latina. **Revista Biliográfica de Geografía y Ciencias Sociales**, v. 12, n. 731, 2007.

SHANIN, T. **La clase incómoda.** Madrid: Alianza editorial, 1983.

_____. Lições camponesas. In: PAULINO, E. T.; FABRINI, J. E. (Org.) **Campesinato e territórios em disputa.** São Paulo: Expressão Popular, 2008. p. 23-47.

SMITH, M. **Árvores de Cultura:** cultivo e uso do pequi (*Caryocar* sp., Caryocaraceae) entre os Kuikuro do Alto Xingu, MT. Brasília, Universidade de Brasília, Centro de Desenvolvimento Sustentável. [Tese de Doutorado], 2013. 220p.

SCHMIDT, M. V. C. Pequi é fruta cultural indígena. In: RICARDO, C. A.; RICARDO, F. **Povos Indígenas no Brasil 2001/2005.** São Paulo: Instituto Socioambiental, 2006. p. 675- 678.

STCP. **Relatório de impacto ambiental:** rima da área de implantação do projeto florestal da Suzano, na região de Porto Franco, Estado do Maranhão. STCP: Curitiba, 2010. 184p.

SOARES, A. A multifuncionalidade da agricultura familiar. **Revista Proposta**, n. 87, p. 40-49, 2000/2001.

SOARES, G. A. D. **A questão agrária na América Latina.** Zahar editores: Rio de Janeiro, 1976. 177 p.

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL. **Plano de Ação para preservação e controle do desmatamento e das queimadas no Cerrado.** Conservação e desenvolvimento 2010. Brasília: SPF, 2010. 159 p.

UNIÃO DAS ALDEIAS APINAJÉ. Disponível em: <<http://uniaodasaldeiasapinaje.blogspot.com.br/>> Acesso em: junho de 2013.

UNITED NATIONS, DEPARTMENT OF ECONOMIC AND SOCIAL AFFAIRS, POPULATION DIVISION. Population of Urban and Rural Areas and Percentage Urban, 2011. **World Urbanization Prospects: The 2011 Revision.** New York: UN, 2012. CD-ROM Edition.

WOLF, E. R. **Los campesinos.** Barcelona: Editorial Labor, 1971. 151 p.